

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Lara Lucena Zacchi

**VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NAS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS DE
MULHERES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

Florianópolis
2019

Lara Lucena Zacchi

**VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NAS MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS DE
MULHERES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção de título em bacharel em
História pela Universidade Federal de
Santa Catarina, sob orientação da Pra.
Dra. Janine Gomes da Silva.

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Zacchi, Lara Lucena
Violências de gênero nas memórias traumáticas de
mulheres sobre a ditadura civil-militar brasileira / Lara
Lucena Zacchi ; orientadora, Janine Gomes da Silva, 2019.
94 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Violência de gênero. Memórias
traumáticas. Ditadura civil-militar brasileira. . I.
Silva, Janine Gomes da. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmica Lara Lucena Zacchi, matrícula n.º 14101961, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Violências de gênero nas memórias traumáticas de mulheres sobre a ditadura civil-militar brasileira, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 10 de julho de 2019.

Assinatura manuscrita em tinta azul, legível como "Louise Gomes da Silva".

Orientador(a)



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às 10 horas e 00 minutos, na Sala 10 – Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof^ª. Dr^ª: Janine Gomes da Silva (Orientador(a) e Presidente); Prof^ª. Dr^ª: Cristina Scheibe Wolff (Titular); Prof^ª. Dr^ª: Camila Diane Silva (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 74/HST/CFH/2019, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Lara Lucena Zacchi, intitulado: **“Violências de gênero nas memórias traumáticas de mulheres sobre a ditadura civil-militar brasileira”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof^ª. Dr^ª: Janine Gomes da Silva, nota 10,0, Prof^ª. Dr^ª: Cristina Scheibe Wolff, nota 10,0, Prof^ª. Dr^ª: Camila Diane Silva, nota 10,0, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 10,0. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 11 de julho de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 04 de julho de 2019

Prof^ª. Dr^ª: Janine Gomes da Silva (Orientador(a))

Prof^ª. Dr^ª: Cristina Scheibe Wolff (Titular)

Prof^ª. Dr^ª: Camila Diane Silva (Suplente)

Lara Lucena Zacchi (Acadêmica)

AGRADECIMENTOS

A vó Iná sempre me contava histórias. Me ensinou a pensar sobre a forma das nuvens, sobre liberdade e sobre afeto. Eu não sei se ela sabia, mas ela transformou várias vidas. E a minha foi uma delas. Eu agradeço a ela por ter sido tanto e por ainda ser, agora dentro de mim. A minha mãe aprendeu muito com ela e também por isso, eu acho, que minha mãe é a pessoa que me ensinou quase tudo que sei sobre empatia. Todo dia ela me pergunta como foi meu dia e todo dia ela me incentiva a me tornar qualquer coisa que eu quiser. Ela, Denise, me contou que pensar nos outros não custa nada e pode mudar um pouquinho do mundo. O meu pai, Alexandre, também me ensina tanto do jeito dele. Não só sobre arte, música e filmes mas ele me ensina que a vida é feita de constantes aprendizados, e que a gente pode aprender a ver o mundo um do lado do outro, crescendo um pouco a cada dia. Ao meu pai e à minha mãe, agradeço à grande parte do que eu sou hoje. À Mana, minha irmã mais velha, melhor amiga que é assim desde que apareci nesse mundo. Relação de irmãs é o sentimento mais curioso que eu já experienciei: é intenso, é afeto, às vezes tem seus conflitos, mas sempre é amor. Agradeço por me ouvir, me acompanhar e me ajudar em todos os passos, nossa troca é constante. O sun eu conheci na metade da vida e não demorou pra que se tornasse uma parte muito boa de tudo isso que me constitui. Tentou me ensinar a surfar e a fazer caipirinhas mas nunca conseguiu. Eu agradeço à ele por todo o grande companheirismo e por ser um amigo tão bom.

A vó Zei é minha paixão desde que me ninava tentando cantar *Hey Jude*. À ela, eu agradeço o exemplo de mulher que me deu e dá, por ter me criado, me acompanhado e me ensinado tanto. Ela é uma das professoras da minha família e a admiração por ela me fez admirar ainda mais essa profissão. Ao meu vô Juarez, agradeço pelos esconde-escondes quando criança, as tentativas de construir varinhas mágicas com pedaço de pau, de plantar a melhor rúcula e o melhor abacate orgânico, de todas as demonstrações de afeto e de amar de um jeito tão peculiar e bonito que é próprio dele. A minha madrinha, abreviada carinhosamente de Mina, me apresentou a criatividade, me ensinou a sempre questionar e a pensar o mundo. Eu fui também criada por ela e a casa dela, desde que eu sou bem pequena, é um lugar que me abraça. Com ela me descobri música, cozinheira, cientista, “ideiuda”, professora e contadora de Histórias. E eu agradeço a tudo isso, e mais aos tantos conselhos, ensinamentos, e as besteiras que trocamos. O Pado é um nordestino arretado que ama pelo olhar que me dá desde que eu era pequeninha. Me ensinou sobre o forró, sobre a política e sobre a luta. Também conta histórias inusitadas que sempre me ensinam como as vezes a vida é imprevisível e que mesmo assim a gente deve abraçar ela e seguir voando. A tia Júlia me mostrou que a força acompanha a nossa vivência e que a gente sempre pode ter mais amor pra dar. Mais uma que coloriu essa minha – ainda pequena – trajetória. Aos meu tios Márcio, Alan e Tia Vânia, eu agradeço por todas as demonstrações de carinho e afeto que me dão, eu amo muito vocês. A Eti também me criou e ela faz parte da minha família. A ela agradeço por ter me ensinado a tabuada, pela companhia diária, as fofocas na cozinha de casa e a todos os ensinamentos que me deu. A nossa família é bem grande e unida e por isso minhas primas e meus primos são como irmãs e irmãos que tenho a felicidade de compartilhar a vida: a Cacá, a Lela, a Ana, o Dudu e o Mano. A eles agradeço por serem amigos, confidentes, primos e primas-irmãs.

Nas idas e vindas da vida eu encontrei o meu Mar. A ele, eu agradeço por ser meu caminho, meu vinho e meu vício. Por todo o afeto, incentivo e companheirismo envolvidos nessas nossas constantes trocas de todo santo dia. Por me lembrar o quão

bom é poder partilhar os momentos, bons ou ruins, dessa nossa breve passagem pelo mundo. Obrigada por ser tudo isso. Também, minha relação com ele trouxe novos afetos e minha família se expandiu mais um pouquinho. Agradeço a família do Mar, em especial, à Débora, ao José Rubens, à Dete e ao Antônio.

Também tenho minhas amigas e amigos de vida adulta e infância, de vida toda. A Duda, o Duds, a Natalália, a Isa e o Igor. Agradeço a todas as experiências que me ajudaram na constituição de quem eu sou hoje e por todos os bons clichês da vida: as risadas, os choros, os apoios, as brigas, os amores e todos esses mais de dez anos de história.

Em 2014, quando entrei na faculdade de História na UFSC, conheci Alina e Rafa e às vezes penso que nem me reconheço mais muito antes disso, de tanto que mudei. As duas fizeram parte desse louco processo de (re)conhecimento que foi a graduação em História, da construção de quem eu sou hoje. Foi com elas que deitei pela primeira vez no bosque, participei das minhas primeiras discussões políticas, ocupei um centro universitário, apresentei trabalhos, dei aulas e lutei por uma sociedade menos desigual. Além delas, outras peculiaridades me ajudaram a me tornar a adulta que sou: toda a atenção dada pela Amanda, a tranquilidade e afeição da Duda e o misto de carinho, seriedade e zoeira do Maumau. Eu amo vocês. Também agradeço a todas e todos os outros que passaram pela minha trajetória e que, de alguma forma, me ensinaram muito: as tantas e tantos integrantes do movimento estudantil da UFSC, as meninas do meu time de vôlei e as amigas que o CCE me trouxe.

Durante a graduação realizei escolhas que me levaram a participar do IEG e do LEHAF, antes de chegar no laboratório que me encontro hoje, o LEGH. Ao IEG, gostaria de agradecer a todas e todos que estiveram presentes nas minhas tardes de trabalho sempre interrompidas por um café com bolo da Carmen, longas conversas e risadas. No LEHAF permaneci por mais tempo e agradeço a todas as pessoas que integraram esse caminho. À Ana, ao Ruben e ao Diego, em especial, por todos os conselhos que me deram e por se tornarem pessoas pelas quais eu carrego tanto carinho no coração.

No LEGH descobri que a pesquisa pode estar associada à luta e à militância. O LEGH e toda a sua afetuosa equipe me mostraram um lar dentro do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. Às coordenadoras do LEGH e professoras do Departamento de História da UFSC, Joana Maria Pedro, Janine Gomes da Silva e Cristina Scheibe Wolff, agradeço por todas as oportunidades e ensinamentos que nos transformam enquanto historiadoras feministas. Agradeço a toda a equipe do LEGH, em especial ao Jair, pelo ombro amigo, por se preocupar com a gente e por ensinar tanto. Não só isso, o Jair é uma dessas surpresas boas da vida e, não sei se ele sabe, mas foi indispensável pra emergência dessa monografia. Agradeço também à Isa e ao Luiz, pelas conversas e desabafos. Sou também muito grata à minha orientadora Janine Gomes da Silva, não somente por ter me orientado nesta monografia, mas enquanto minha orientadora de Iniciação Científica. Agradeço por ter me auxiliado e tranquilizado em todas as nossas reuniões e conversas. Por toda a ajuda e conselhos.

Por fim, reconheço a importância do financiamento da pesquisa realizado pela CAPES e pelo CNPq, os quais me possibilitaram a participação em projetos de pesquisa, viagens de estudo e a iniciação do ofício enquanto historiadora.

Entre em 2014 e me formo em 2019. Me formo Historiadora em tempos difíceis, porém, ciente de que a luta e a resistência continua. Pela igualdade de gênero, raça, classe e sexo! Pela educação brasileira pública, gratuita, inclusiva e de qualidade!

*Quando é verdadeira,
quando nasce da necessidade de dizer,
a voz humana não encontra quem a detenha.
Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos,
ou pelos olhos, ou pelos poros,
ou por onde for.
(Eduardo Galeano)*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as violências de gênero produzidas pela repressão da ditadura civil-militar, pensando o recorte dos anos de 1968 a 1980, período marcado pela intensa perseguição e violência ditatorial. Assim, este trabalho propõe pensar sobre as consequências dessas violências nos corpos e almas de mulheres a partir da interpretação de seus testemunhos. Considerando os aportes teórico-metodológicos da História Oral, da História do Tempo Presente e dos estudos de gênero, proponho compreender os modos como essas mulheres descrevem as experiências traumáticas que marcaram suas trajetórias de vida. Os testemunhos aqui apresentados e analisados estão vinculados ao Capítulo 10 do Relatório da Comissão Nacional da Verdade “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” (2014) e à produção audiovisual “Memórias Femininas da luta contra a Ditadura Militar” (2015). A narrativa histórica é realizada, então, a partir dos conceitos intrínsecos às relações de História e memória, perpassando pelas compreensões de trauma e esquecimento. Assim, a discussão aqui apresentada contribui para entender as retomadas de memórias traumáticas de mulheres enquanto formas de descrever memórias coletivas. Nesse sentido, a análise ressaltou a percepção das violências de gênero que sistematizaram a repressão ditatorial brasileira através da retomada dessas memórias.

Palavras-chave: Violência de gênero. Memórias traumáticas. Ditadura civil-militar brasileira. História das mulheres.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la violencia de género producida por la represión de la dictadura civil-militar brasileña, pensando en el corte de los años 1968 a 1980, un período marcado por la intensa persecución y violencia. Así, este trabajo propone reflexionar sobre las consecuencias de estas violencias en los cuerpos y almas de las mujeres a partir de la interpretación de sus testimonios. Considerando los aportes teórico-metodológicos de la Historia Oral, de la Historia del Tiempo Presente y de los estudios de género, propongo comprender los modos como esas mujeres rememoraron y re-significaron las experiencias traumáticas que marcaron sus trayectorias de vida. Los testimonios analizados están vinculados al Capítulo 10 del informe de la Comisión Brasileña Nacional de la Verdad “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” (2014) y la producción audiovisual “Memórias Femininas da luta contra a Ditadura Militar” (2015). La narrativa histórica se realiza entonces a partir de los conceptos intrínsecos a las relaciones de Historia y Memoria, pasando por las comprensiones de trauma y olvido. Así, esta monografía desea entender las retomadas de memorias traumáticas de mujeres como formas de delinear memorias colectivas. En ese sentido resalto la percepción de las violencias de género que sistematizaron la represión dictatorial brasileña a través de la reanudación de esas memorias.

Palabras clave: Violencia de género. Memorias traumáticas. Dictadura civil-militar brasileña. Historia de las mujeres.

ABSTRACT

This work aims at analyzing the gender violence produced by the Brazilian civil-military dictatorship repression, taking into account the period from 1968 up to 1980, which is marked by episodes of intense persecution and violence. Thereby, this work proposes to understand the consequences of these violations in the bodies and souls of repressed women from the interpretation of their testimonies. Based on theoretical-methodological contributions of Oral History, History of the Present Time and gender studies, I propose to encompass how these women describe the traumatic experiences that marked their life trajectories. The testimonies presented and discussed here are linked to the Brazilian National Commission of Truth report entitled “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” (2014) e to the audiovisual production entitled “Memórias Femininas da luta contra a Ditadura Militar” (2015). The historical narrative will be given, thus, from the concepts inherent to the relationship between History and memory, overarching the comprehensions of trauma and forgetfulness. Thus, this study contribute to understand that recovering traumatic memories is a way to describe collective memories as well. So, recovering these memories, the discussion highlighted the perception of gender violence that sustained the Brazilian dictatorial repression.

Key words: Gender violence. Traumatic memories. Brazilian civil-military Dictatorship. Women’s History.

LISTA DE SIGLAS

AEL Arquivo Edgar Leuenroth
AI-5 Ato Institucional de número 5
ALN Aliança Libertadora Nacional
APML Ação Popular Marxista-Leninista
CBA Comitê Brasileiro pela Anistia
CEDEM Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista
CMV-UFSC Comissão de Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina
CNV Comissão Nacional da Verdade
CODI – II Exército
COLINA Comando de Libertação Nacional
CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DEIC Departamento Estadual de Investigações Criminais
DEOPS Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI-CODI Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS Departamento de ordem Política e Social
GALF Grupo de Ação Lésbica Feminista
GTA Grupo Tático Armado
IEG Instituto de Estudos de Gênero
LEGH Laboratório de Estudos de Gênero e História
LO Liga Operária
MFPA Movimento Feminino pela Anistia
MR-8 Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OBAN Operação Bandeirantes
OMS Organização Mundial da Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
PC Partido Comunista
PCdoB Partido Comunista do Brasil
POLOP Organização Revolucionária Marxista Política Operária
SNI Serviço Nacional de informações
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas
VPR Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NOS TESTEMUNHOS DE MULHERES.....	28
2.1 VIOLÊNCIAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS.....	35
2.2 VIOLAÇÕES AOS CORPOS: VIOLÊNCIAS SEXUAIS.....	40
2.3 VIOLÊNCIA E MATERNIDADE.....	49
3 MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS: marcas duradouras.....	58
3.1 CICATRIZES E TRAUMAS.....	61
3.2 RESSIGNIFICANDO MEMÓRIAS.....	68
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
5 REFERÊNCIAS.....	84
6 APÊNDICES.....	91

1 INTRODUÇÃO

A escrita da História, no decorrer de seus séculos, debruçou-se em delinear narrativas históricas que respondessem às diversas demandas das estruturas hegemônicas de poder, afirmando versões historiográficas oficiais que focavam nas experiências de, sobretudo, “grandes homens”. O contexto ocidental que marcou o fim do século XIX e, principalmente, o XX, com a emergência dos Estudos Culturais e da História Oral trouxe uma maior preocupação em dar protagonismo às experiências e memórias dos e das sujeitas excluídas da História. Assim, a História dos subalternos, periféricos, de grupos socialmente marginalizadas(os) e das chamadas “minorias sociais” passou a ser englobada¹. Mesmo com as novas preocupações historiográficas, as histórias das mulheres – a exemplo das mulheres indígenas, das mulheres camponesas, das mulheres negras – se encontravam, muitas vezes, obliteradas, principalmente quando em comparação às experiências de homens. Partindo desse pressuposto, afirmo que as mulheres foram excluídas, não obstante das narrativas oficiais da História, como da escrita desta. Assim, percebo a necessidade da ampliação de narrativas históricas que não se restrinjam apenas em abordar as vidas e experiências de mulheres, mas que possibilitem as ferramentas para que suas vozes sejam ouvidas, atuando também como autoras de suas próprias histórias.

Ao considerar que a participação das mulheres foi, em muito, silenciada pela a historiografia, compreendo relevante a realização de um trabalho que seja capaz de articular experiências² de mulheres dissidentes, as quais compartilham vivências em comuns. Colaborar para a escrita de uma história das mulheres é lutar para que elas não tenham parte de suas vivências apagadas do curso da História, contribuindo para suas resistências frente às contínuas opressões, produzindo novas narrativas históricas e atuando sobre o presente. Assim, a escolha em articular essas narrativas a partir da perspectiva da história das mulheres é uma escolha política, partilhando a ideia de que todas as ações pessoais são políticas. Busco realizar o presente trabalho, então, de

¹ Já são muitas as discussões que abordam essas discussões a partir de diferentes perspectivas e correntes historiográficas. Nesse sentido, destaco algumas obras: PERROT, 2017; DAVIS, 1990; SPIVAK, 2010.

² No presente trabalho, utilizo de forma recorrente o termo “experiência”. Embora não seja minha intenção debater acerca desse conceito, intento demonstrar que compartilho dos apontamentos de Joan Scott (1992) sobre este conceito. Ao definir o caráter político da experiência, Scott afirma que esta é um aspecto inerente aos sujeitos históricos, presente na linguagem cotidiana, nos discursos e nas práticas socioculturais. Nesse sentido, a experiência é sempre uma interpretação que está em disputa e sujeita a transformar-se nos espaços e tempos vividos.

modo a contribuir aos estudos sobre a história das mulheres no contexto ditatorial brasileiro.

Face à contínua produção de narrativas restritas ao protagonismo masculino nas histórias acerca da ditadura civil-militar brasileira³, esta monografia pretende articular o período em questão a partir da perspectiva da história das mulheres e dos estudos de gênero⁴. Também, ao problematizar as memórias acerca da violência ditatorial produzidas desde o período de redemocratização, me proponho a relacionar as questões de gênero com os aspectos que tangem os estudos sobre memória, percebendo as formas nas quais experiências mulheres produziram traumas individuais e coletivos⁵.

Foi a partir do contato com o Capítulo 10 do Relatório da Comissão da Verdade: “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” (CNV, 2014) e da produção audiovisual “Memórias Femininas da Luta contra a Ditadura Militar” (MEMÓRIAS, 2015) que delimito as fontes a serem analisadas por este trabalho. Produzidas no século XXI, ambas veiculam testemunhos de mulheres que experienciaram violências de gênero realizadas pelos aparatos repressivos e totalitários da ditadura sobre seus corpos⁶. A escolha dessas fontes também se deu por minha vontade de analisar fontes que estivessem públicas e de amplo acesso. Dessa forma, compreendo o caráter *sensível* dos testemunhos presentes

³ Compreendo que a ditadura instituída a partir do Golpe de 1964 foi baseada no militarismo, mas, também, possuiu forte influência de parte da sociedade civil. Dessa forma, a escolha do termo “ditadura civil-militar” não pretende tirar ou amenizar o protagonismo militar que foi, de fato, extremamente forte, mas pretende não deixar que a participação, atuação e benefício de parcela da sociedade civil para com o sistema ditatorial seja esquecida. Este pensamento foi introduzido pela vasta obra de Daniel Aarão Reis obtendo suas continuidades em outros e outras diversos autores. (Cf. FICO, 2004).

⁴ Em muitas ocasiões se delineou uma história da ditadura brasileira baseada na história dos militantes homens, exaltando seu protagonismo e participação. Dessa forma, a participação feminina ficava era posta de lado. Muitas publicações realizadas nos últimos anos preocuparam-se com esta questão, abordando a história das mulheres e sua participação na ditadura. São exemplos dessas produções historiográficas: (PEDRO; WOLFF, 2010); (PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011).

⁵ Entende-se aqui que a discussão acerca do conceito de trauma teve início a partir das contribuições da psicanálise, a exemplo da perspectiva Freudiana, por exemplo. Compreendo a relevância desses estudos para o entendimento do trauma enquanto conceito utilizado na narrativa histórica, porém não intenciono neste trabalho abordar de forma detalhada essa perspectiva. Tampouco pretendo realizar debates teóricos acerca dela. Sobre estudos que contemplem essas questões, ver mais em: (KEHL, 2010); (FULGENCIO, 2004).

⁶ Neste trabalho, percebo o corpo enquanto um conceito alinhado ao proposto por Olívia Rangel Joffily (2010b). A autora afirma que o corpo é imbuído de significados e sentidos atribuídos a partir de nossa interação social, política e cultural com nós mesmas e com outros indivíduos, e também a partir de nossas “experiências vividas, pela inteligência e pelo desejo” (JOFFILY, 2010b, p.2). Nessa perspectiva, as interações do corpo estariam também atravessadas pelas relações de gênero, por exemplo.

nas fontes, não só para quem os lê, mas para aquelas que os publicizaram. Nesse sentido é também por evitar expor mais testemunhos sobre as experiências sensíveis dessas mulheres que optei por depoimentos que já estavam publicizados.

A primeira fonte, respectivamente, foi publicada em 2014 e está vinculada ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) brasileira. Esta, foi implementada a partir da lei nº 12528/2011, a qual tornou obrigatória sua atuação⁷. Esta Comissão atuou a partir de um amplo trabalho de investigação e estudo, realizando diligências investigativas, coleta de cerca de 1121 depoimentos, realizando audiências e sessões públicas pelo país, visitando diferentes unidades federais, percorrendo unidades militares nas quais as Forças Armadas praticavam suas violências (CNV, 2014), entre outras atividades. Como resultado desse amplo trabalho, a CNV possuiu a tarefa de publicar – após pouco mais de três anos de sua implementação - um relatório circunstanciado que abarcasse as atividades realizadas em seu período de atuação, expondo as “atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e as recomendações” (BRASIL, 2011), a ser integrado no Arquivo Nacional e, posteriormente, publicado no Projeto Memórias Reveladas⁸. É a partir dessas circunstâncias que o relatório da CNV foi divulgado em 10 de dezembro de 2014, vinculado ao site da CNV integrado ao Projeto Memórias Reveladas.

Assim, o Capítulo 10 do relatório, resultado do trabalho do grupo de trabalho “gênero e ditadura” aborda: A) a violência sexual e de gênero como instrumento de poder e dominação B) a influência da normativa internacional a respeito dos crimes baseados na discriminação de gênero, C) os métodos e procedimentos que caracterizaram estas violências D) as *sequelas* e os traumas que permaneceram presentes nos e nas sobreviventes E) os crimes e violências desencadeados contra crianças e adolescentes. A partir deste capítulo, pretendo trabalhar os testemunhos de mulheres também com base nos conceitos que circundam as relações entre trauma e memória.

⁷ A importância de sua implementação é evidente, porém, cabe considerar que compreendo o caráter tardio de sua criação (FERNANDES, 2015, p. 737), principalmente frente ao contexto do Brasil atual no qual memórias “oficiais” e equivocadas acerca do passado do período em questão já vêm sendo construídas e amplamente difundidas na opinião pública.

⁸ O site “Memórias Reveladas” publiciza os três capítulos do Relatório Final da Comissão da Verdade. Também, apresenta aspectos da atuação da CNV, a exemplo da sua parte institucional, das audiências públicas, documentos e arquivos utilizados, fotografias, laudos parciais, relatórios de pesquisa, textos do colegiado e informações sobre as torturas realizadas em instalações militares. Para ver mais, acessar: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>>

A produção audiovisual “Memórias Femininas da Luta contra a Ditadura Militar”, segunda fonte deste trabalho, foi produzida no ano de 2015 pelo Laboratório de Estudos do Tempo Presente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a coordenação de Maria Paula Araújo e está disponível na plataforma midiática do *Youtube*⁹. A produção audiovisual aborda diversas experiências de mulheres com base em depoimentos orais pertencentes ao acervo “Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil”. Sua estrutura comporta 51’34” de vídeo, divididos em cinco partes, intercalando depoimentos e pequenos textos informativos. Estas partes demonstram: “A violência contra as mulheres”, “O lugar de Antígona”, “O ‘amor nos tempos da cólera””, “Movimento Feminista” e “Atuação política das mulheres em tempos de democracia”.

Ainda, considero importante situar esses dois documentos enquanto fontes históricas, produtos dos diversos processos históricos que marcam o tempo presente. Em sentido proposto por Jacques LeGoff (1990), entendo essas fontes como políticas e marcadas por subjetividades que devem ser consideradas no processo de análise histórica, tais como: os grupos sociais que as produziram, as possíveis intencionalidades das fontes, seus silenciamentos, o tempo histórico de sua produção, entre outras questões. Em sequência, considero que os testemunhos presentes nessas fontes foram organizados e selecionados a partir de grupos de pesquisadores/as, entendendo, então, que essa seleção também está imbuída de subjetividades. Ao perceber essas fontes enquanto produzidas por determinados sujeitos históricos, assim como ao considerar que toda ação humana é política, compreendo-as enquanto “resultados de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que [a] produziram” (LEGOFF, 1990, p. 548). Para tanto, ao afirmar o capítulo destinado aos estudos de gênero e ditadura presente no relatório final da CNV, assim como a produção audiovisual enquanto fontes históricas, possibilito o entendimento de parte das demandas cívicas da segunda década do século XXI pelo direito à memória das violências de gênero vividas por mulheres na ditadura brasileira. Ambas as fontes propõem evidenciar, através de documentos, reflexões teóricas e testemunhos selecionados, as violações aos direitos humanos produzidas pelos agentes da ditadura. Também, pretendem delimitar o caráter sexual e de gênero que marcou essas

⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YWtuhUsn5ao&t=259s>>

violências. Dessa forma, compreendo essas fontes como atuais políticas de memória¹⁰ e usos públicos do passado, as quais possuem a capacidade de tensionar esquecimentos e equívocos disseminados nas recentes décadas sobre as memórias da ditadura brasileira.

Promonho-me, como citado, discutir e analisar sobre os testemunhos de mulheres dissidentes presentes nas fontes em questão, a partir do viés dos estudos de gênero, ao analisar as violências sofridas por essas mulheres. Como consequência do contato com as fontes e análise da conjuntura na qual elas se inserem, alguns problemas causaram-me dúvidas: Por que, décadas passadas da ditadura brasileira, estas mulheres ainda vêm a necessidade de rememorar memórias traumáticas sobre esse período? Ainda, de que forma estas rememorações ajudam na ressignificação e fortalecimento de uma memória coletiva de mulheres? Esses testemunhos, por fim, seriam capazes de fortalecer uma luta feminista e de mulheres no presente?

A partir de reflexões que circundam essas questões, intento investigar os aspectos das violências de gênero presentes nas memórias de mulheres que sobreviveram à repressão ditatorial brasileira. Analiso, então, as fontes e os testemunhos enquanto formas de rememorar e ressignificar memórias de mulheres marcadas pelo trauma, também a partir do entrelaçamento entre os conceitos de gênero e história.

O entendimento dos estudos de gênero faz-se central para a metodologia proposta principalmente por auxiliar na construção das análises das fontes escolhidas, sendo o fio que conduz os seus rumos. Nesse sentido, a obra de Joan Scott (1995) é relevante no processo de reflexão sobre os aspectos que definem esse conceito. Sua relevância teórica diz respeito aos novos aportes trazidos para analisar o gênero como uma construção social produzida e determinada aos corpos e subjetividades (1995) dos indivíduos. Dessa forma, as relações hierárquicas não se restringiriam somente ao sexo, mas estariam fortemente ligadas às relações de desigualdade de gênero (SCOTT, 1995). Estas desigualdades se definem, então, como socialmente construídas e impostas principalmente através das relações de poder, consolidadas por

¹⁰ Apresento aqui distintos projetos, publicações e atividades que, assim como as fontes escolhidas para este trabalho, esforçaram-se em coletar documentos e testemunhos, realizar pesquisas em arquivos, analisar diferentes fontes, entre outros, pretendendo rememorar a violência do período da ditadura. Objetivando exemplificá-los, cito projetos como o “Brasil: nunca mais” (PROJETO BRASIL, 1985), e o “Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil” (2012). Como exemplo de produções audiovisuais, o filme “Que bom te ver viva” (1989).

uma gama de relações socioculturais, como as de classe e raça, por exemplo. Importa esclarecer que minha intenção em investigar a relação entre memória, trauma e gênero, por exemplo, leva em conta as diferentes subjetividades das sujeitas históricas imbricadas em cada testemunho a ser analisado. Nessa linha, enfatizo a impossibilidade de desassociar as relações de gênero com as de sexo, classe e raça, por exemplo, visto que as relações de poder se estabelecem não somente a partir das relações de gênero, mas a partir das interseccionalidades entre gênero, sexo, raça e classe¹¹.

Dando sequência à introdução desta monografia, percebo que desde o fim da ditadura civil-militar brasileira – a partir do período de tentativa de redemocratização na década de 1980 – é notável o número de publicações e iniciativas que preocupam-se em rememorar os processos históricos e os eventos relacionados a esse período. Estas iniciativas vêm sendo desencadeadas no âmbito acadêmico e legislativo, por exemplo, na tentativa de reformular certas narrativas sobre este passado histórico, atuando no processo de (re) formulação de determinadas memórias.

Pensando nos diversos trabalhos que contribuem para a realização deste trabalho, alinho-me, primeiramente, à obra de Maria Amélia de Almeida Teles (2015), a qual se empenha em analisar as múltiplas violações aos direitos humanos das mulheres no período da ditadura brasileira. A publicação em questão orienta muitas das discussões aqui propostas, visto que a autora problematiza as diversas violências de gênero realizadas às mulheres – a exemplo da questão da maternidade, estupros, ameaças, assédios, entre outras – atribuindo seu caráter repressivo e de dominação. Realiza ainda, uma contextualização histórica da participação política de luta e resistência de mulheres dissidentes no período da ditadura, assim como ressalta a importância da Comissão Nacional da Verdade em investigar e publicizar, através de seu Relatório, as experiências de mulheres que sobreviveram ao aparelho repressor ditatorial. Ainda que ela não analise o Capítulo 10 do Relatório da CNV, comenta sobre sua existência e importância.

O livro “O que resta da ditadura: a excessão brasileira” de Edson Teles e Vladimir Safatle (2010) demonstra sua relevância ao trabalhar a ditadura brasileira enquanto um passado que continua presente. A obra apresenta diversos assuntos que

¹¹ Ainda são poucos os trabalhos empenhados em estudar as relações interseccionais que estiveram intrínsecas nas violências do período da ditadura civil-militar. Sobre esse assunto, ver: (RODRIGUES, 2013). Ainda, para compreender as relações entre gênero, raça e classe, ver: (DAVIS, 2016).

relacionam-se aos processos de produção de memórias e esquecimentos sobre a ditadura. Em seus capítulos apresenta diversas questões, tais como: o processo de anistia brasileira; a criação da Constituição brasileira de 1988; a permanência, mesmo após o fim da ditadura, de seus agentes âmbito jurídico brasileiro; as lutas por verdade e justiça desencadeadas pelos familiares dos desaparecidos políticos; a reconciliação política; e, por fim, acerca das torturas e da repressão do período, pensando as questões que circundam o conceito de trauma. Pretende, assim, demonstrar as formas nas quais a ditadura permaneceu no âmbito jurídico e sociopolítico brasileiro mesmo após seu fim, produzindo traumas sociais. Dentro desta obra, resalto o capítulo de Maria Rita Kehl, intitulado “Tortura e Sintoma Social” e o capítulo “Escritas da tortura” de Jaime Ginzburg.

O primeiro, respectivamente, aborda sobre a impunidade face às violências e torturas ocasionadas no período, impunidades essas impulsionadas pelas tentativas de silenciamento e apagamento desses crimes por parte da sociedade civil. Também, Kehl (2010) demonstra que essas violências produziram não só traumas individuais, como traumas coletivos, percebendo essa categoria também a partir das contribuições psicanalíticas. No capítulo de Jaime Ginzburg (2010), em ressonância com as discussões travadas por Kehl, o autor associa a continuidade e intensificação de um Estado violento, na atual realidade brasileira, como fator impulsionado pelo silenciamento e pela impunidade face às graves torturas e violações desencadeadas no período da ditadura. Também, o autor apresenta sobre questões que circundam as memórias das torturas ocasionadas no período, afirmando que sua banalização e apagamento pode ocasionar na sociedade “catástrofes coletivas” (GINZBURG, 2010, p. 149).

A obra de Carlos Fico, historiador brasileiro comprometido com a temática proposta nesta investigação¹² sinaliza aspectos respeito da contextualização para o entendimento do período e de questões aqui trabalhadas. Por exemplo, em Fico (2012) o autor discute o período da ditadura civil-militar brasileira a partir da perspectiva do trauma, colocando esta categoria em ressonância com aspectos como a sensibilidade, as violências e as interações entre esperança e frustrações que também

¹² Outros exemplos de estudiosos do período dizem respeito a Daniel Aarão Reis, Rodrigo Pato Sá Motta e Marcelo Ridenti, os quais auxiliam na compreensão do processo histórico em pauta, a exemplo das obras: “A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964” (2014), “Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988” (2014).

contribuíram para os sentimentos da sociedade no tempo presente. Para compreender aspectos da história do tempo presente, também alinhei-me com as perspectivas de Delacroix (2018). Este autor define o estabelecimento deste campo nos países europeus, norte-americanos e latino-americanos. Dessa forma, sua obra é relevante para a compreensão do recente deslocamento do centro da pesquisa histórica para o presente, impulsionado pelas demandas cívicas por memória, justiça e reparação pelos passados catastróficos que deixaram reminiscências no presente.

Além de Fico, as discussões de Susel Oliveira da Rosa contribuem para que possamos conhecer aspectos sobre o caráter testemunhal presente em fontes históricas distintas. Seus trabalhos discutem o período da ditadura a partir, principalmente, das relações de gênero, abarcando temas que propõem considerar os silenciamentos e esquecimentos relacionados às experiências e vivências de mulheres no período. Rosa estuda testemunhos que partem da análise de cartas e da História Oral (2013), buscando expor o caráter misógino que definiu as relações interpessoais no período, mas também as resistências e atuação de mulheres presentes no contexto da ditadura. Enfatizando as ideias de Rosa, procuro trazer as considerações realizadas por Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013), cujo recorte traz um levantamento historiográfico no qual apresenta testemunhos de mulheres que atuaram na luta contra a ditadura civil-militar. A autora destaca para o caráter de denúncia atribuído aos testemunhos, principalmente na construção de um passado, que, segundo ela, foi negligente no reconhecimento de mulheres como sujeitos históricos. Ela afirma que a História Oral brasileira possui uma interação direta com a categoria de Gênero, atribuindo o pioneirismo nesta área à Albertina de Oliveira Costa (1980), no que diz respeito às lembranças da atuação de mulheres contra o regime de Exceção.

Ainda sob estas perspectivas, Olívia Joffily (2012) traça um panorama a respeito das resistências de mulheres às torturas e repressões do Estado ditatorial brasileiro. Sua relevância para a presente monografia diz respeito, não somente às discussões propostas por ela, mas a partir das fontes que a autora utiliza. Analisando testemunhos – coletados por ela – de mulheres que sobreviveram aos crimes cometidos nas prisões políticas da ditadura, Joffily propõe pensar os corpos dessas mulheres como “campos de batalha”, na medida em que resistiram, lutaram e vivenciaram experiências marcadas pelas violências políticas e de gênero.

A obra “Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil” (SANTOS;

TELES; TELES, 2009) realiza um levantamento historiográfico sobre o período da ditadura e os crimes e violações cometidas. Nesta obra Cecília Santos, Janaína Teles e Edson Teles, atentam para as questões relacionadas as atuais disputas de memória e à Justiça de Transição brasileira. Traz um importante aporte historiográfico ao trabalhar diferentes injustiças, traumas e violências sofridas no período, desenvolvendo reflexões que contribuem para a construção do processo histórico. Outro trabalho de Janaina Teles foi relevante para a produção desta monografia, o qual diz respeito a sua tese de doutorado intitulada “Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil” (2011). Nela, Janaina cita aspectos sobre a relevância do testemunho para a compreensão histórica, contextualiza o Estado repressivo da ditadura, seus centros de extermínio e tortura, demonstra o dia-a-dia dos presos políticos a partir de testemunhos e relatos, as denúncias contra as condições carcerária e os abusos nos quais os presos-políticos eram submetidos, aspectos do contexto da Lei da Anistia brasileira e da redemocratização brasileira, e, por fim, aborda as disputas por memória sobre o período em questão.

Também, a tese de doutorado de Danielle Tega contribuiu para as discussões aqui presentes. Intitulada “Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina” (2015) abordou o período da ditadura articulando testemunhos de mulheres, estudos da memória e a partir da crítica feminista. Nesta tese, Tega analisa duas produções audiovisuais – uma da Argentina e outra do Brasil – pensando-as enquanto armas políticas de resistência. Nesse sentido, Tega aborda temas que convergem com este trabalho, a respeito de aspectos das violências de gênero nas prisões políticas da ditadura, da questão da maternidade e das discussões de memória a partir dos conceitos que definem o trauma e o testemunho. A respeito das violências vivenciadas pelas mulheres no período da ditadura, ressalto a presença da dissertação de Mirian Alves do Nascimento (2014), intitulada “A imprensa de oposição e a violência contra mulheres nas ditaduras do Brasil e do Uruguai”. Esse trabalho pretende analisar, de forma comparada, as violências sexuais e de gênero causadas pelo Estado de exceção das ditaduras militares do Brasil e Uruguai. A autora problematiza essas questões a partir da análise dos discursos sobre essas violências perpetuados e publicizados pela imprensa brasileira e uruguaia, utilizando jornais tradicionais e alternativos de ambos os países como fontes históricas.

Dentre outras tantas obras não citadas aqui por questão de espaço, destaco, por fim, a obra “Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul”, organizada por Joana Maria Pedro, Cristina Wolff e Ana Maria Veiga (2011). Esta, contempla uma gama de artigos que refletem acerca das repressões, resistências e movimentos de mulheres latino-americanas nas ditaduras civis-militares dos países da América Latina. Focando principalmente no Brasil e na Argentina, o livro é relevante devido as perspectivas das diferentes organizações de mulheres que atuaram na resistência aos regimes civis-militares. Seus artigos abordam, por exemplo, o trabalho doméstico das mulheres, traçam um panorama dos feminismos no Brasil e Argentina, exploram as relações entre as mulheres e as esquerdas, expondo as relações destas dentro dos movimentos políticos, apresenta a luta das mulheres operárias, as lutas armadas desencadeadas pelas mulheres latino-americanas, assim como aspectos culturais e artísticos como formas de luta e resistência.

A retomada deste período por distintos trabalhos se torna, portanto, recorrente, e, de fato, necessária. A preocupação em dar visibilidade aos acontecimentos desse período também se relaciona com a ineficiência da Justiça de Transição do governo brasileiro, a qual não concedeu o total direito à verdade, justiça e reparação frente às violações aos direitos humanos cometidas no período (ABRÃO, 2011), aspecto esse que será desenvolvido no decorrer do trabalho. Consequentemente, no presente, nos deparamos com periódicas constatações equivocadas produzidas sobre o período da ditadura civil-militar – seja por parte da grande mídia, por parte das mídias sociais ou por outros setores da sociedade. Tais equívocos acabam produzindo uma opinião pública controversa sobre o assunto, delineando uma memória coletiva baseada em incoerências históricas.

Em uma breve pesquisa realizada com palavras-chave em repositórios acadêmicos, não encontrei trabalhos que se propusessem a analisar as categorias teóricas – memória coletiva, trauma, esquecimento, violência de gênero – relacionando-as com as fontes escolhidas pelo presente trabalho. Compartilho, então, que, tratando-se das diversas produções sobre o período da ditadura civil-militar brasileira, ainda há a presença de lacunas historiográficas pendentes, principalmente no que diz respeito ao protagonismo das mulheres em suas próprias Histórias.

Dessa forma, o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), procura dar conta de

produzir pesquisas sobre o período em questão no âmbito da história das mulheres e dos estudos de gênero. O LEGH desenvolveu nos últimos anos diversos projetos e produções acadêmicas que objetivaram estudar o período a partir de seus diferentes discursos e narrativas, perspectivando-o através das lentes do cinema, de jornais, panfletos, propagandas, da História Oral de mulheres, entre outros. A exemplo, cito o projeto “Mulheres de Luta”¹³ e o projeto “Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Conse Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina)”¹⁴, dos quais fiz parte enquanto integrante, instigando meu interesse nesses estudos.

Assim, foi em 2018 que meu anseio em estudar os temas das ditaduras latino-americanas sob a perspectiva de gênero se acentuaram, a partir da possibilidade de participar do LEGH como bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq¹⁵, no projeto citado: “Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Conse Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina)”. Este contato me proporcionou a participação em diversas atividades pessoais, como nas reuniões semanais de leituras de textos, na realização de transcrição de entrevistas – possibilitando-me a familiaridade com a História Oral de mulheres militantes do período – e, por fim, a partir do contato com o extenso acervo do LEGH¹⁶. Também, o engajamento no projeto “Mulheres de Luta” me propiciou a atuação no trabalho de pesquisa documental no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL)¹⁷, em Campinas, o qual possui uma vasta documentação a respeito dos movimentos sociais e de resistência à ditadura brasileira nas décadas de 1960 a 1980. A partir da participação nessas

¹³ Projeto financiado pela CAPES que visa construir narrativas históricas a partir de depoimentos de mulheres que lutaram na resistência frente a ditadura militar, além de realizar pesquisas em acervos e arquivos feministas. O projeto foca no período de 1964 a 1985, trabalhando também com as narrativas de movimentos sociais de esquerda do período da ditadura civil-militar brasileira.

¹⁴ Financiado pelo CNPq, o projeto objetiva pesquisar sobre produção historiográfica francesa sobre as ditaduras militares do Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina). Assim, preocupa-se em perceber as temáticas relacionadas a memória e aos estudos de gênero, visando compreender, a partir de uma metodologia comparativa, as diferentes narrativas sobre esse período produzidas no norte e sul global.

¹⁵ SILVA, Janine Gomes da. “Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Conse Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina).” Coordenadoria. Projeto de Pesquisa financiada pelo CNPq.

¹⁶ O atual acervo do LEGH conta com uma grande quantidade de entrevistas de mulheres dos países do Cone Sul, como Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Brasil. Também possui uma gama de periódico e diversos outros documentos, como panfletos, boletins, cartazes, entre outros. Para saber mais sobre este laboratório, acessar: <<http://www.legh.cfch.ufsc.br>>.

¹⁷ O AEL foi criado em 1974 e está vinculado à Universidade de Campinas (UNICAMP), em Campinas, São Paulo. Atualmente, o AEL representa um dos mais importantes arquivos brasileiros da memória LGBT, feminista e dos movimentos sociais que atuaram no período da ditadura. Ver mais em: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br>>

atividades, considero o LEGH como um espaço que promove o interesse à pesquisa histórica, ao mesmo tempo em que reproduz sociabilidades, constrói redes e relações de afetos, fortalecimentos, e, sobretudo, torna-se um espaço de resistência dentro e fora da academia, atuando como um “acervo feminista”. Destaco-o, então, como fundamental para minha formação, não só como futura historiadora, mas sobretudo, como mulher feminista.

Uma vez que o estudo da ditadura e a relação com o gênero é um entrelaçamento que me interessa, entendo que o desenvolvimento desta monografia auxilia no crescimento de ideias que ainda encontram-se imaturas. Ressalto que episódios imbuídos de ideais conservadores, fascistas, machistas, racistas e preconceituosos, ocorridos nos últimos anos, também instigaram na escolha desse tema. A exemplo, revisito o acontecimento do ano de 2016, no qual o, à época deputado, Jair Messias Bolsonaro saudou, no Congresso e em rede nacional televisionada, um torturador do período da ditadura, em meio ao processo de impeachment da presidenta vigente Dilma Rousseff¹⁸. É de público conhecimento que o mesmo torturador saudado exercera crimes e violências de gênero a Dilma Rousseff – e também a outras mulheres – durante o período da ditadura civil-militar brasileira. As relações de poder que perpassaram esta fala demonstraram o caráter misógino, o qual, imposto nas relações socioculturais, determina o poder de um corpo sobre o outro. Também, os altos índices de feminicídios e de agressões às mulheres no Brasil, assim como o brutal assassinato da deputada estadual do Rio de Janeiro, Marielle Franco, em 2018, demonstram o descaso e a negligência estatal e civil para com a violência contra a mulher.

Diante de um contexto tão conservador, racista, machista e violento como este, percebo a necessidade em lembrar e dar continuidade a histórias que, por muito tempo, tentaram ser esquecidas e negligenciadas. Nesse sentido, a partir de minha concepção feminista, entendo que o desenvolvimento do presente trabalho pode contribuir como uma forma de resistir ao atual momento sócio-político brasileiro. Ainda, somado ao momento sociopolítico que caracterizou as últimas décadas, em que parcelas de pessoas saíram às ruas aclamando pela volta do período ditatorial, realizar este trabalho se torna uma forma de tentar lutar contra o

¹⁸ Este episódio refere-se ao discurso do ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro (atual presidente eleito da República) em favor ao Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em março de 2016. O discurso encontra-se na íntegra disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h3VoCM91gu4>>

esquecimento, principalmente, para que a história não repita os seus cursos catastróficos.

Com base nessas instigações pessoais e sociais, então, objetivo nesta monografia analisar as violências de gênero executadas pela ditadura brasileira em mulheres, expressas em seus testemunhos traumáticos vinculados nas duas fontes anteriormente citadas (Capítulo 10 do relatório da CNV e audiovisual “Memórias Femininas da Luta contra a Ditadura Militar”). A partir dessas considerações, pretendo, de forma específica: analisar o modo como os testemunhos dessas mulheres demonstram tentativas de retomar e ressignificar memórias individuais coletiva acerca das violências de gênero da ditadura; compreender os diferentes caracteres das violências proferidas às mulheres que rememoraram suas experiências do período ditatorial; discutir as experiências traumáticas presentes nessas memórias; entender a relação dessas mulheres com o trabalho de suas memórias traumáticas, pensando nos pertencimentos, reconhecimentos e lutas gerados por elas ao longo dos anos.

Com a finalidade de atingir os objetivos e o problema de pesquisa supracitados, realizo o trabalho de análise e seleção de trechos das fontes, focando nos diferentes testemunhos de mulheres trazidos por ambas. As particularidades das fontes orais são consideradas ao fazer a articulação dos testemunhos. A análise, então, é realizada a partir da leitura e estudo das fontes, e, conseqüentemente, da seleção de trechos que evidenciem aspectos relacionados aos objetivos deste trabalho e que possam contribuir para a reflexão aqui proposta. A partir da seleção dos trechos, feitas após leituras, releituras, visionamento e transcrição do audiovisual, o desenvolvimento do trabalho é feito ancorado teórico e metodologicamente na História Oral¹⁹ (ROVAI, 2017; OBERTI, 2010; ALBERTI, 2004) e na História do Tempo Presente. A primeira, respectivamente, contribui para o estudo da história das mulheres e dos estudos de gênero, na medida em que apresenta a possibilidade dessas mulheres falarem por e sobre si, sendo capaz de representar histórias de mulheres dissidentes, de “mulheres das mais diferentes origens: territoriais, sociais, culturais e políticas, mas que têm em comum a possibilidade de manifestar-se publicamente, pela história oral, contra toda forma de opressão, de indiferença e de esquecimento” (ROVAI, 2017, p. 7). Em seqüência, a História do Tempo Presente possibilita a

¹⁹ É importante aqui ressaltar que a História Oral foi usada sobretudo no processo de análise dos testemunhos e de suas subjetividades, visto que muitos dos testemunhos foram previamente selecionados das entrevistas orais realizadas pelas fontes escolhidas.

compreensão das diversas continuidades do passado recente e suas consequências na atualidade, compreendendo os processos históricos retomados pela memória individual e coletiva, através dos testemunhos, por exemplo.

Evitando impor categorias pré-concebidas, considero relevante destacar estes aspectos supracitados, de modo que a seleção e análise dos trechos tenha sido realizada com a maior fidelidade possível à subjetividade dos testemunhos. Com isso, não quero dizer que minha subjetividade não está presente, haja vista que não existe tal neutralidade em pesquisas. Quanto aos cuidados estabelecidos ao trabalhar-se com narrativas orais traumáticas, levo em conta que a lida do historiador com estas memórias requer um grau de empatia, característica que, segundo Fico (2012) não deve ser confundida com a identificação e, conseqüentemente, “sacralização da vítima” (p.49).

Ao tomar como rumo as violências de gênero presentes nas memórias traumáticas, foco no caráter de certas violências proferidas contra as mulheres – realizadas, em sua maioria, por homens – que ocorreram exclusivamente por estas serem mulheres resistentes ao regime totalitário. Investigar, então, as fontes pela perspectiva de gênero, possibilita a problematização de distintas questões, tais como: a maneira como o Estado, e, conseqüentemente, a instituição militar e civil utilizou-se das identidades e construções sociais misóginas para fundamentar seus abusos; as formas de humilhações sofridas por estas mulheres por serem mulheres, havendo violações aos seus corpos e suas subjetividades.

A presente monografia se organiza de forma a alcançar seus objetivos, os problemas e a metodologia proposta, sendo dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “**Violências de Gênero nos testemunhos de mulheres**” compreende, a partir da análise de testemunhos de mulheres, os aspectos que caracterizaram as violências cometidas aos seus corpos. Inicialmente, realizo contextualizações históricas sobre a conjuntura da qual as fontes tratam: o período da ditadura civil-militar brasileira. De forma bastante breve, reflito sobre a presença de alguns dos grupos de resistência do contexto, sobre a atuação de mulheres contra a ditadura e acerca dos aspectos que caracterizaram o aparato repressor do período. Também, analiso aspectos que definem a utilização do testemunho para construção da narrativa histórica. Em seqüência, a partir da análise dos trechos neste capítulo, estabeleço uma reflexão sobre as violências sexuais e de gênero intrínsecas aos

depoimentos de mulheres. Divido as análises em temáticas que marcaram as características das violências de gênero no período em questão: as violências físicas, psicológicas, sexuais, assim como as violências relacionadas à questão da maternidade. Considero importante destacar que, por mais que as violências envolvendo a maternidade foram violências de cunho moral, sexual, psicológico e físico, vejo a necessidade de separá-la enquanto uma seção própria. Isto porque a maternidade foi um aspecto que singularizou as experiências traumáticas dessas mulheres, estendendo-se em seus filhos e filhas. É, assim, indissociável pensar as violências de gênero sem considerar essa questão tão singular.

Em “**Memórias traumáticas: marcas duradouras**”, trabalho com os traumas presentes nas memórias das ex-presas políticas que sobreviveram ao aparato de tortura e repressão do Estado. Assim, saliento não somente as “cicatrices” e “sequelas” físicas e emocionais, mas, a dificuldade de lidar, para algumas, com essas experiências traumáticas, analisando seus silenciamentos e suas emoções que relacionam-se à retomada de seus testemunhos. A partir da análise dos trechos neste capítulo, estabeleço uma reflexão sobre as versões de memórias de mulheres a respeito das violências sexuais e de gênero impingidas pela ditadura civil-militar. Por conseguinte, proponho a reflexão sobre as demandas cívicas que relacionam-se com as disputas pela memória da ditadura brasileira e as tensões entre memória e esquecimento. Analiso as políticas de memória e os usos públicos do passado no presente, refletindo, então, sobre a possibilidade de construção de uma memória coletiva de mulheres. Ainda, esta seção trabalha as possibilidades de auxílio dessas rememorações ao fortalecimento da memória dessas mulheres no presente, pensando seus testemunhos como resistências.

Por fim, optei por desenvolver, em forma de apêndice presente ao final do trabalho, minibiografias sobre as mulheres que tiveram seus testemunhos utilizados neste trabalho. Essa escolha é política, frente à preocupação em demonstrar as distintas trajetórias das mulheres estudadas, as quais traçaram diferentes caminhos, e, ainda assim, compartilharam vivências em comuns. Ao demonstrar brevemente suas trajetórias de vida, intenciono que essas mulheres não sejam tratadas somente enquanto objetos de pesquisa: são agentes de suas próprias histórias.

2 VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NOS TESTEMUNHOS DE MULHERES

O presente capítulo pretende discutir as experiências de mulheres relacionadas às violências de gênero do período da ditadura civil-militar brasileira, com base em testemunhos de mulheres que foram presas a partir deste contexto ditatorial, que sobreviveram à repressão e que foram capazes de rememorar seus traumas no presente. Ainda, as memórias aqui analisadas dizem respeito ao recorte temporal que compreendeu ao período de 1968 e 1980, o qual foi marcado pela intensa repressão, perseguição e violência por parte do aparato militar. As vivências traumáticas aqui analisadas, mesmo que representem memórias *sensíveis* e dolorosas nas vidas de mulheres que foram capazes de retomá-las, são vistas por elas como uma arma de luta no presente, conforme podemos observar no relato de Maria Amélia de Almeida Teles:

Numa dessas sessões, [...] eu amarrada na cadeira do dragão, ele [torturador] se masturbando e jogando a porra em cima do meu corpo. Eu não gosto de falar disso, mas eu vejo a importância desse momento de tratar a verdade e gênero pensando nessas desigualdades entre homens e mulheres, em que os agentes do Estado, os repressores usaram dessa desigualdade para nos torturar mais, de certa forma. De usar essa condição nossa. Nós fomos torturadas com violência sexual, usaram a maternidade contra nós. (CNV, 2014, p. 407)

Maria Amélia de Almeida Teles, ao narrar sobre as experiências que vivenciou quando presa em 1972 a partir da Operação Bandeirantes (Oban)²⁰, sinaliza a presença de desigualdades e preconceitos de gênero nas torturas que sofreu. Destaca a violência moral, a violência sexual e a violência relacionada à questão materna, aspectos esses, que caracterizaram as experiências de distintas mulheres. Este relato, assim como outros que apontarei neste trabalho, nos faz refletir sobre as formas que fundamentaram e sistematizaram as relações de poder do período ditatorial brasileiro.

O cunho misógino e preconceituoso que caracterizou as torturas proferidas nas presas políticas como violências de gênero, uma vez que estas foram baseadas também a partir de relações de poder entre os sexos, foi estruturado nas construções socioculturais de gênero atribuídas a masculinidade e a feminilidade. Nesta

²⁰ A Operação Bandeirantes (Oban) foi uma das estruturas caracterizantes dos mecanismos do período ditatorial brasileiro, na medida em que centralizou e integrou forças militares e policiais, sistematizando a repressão política do período. Atuou em São Paulo como um centro de informações e investigações, no qual seus integrantes pertenciam a aeronáutica, marinha, polícia federal, ao SNI e aos órgãos do governo de São Paulo. Financiada pelo apoio civil empresarial, a Oban foi uma entidade que fortaleceu a perseguição política e foi também englobada pelos órgãos da repressão, como o DOI-Codi e o DEOPS, por exemplo.

perspectiva, alinho-me a Lourdes Maria Bandeira (2014) que entende que este “tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas” (p. 452). Complemento, ainda, que essas violências podem ser interpretadas como tentativas de afirmação do poder e da dominação masculina sobre a mulher, assim como da dominação do Estado sobre as militantes políticas. Nestas violências estariam também imbricadas concepções como a “hegemonia do poder masculino”, a “condição de subalternidade feminina, baseada na hierarquia de gênero” e a “reprodução das imagens de homem e mulher e dos papéis atribuídos por meio da construção social da violência” (BANDEIRA, 2014, p. 454).

Antes de prosseguir, importa contextualizar aqui, ainda que brevemente, o cenário ditatorial que marcou a experiência latino-americana. A segunda metade do século XX foi marcada pela eclosão de variadas ditaduras militares nos países do Cone Sul, sendo estas desencadeadas por seus contextos internacionais e nacionais²¹. Os EUA, inseridos no contexto de Guerra Fria impuseram sua influência no terreno latino americano, fortalecendo a noção de uma suposta “ameaça comunista”, acentuada através da propaganda midiática e do discurso anticomunista difundidos na opinião pública. Impondo sua máxima imperialista, os EUA instauraram e auxiliaram o processo de tomada de poder dos militares nos países do Cone Sul, sustentando os diversos regimes ditatoriais instituídos nesses países (HENTZ; VEIGA, 2011). Assim, emergem na Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Paraguai e Bolívia, durante a segunda metade do século XX, ditaduras baseadas no militarismo, autoritarismo de uma direita conservadora caracterizadas por forte repressão e perseguição política aos ideais de esquerda.

No Brasil, o Golpe de Estado realizado em 1964, ao depor o presidente João Goulart, instituiu o início de uma ditadura caracterizada pelo poder do aparato militar, vinculada e apoiada por parte da sociedade civil. O ditador Castelo Branco, ao tomar o poder, iniciava duas décadas²² de perseguição ideológica, censuras explícitas,

²¹ Compreendo a relevância da contextualização dos processos históricos que levaram aos golpes nos diversos países do Cone Sul, assim como sobre as diversas conjuturas ditatoriais desses países. Porém, este trabalho não intenciona aprofundar essas complexas questões, devido a problemas de espaço e recorte de tema. Para que se possa entender melhor esses contextos, ver mais em: COGGIOLA, 2001. WOLFF, PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011. FICO, 2004. AARÃO, 2014.

²² É importante evidenciar que a população mais pobre brasileira ainda vivencia essas violências atualmente, relacionando-as, também, com um recorte de raça. Não obstante ao fato de hoje em dia o Estado continuar displicente para com uma parcela da população, o presente trabalho perspectiva a

violências e repressões àquelas e àqueles que se posicionassem contra suas condutas. Em 1968, quatro anos após o Golpe, implementou o Ato Institucional Nº 5 (AI-5)²³, fortalecendo a censura e o processo de ditadura. Ao mesmo tempo em que o aparato repressor era estruturado e fortalecido a partir do controle e manipulação da grande mídia, das Forças Armadas, dos órgãos e organizações de repressão, reações diversas eclodiam e resistiam de norte a sul do país. Com isso, as torturas, perseguições e violências eram sistematizadas.

Assim, a repressão política na ditadura estruturou-se de modo a fortalecer o aparato ditatorial, articulando diversos setores da sociedade. O complexo projeto de repressão e controle brasileiro fundamentou-se em uma estrutura pautada na espionagem, na atuação de uma polícia política, em sistemas de censuras e numa sofisticada propaganda e manipulação política (TELES, 2011). Foi a partir de 1964, com o golpe civil-militar, que foi instituído o Serviço Nacional de Informação (SNI), que estruturou o mecanismo ditatorial baseado no controle político, social e ideológico. As Forças Armadas, em paralelo, assumiram o “papel da polícia política” (TELES, 2011, p. 83) e o Estado implementou e reestruturou, sistematicamente, órgãos de repressões e torturas políticas, tais como: Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), a Operação Bandeirantes (OBAN), o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), o Departamento Estadual de Investigações criminais (DEIC), entre outros.

As torturas, mortes e desaparecimentos, ao serem realizadas em sua maioria de forma previamente arquitetadas e sistemáticas, respondiam a “parte de uma política global, cuja intenção era ocultar a realidade da tortura institucionalizada do regime e, ao mesmo tempo, forjar casos exemplares e uma permanente ameaça a todos” (TELES, 2011, p. 85). Olívia Rangel Joffily (2010b) demonstra que as torturas foram elementos integrantes da doutrina de segurança nacional do Estado ditatorial brasileiro, sendo realizadas com a intenção de obter informações, mas também fundadas nas intenções de causar dores, sofrimentos e terror aos/às presos e presas políticas, consideradas “opositores do Estado” (JOFFILY, 2010b, p. 232).

legitimação do Estado no período ditatorial, a partir de leis que não somente apoiaram, mas avalizaram esses tipos de condutas durante a ditadura.

²³ O AI-5 foi implementado a partir de um discurso falacioso e nacionalista, afirmando ter o intuito de “assegurar a autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo [e] na luta contra a corrupção” (BRASIL, 1968).

Inseridos nesse espectro, diferentes grupos e organizações de esquerda, fossem de luta armada ou não, tiveram importante protagonismo. Dentre esses grupos, destaco o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Popular Marxista Leninista (APML), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Comando de Liberação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Muitos desses grupos de esquerda passaram a ser considerados ilegais pelo governo totalitário, desenvolvendo suas atividades na clandestinidade, fato que constituiu a trajetória de vida de muitos e muitas de suas militantes. Nesse sentido, o foco deste trabalho é voltado para experiências de mulheres, em sua maioria militantes, que vivenciaram em seus corpos e em suas almas, os sofrimentos, as lutas e as esperanças de um período que não deve ser esquecido.

As mulheres atuaram amplamente nos movimentos de esquerda, estabelecendo uma luta ativa no movimento operário, estudantil, indígena, camponês, na luta armada e na clandestinidade, por exemplo. Determinaram um confronto às “ordens estabelecidas” de gênero (DUARTE, 2011) do contexto vigente, as quais frisavam estereótipos baseados na submissão da mulher com relação ao homem. Essas atuações coincidem com o início das discussões feministas²⁴ e em prol dos direitos das mulheres no Brasil em meados dos anos 1970 que aconteceram paralelamente a esse período de repressão ditatorial. O chamado feminismo de “Segunda Onda”²⁵, por exemplo, emergiu no Brasil principalmente em 1975 com Ano Internacional da Mulher. Também, nesta década, os jornais “Brasil Mulher”, “Mulherio” e “Nós Mulheres” produzido por grupos e organizações de mulheres, já circulavam, acarretavam sua influência em parte da população e construíam espaço para a emergência de uma imprensa feminista alternativa (LEITE, 2003). Grupos como o Grupo de Afirmação Lésbica Feminista (GALF) e o Coletivo Feminista de Campinas, por exemplo, iniciavam suas atividades nesta mesma década de 1970 e traziam ao

²⁴ Compreendo aqui a concepção do chamado feminismo de “Segunda Onda”. Ainda, estou ciente de que havia antes no Brasil, desde o século XIX por exemplo, muitas expressões do que se entende hoje como feminismo, ainda que não fosse necessariamente reivindicado esta identidade. Para entender mais sobre a história do feminismo no Brasil, ver: TELES, 1993.

²⁵ Entende-se como feminismo de “Segunda Onda” a concepção de ocidental de um feminismo que se instituiu na Europa e nos EUA após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, esta concepção se instituiu na década de 1970, principalmente em 1975 ano declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Diferentemente do chamado feminismo de “Primeira Onda”, este levantou como lema o “pessoal enquanto político”. Ver mais em: PEDRO, 2005.

debate público pautas como a luta por creches, pela liberdade sexual e pela luta do movimento lésbico (TELES, 1999). Não obstante, eventos e congressos como o 1º Encontro da Mulher Metalúrgica (1978) e o I Congresso da Mulher Paulista (1979) foram mobilizados pelas organizações de mulheres e buscaram articular o feminismo com os movimentos sindicais e populares, ampliando o diálogo entre as organizações e grupos sociais já existentes.

Ainda que houvesse o diálogo entre movimentos feministas e movimentos sociais e de esquerda, havia também certa relutância em relação a uma discussão das pautas das mulheres. Na época, a esquerda revolucionária, em prol da “luta maior” considerava como pautas secundárias aspectos como a desigualdade de gênero. Ainda que a luta de classes fosse uma questão de tamanha importância, em casos específicos esse aspecto foi utilizado como justificativa para a não abordagem da luta específica de mulheres, feministas e dos “grupos minoritários”, havendo casos de opressões de gênero e sexual, por exemplo, dentro das próprias organizações, o que levou a uma “dupla resistência” feminina (HENTZ; VEIGA, 2011). As mulheres, além de confrontar o sistema ditatorial e seus costumes conservadores, confrontavam a opressão social que, não raro, refletia também dentro de setores de movimentos de esquerda (HENTZ; VEIGA, 2011). O embate a que as mulheres foram submetidas durante sua participação na resistência de esquerda junto de seus camaradas de luta, causou uma mudança paradigmática nos papéis de gênero. Também, a luta armada e toda a experiência de resistência à ditadura contribuiu para a percepção de muitas mulheres enquanto feministas. Além de participarem na linha de frente, elas tiveram papel ativo em dar suporte familiar, pessoal e afetivo, e em iniciativas de divulgação e de denúncias, a exemplo do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)²⁶.

Durante o período ditatorial, o Estado ocultou as diversas violências que cometeu, numa tentativa de instituir o esquecimento e a impunidade pelos seus crimes, ao mesmo tempo que utilizou-se de casos pontuais – alguns inclusive forjados – para disseminar ameaças na sociedade da época. Nesse sentido, os setores e organizações estatais decidiam, então, o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido. Atualmente, é de público conhecimento que a ditadura civil-militar

²⁶ O Movimento Feminino Pela Anistia foi criado em 1975 e uma de suas fundadoras foi Therezinha Zerbini. Este movimento era composto de mulheres que eram militantes, mães, esposas e companheiras. Nesse sentido, ele foi capaz de mobilizar parte da sociedade em prol da anistia “ampla, geral e irrestrita”, mobilizando emoções relacionadas ao afeto e a maternidade. A respeito desta discussão, ver mais em: WOLFF, 2015.

brasileira violentou, sequestrou, torturou e assassinou pessoas diversas, fossem elas mulheres ou homens: operárias/os, camponesas/os, indígenas, militantes políticos, homossexuais, lésbicas, entre outras. Os estudos, iniciativas e práticas sociais, com o passar dos anos, tensionaram o esquecimento sobre o período através de diferentes políticas e retomadas de memórias sobre as violências e crimes em questão. Também inseridos nessa perspectiva, os testemunhos daquelas que vivenciaram os crimes da ditadura tornam-se uma dessas estratégias de tensionar esquecimentos.

Testemunhos ao evocarem uma determinada memória, constituem um dos principais pilares estruturantes da história do tempo presente. Podem ser entendidos enquanto depoimentos ou relatos, vinculados ao ato de narrar o passado a partir das experiências de vida, através de relatos e declarações individuais ou coletivos. A construção da memória, por exemplo, se estabelece também através de testemunhos. Assim, alguns aspectos os definem, principalmente aqueles ligados às subjetividades²⁷. Nesse sentido, Alejandra Oberti (2010), ao defender que o gênero estabelece uma relação subjetiva com a memória, assume que os testemunhos, ainda que advindos das mesmas pessoas, nunca se repetem: eles vivem em uma constante adaptação às relações socioculturais, de tempo e de espaço nos quais os seus eus se inserem.

Concomitantemente, ao refletir sobre o manejo das narrativas testemunhais – sob a perspectiva da história oral – deparo-me com outras particularidades, relacionadas com as “possibilidades da transmissão e do lembrar” (GAGNEBIN, 2006, p. 54). Nessa perspectiva, considero seus silenciamentos, ou seja, seus “não-ditos”, muitas vezes relacionados a traumas vividos pela/o sujeita/o que o enuncia. O testemunho, então, é passível de mudança, sofrendo influências pelas experiências individuais e coletivas vividas no intervalo de tempo entre o passado memorado e o presente de enunciação. Ainda com relação às subjetividades presentes no testemunho, a historiadora Cristina Scheibe Wolff (2015) atenta para o leque de

²⁷ Beatriz Sarlo (2007), em seu livro “Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva” realiza provocações ao campo da História Oral e seu crescimento nos últimos anos. Ao tecer críticas sobre os usos (e abusos) dos testemunhos pela História Oral, afirma que a dimensão problemática do testemunho é suprimida na atualidade em favor de uma intensa subjetivação e de uma ingênua superioridade do testemunho frente a outras fontes documentais. Entendo neste trabalho que há, de fato, uma “guinada subjetiva” da memória. Porém, considero a subjetividade testemunhal, se analisada e considerada, algo positivo. Principalmente, visto que todas as fontes históricas são realizadas por sujeitos produtos de seu tempo e espaço. Nesse sentido, considero a importância de lidar com as fontes testemunhais da mesma forma que todas as outras. Sem sobrepor-las aos outros tipos de fonte, mas também, sem inferiorizá-las, percebendo igualmente sua capacidade de interpretação e compreensão histórica.

emoções intrínsecas no momento de sua transmissão, não somente por quem o narra, mas também por aquela que o escuta:

Ao ouvir/ler essas lembranças, nosso corpo compreende através de arrepios, lágrimas, risos nervosos, suor frio, desconforto, ternura. Dá vontade de abraçar, segurar a mão, expressar mais com o corpo também que com palavras, os sentimentos despertados por estes testemunhos. (p. 987)

Assim, percebo uma relação entre narradora e ouvinte: a subjetividade do testemunho torna-se capaz de evocar sentimentos de empatia, dor, justiça, entre outros. Nesse sentido, os testemunhos presentes nesse trabalho rememoram experiências traumáticas de mulheres, também porque remontam a um “evento-ruptura” – ao considerar a ditadura civil-militar – que estabeleceu marcas nas identidades e consciências históricas nacionais (DELACROIX, 2018 p. 45). Nesse sentido, esses testemunhos, ao serem coletados e publicizados na segunda década do século XXI, também responderam as demandas sociais e cívicas, na medida em que, não somente tentaram estabelecer justiça às histórias distorcidas e esquecidas do período da ditadura (DELACROIX, 2018), como buscaram o reconhecimento e a verdade a respeito dos “passados que não querem passar” (DELACROIX, 2018 p. 44).

Os testemunhos se relacionam, então, com as violências de gênero impingidas pelo Estado e pelas esferas civis sobre os corpos e subjetividades de mulheres²⁸ que resistiram às estruturas de poder da ditadura civil-militar brasileira, retomadas anos mais tarde por essas mesmas mulheres. Ao considerar que a “experiência da tortura moldou formas de entendimento e elaboração discursiva sobre a realidade que se tornou parte fundamental da subjetivização e da reflexão política da militância das esquerdas” (TELES, 2011, p. 283), proponho um trabalho de memória que perspetive as diversas violências vividas pelas mulheres: físicas, psicológicas, morais e sexuais. Para tanto, caracterizo-as enquanto aspectos constituintes de uma memória traumática coletiva, na medida que possibilitam a percepção de um passado recente a partir das relações de gênero (OBERTI, 2010).

²⁸ Entendo que é importante frisar que, ao contrário das mulheres que puderam testemunhar sobre suas vivências, muitas não tiveram a mesma oportunidade, seja por não terem sobrevivido para que pudessem narrar suas próprias histórias, ou, ainda, pela dificuldade e bloqueio em lidar e rememorar suas memórias traumáticas.

2.1 VIOLÊNCIAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS

A partir das versões de mulheres que vivenciaram as violências enquanto presas políticas, torna-se possível compreender, pouco a pouco, as formas como as engrenagens hegemônicas estatais do período ditatorial estruturaram-se. As memórias dessas mulheres, quando trabalhadas e discutidas, auxiliam na percepção da violência como um “elemento essencial para a ‘formação de culpa’ na instrução do processo” (KUCINSKI; TRONCA, 2013, p. 109-110) que define mecanismos de terror do Estado brasileiro. A respeito desses métodos, percebo, ao analisar os depoimentos de mulheres, a complexidade do aparato repressor que desenvolveu práticas diversas pautadas em agressões brutais e em ameaças psicológicas nos diversos cantos do país.

Janaina de Almeida Teles (2011), por exemplo, aborda o caráter sistemático da tortura, afirmando que esse cruel processo foi utilizado de forma científica a partir do auxílio de médicos e psicólogos, tornando-o uma “prática institucional que buscava informação por meio da violência extrema, mas de forma controlada e estudada” (p. 163). Conseqüentemente, as torturas baseadas nas violências de gênero desse período não se restringiram apenas aos abusos sexuais e estupros – os quais serão retomados posteriormente neste trabalho – mas também nas maneiras em que os corpos foram subjugados, dominados e danificados a partir de um abuso de poder (TEGA, 2015). Nesse sentido, Cristina Moraes Almeida, ex-presa política do período da ditadura, narra momentos vivenciados por ela, quando submetida às torturas nos órgãos da repressão da cidade de São Paulo:

O Tibiriçá repetiu: “Tira a calça. Esqueceu que não pode vir de calça em uma repartição pública?” Aos berros. Eu: “Não vou tirar a calça para nada. Estou quebrada, com dor”. [...] ele puxou a perna rasgando minha calça, acabando de rasgar minha calça. [Encapuzados] pegam uma furadeira, que me furou daqui até aqui. Com uma furadeira. Elétrica. Furadeira. Eu não vi mais nada. (CNV, 2014, p. 421)

Cristina destaca, ao narrar o trauma vivenciado, que seu ato de resistência face às imposições dadas pelos torturadores foi motivo para que sofresse uma retaliação ainda mais forte. Os torturadores, considerando seu ato como “desobediência” frente às suas ordens, deixaram marcas duradouras na vítima, ao mutilarem suas pernas com uma furadeira elétrica. Frisavam, assim, as relações de poder estabelecidas por eles. Sentiam-se possuidores e controladores do corpo e da subjetividade daquela mulher. Diante da negação de Cristina em se despir, eles a violentaram como se a resistência dela fosse uma justificativa para tal violência. Cabe lembrar, então, a possibilidade

desses corpos de mulheres resistirem como um “campo de forças”, ao mesmo tempo em que atuam como um “corpo testemunha” (ROSA, 2013, p. 72). Nesse sentido, diversas foram as estratégias que essas mulheres encontraram para resistir às opressões impostas, ainda que sucumbissem fisicamente. Assim, “se é desde sempre que o corpo não aguenta mais, é desde sempre que ele resiste: se o poder incide sobre a vida, essa vida escapa constantemente aos mecanismos que tentam controlá-la” (ROSA, 2013, p.73).

A respeito das violações físicas aos corpos dessas mulheres, cito um dos métodos de tortura bastante recorrentes nos suplícios que retomam as violências da ditadura, tanto de homens quanto de mulheres: a utilização do pau-de-arara como forma de executar violências extremas aos corpos dos indivíduos. Sobre a utilização deste objeto de tortura, demonstro o relato da ex-militante da ALN, Dulce Pandolfi, que, no relato abaixo, compartilha parte de sua experiência dos três meses vividos no DOI CODI:

A mais pesada pra mim é a coisa do pau-de-arara misturada com o choque elétrico, né? Aquela coisinha tipo, que você fica amarrada, eles amarram as suas mãos e os pés e te penduram no pau, no ferro, aliás, e você fica pendurada nele. E aquilo demora também um tempão. E o choque elétrico era um telefone de campanha com dois fios. Eles amarravam no dedo do pé e o outro ficavam passando pelo teu corpo, nos mais variados lugares. E com requinte: “vamos molhar ela, pro choque pegar mais!”. Aí jogavam água. E aquele choque também tem gradação, então, eles começavam mais lento e iam aumentando. Decerto vai achando que vai morrer também, né? O coração não vai aguentar, porque aquele negócio vai dando uma... você vai se encolhendo todo. (MEMÓRIAS, 2015)

O pau-de-arara – barra em horizontal utilizada para prender pessoas pelos pulsos e pernas – era um instrumento de tortura que provocava dores intensas, na medida em que “interrompia a circulação do sangue e a simultânea contração muscular e nervosa” da vítima (KUCINSKI; TRONCA, 2013, p. 105). Este método recorrente propiciava a vulnerabilidade do/a torturado/a, viabilizando, ao mesmo tempo, o uso de outras formas de torturas (KUCINSKI; TRONCA, 2013). Um exemplo diz respeito ao método narrado acima por Dulce sobre a utilização de choques elétricos pelos corpos das vítimas acompanhados de ações que intensificassem a dor, como o ato de jogar água. Além disso, as práticas de tortura fundamentadas no emprego deste instrumento eram sobretudo realizadas com suas vítimas desnudas, facilitando as violências sexuais proferidas aos presos e presas políticos/as.

Torturas físicas desse e de outros tipos contribuíram sobremaneira para

diversos tipos de reações psicológicas e emocionais no período de prisão dessas mulheres, caracterizando suas vivências e ações enquanto presas políticas. Por exemplo, Sônia Maria de Arruda Beltrão constata sobre o modo como as torturas físicas desencadearam um peso psicológico no que diz respeito a sua integridade e subjetividade, quando presa em 1972 no DOI-CODI de Recife:

Teve um negócio assim, não me lembro, acho que foi na segunda noite, primeira noite, por aí. Eu pedi para ir ao banheiro e me levaram para a tortura. [...] Então, imediatamente, você relaciona a ida ao banheiro com choque, com a tortura. Aí não pedi mais! Que aconteceu? Eu fiquei, fiquei urinando na cela em que eu estava. [...] (CNV, 2014, p.421)

A ex-presa política, pautada pelo sentimento de medo em vivenciar novas sessões de tortura, passou a realizar suas necessidades fisiológicas dentro da própria cela, mesmo que isso a expusesse a situações precárias de higiene. Assim, é perceptível como as torturas desencadearam diferentes tipos de violências psicológicas, e, simultaneamente, desencadearam também estratégias para resistir à repressão, tal qual descreve Sônia Beltrão, em relação a sua desistência em ir ao banheiro.

No exemplo acima, a violência psicológica, ainda que presente, não era explicitada. No entanto, muitas vezes, as violências psicológicas eram, sim, explicitamente realizadas. Sem dúvida, mais um dos aspectos caracterizantes do terror instituído pelos órgãos de repressão. Nessa perspectiva, a partir de ameaças – em alguns casos acompanhadas de golpes físicos – desencadeava-se sentimentos de pânico, angústia, apreensão e medo. Assim, essas torturas podem ser caracterizadas pelo “suplício físico e psíquico extremo, [pelo] desamparo, [pela] solidão e [pelo] medo-pânico” (TELES, 2011, p. 164). Um exemplo em que essas circunstâncias eram explícitas, é narrado por Criméia Schmidt de Almeida, que testemunha sobre o período de tortura que sofreu na Oban:

[...] eu era colocada no carro do meu cunhado e diziam que iriam me levar até a serra das Araras onde eu seria assassinada e o carro, incendiado e empurrado para o precipício. Várias noites passei no pátio da Oban, dentro deste carro, e, quando o dia amanhecia, me levavam de volta à cela. (CNV, 2014, p.411)

As torturas fundamentavam-se, portanto, também no amedrontamento dos indivíduos, a partir de ameaças de morte, ou da utilização de mais práticas de violências. Além disso, as subjetividades expressas nos relatos de mulheres demonstram o quanto essas ameaças tinham relação com suas redes de afetos. Por

exemplo, no relato da professora Helena Pignatari Werner acerca de sua experiência enquanto presa política no quartel de Quitaúna, em Osasco, ela narra:

Eu comecei a pensar nos meus alunos, eu sabia que eu tinha muitos alunos envolvidos em movimentos socialistas, sindicalistas. [...] tudo isso na minha cabeça foi dando um pânico tão grande, um medo de falar um nome de um aluno, o medo foi tão grande, foi uma coisa assim... tão inumana, que eu tenho a impressão que com aquele pavor, aquela coisa toda, que eu só pensava nos alunos, que eles iam me torturar, e que eu não ia falar o nome de um aluno, eu não podia falar um nome [...] essa coisa foi tão apavorante, e eles sempre naquela mesma rotina [...] (CNV, 2014, p. 413)

Nessa circunstância específica, Helena relata o sentimento de inquietação e pânico que sofreu diante da possibilidade de não conseguir manter sigilo sobre as informações pessoais referentes aos seus alunos e alunas. Assim, o medo não estava relacionado somente a dor física e psicológica proferidas ao próprio corpo das mulheres, mas também estavam relacionados ao medo de causar danos aos seus afetos. Compreendendo este caráter, é entendível o medo da punição e insegurança com relação a divulgação de informação sobre companheiros e companheiras de luta e vivência. Os sentimentos entendidos como insegurança, a exemplo do caso narrado por Helena, provocavam cicatrizes imediatas. No seu caso, a cicatriz foi grave e em seu próprio corpo. Na condição de grávida, Helena sofreu um aborto espontâneo, por conta da pressão psicológica sofrida no ambiente de tortura.

Ainda, nesse sentido, importa destacar aqui que as torturas psicológicas e físicas, ao utilizarem-se dos afetos desses indivíduos como alvos de ameaças, eram, não raro, realizadas em conjunto. Por exemplo, Antônia Ribeiro Magalhães ao relatar a vivência que compartilhou em 1971 com seu marido, no DOI-CODI de São Paulo, descreve: “puseram ele [o marido] pra me dar choque na vagina, puseram pra me dar choque [...] começaram a torturar, ‘FALA AÍ!’, falavam para ele. ‘FALA AÍ, SENÃO VAMOS TORTURAR A SUA MULHER!’” (CNV, 2014, p. 407). Essa cena demonstra a objetificação da mulher, ao ser usada como objeto para ocasionar torturas psicológicas em seu marido, o qual era coagido a lhe produzir dores e sofrimentos, também num sentido de destituição de sua humanidade (TELES, 2011). Procuravam, assim, a partir de humilhantes sessões, assujeitá-los de modo que sentissem mais e mais vulneráveis e sem qualquer traço de autoestima. A humilhação moral, quando executada em um cenário em que havia a presença de afetos, fazia com que aumentasse o estado de fragilidade em que já se encontravam. Não obstante, a intensificação das relações afetivas entre as práticas e vivências nas prisões atuaram

também como formas de resistir e se fortalecer frente às instabilidades daqueles ambientes (WOLFF, 2010), aspecto que é tratado ao longo deste trabalho.

No caso do exemplo relatado por Antônia Ribeiro, ainda enfatiza-se a tentativa por parte dos torturadores de se valer do estereótipo do homem viril, protetor e másculo. Uma vez que sabemos como esse estereótipo era – e ainda é – socialmente legitimado, podemos entender a efetividade dessa tortura. Por outro lado, enfatiza-se o estereótipo da coisificação da mulher, como o sexo frágil e dependente de proteção.

Como exemplo dessas situações de desumanização e de desprezo, trago a experiência vivenciada por Dulce Pandolfi:

[...] eles deram uma aula de tortura comigo. Eu fui cobaia de uma aula de tortura. [...] é realmente inacreditável, né? Você imaginar que você foi objeto de estudo de grupo de torturadores. Vários oficiais, eles me desceram da cela, aí nesse momento eu tava com várias presas políticas, e eles falaram: “ela vai descer”. E quando eu ia descer eu já sabia que era alguma coisa grave, né? Só que eu não sabia que era uma aula. Quando eu tirei o capuz, eu vi que tinham vários homens, uns quarenta, cinquenta, e eles me avisam que você vai... “A gente tá dando aula de tortura”, explicando ali. E aí eles começam a explicar o que que é mais eficaz, o que que é menos eficaz... Era um tempão e eu passei muito mal depois [...]. (MEMORIAS, 2015)

Além de utilizarem Dulce como um “objeto de estudo”, ao darem “aulas de tortura” a partir do abuso de seu corpo e subjetividade, realizaram essa prática com a presença de uma plateia de diversos homens. Assim, a humilhação da vítima também se encontrava fortemente presente, findada no medo e nas hierarquias de poder, visto que a mulher encontrava-se na condição de presa política, rodeada de cinquenta homens, passíveis de violentá-la. Esse testemunho demonstra que o aparato de tortura brasileiro era, de fato, ordenado e impetuoso, contando com torturadores especialistas formados na Escola das Américas²⁹, assim como torturadores que ministravam cursos nacional e internacionalmente sobre as práticas de torturas (TELES, 2011), a exemplo do que narra Dulce.

A compreensão destas torturas auxilia no entendimento das relações de poder desiguais entre gênero constituidoras do espaço do cárcere político para as mulheres, sendo, então, estruturantes das relações sociais, políticas e espaciais (ROCHA, 2015).

²⁹ Fundada em 1946, a Escola das Américas é uma instituição estadunidense que teve grande participação nas ditaduras latino-americanas e no projeto de imposição do imperialismo norte-americano no terreno do Cone Sul americano. Criada como parte da iniciativa da Doutrina de Segurança Nacional, a Escola das Américas foi utilizada como centro de treinamento dos militares, que eram treinados e doutrinados a partir de ideais anticomunistas, militares e conservadores. Para saber mais, acessar o verbete “Escola das Américas” do *Wikipedia*: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_das_Américas>

Assim, pensando o foco do presente trabalho, dou continuidade à análise das violências de gênero vivenciadas por mulheres, a partir da perspectiva das violências e abusos sexuais sofridos por estes corpos durante o período ditatorial.

2.2 VIOLÊNCIAS SEXUAIS: VIOLAÇÕES AOS CORPOS

A violência sexual foi uma das práticas presentes em muitas das torturas proferidas contra os corpos de mulheres e homens no período da ditadura. Delimitaram, assim, uma das condutas perceptíveis nas violências de gênero, as quais respondiam as demandas dos mecanismos políticos (TELES, 2015). Dessa forma, os casos de estupro e de violações sexuais eram bastante comuns tratando-se da tortura de presas políticas, principalmente embasadas nas relações de poder e dominação entre os gêneros, não excluindo outros aspectos como o sexo, a classe e a raça. Essas violências sexuais são definidas como construídas a partir do “abuso de poder não apenas se considerarmos poder como a faculdade ou a possibilidade do agente estatal infligir sofrimento, mas também a permissão (explícita ou não) para fazê-lo” (CNV, 2014, p. 402). Torna-se, então, evidente a atuação dos agentes estatais a partir de hierarquias e relações de poder que basearam-se na impunidade e legitimação do próprio Estado para com as inúmeras violações aos direitos humanos que ocorreram no período.

As violências sexuais, caracterizadas pelos estupros e violações aos corpos e subjetividades das mulheres, eram realizadas a partir de diversos métodos que não se restringiam à penetração forçada do órgão masculino na vagina, ânus e boca das vítimas. Nesse sentido, a enfermeira Áurea Moretti Pires narra suas vivências individuais do período. Em sua narrativa, demonstra a capacidade da memória individual em produzir diversos outros pertencimentos, ao lembrar a experiência vivenciada por sua conhecida, Irmã Maurina, que sofreu múltiplas violências:

E foi a noite que a Irmã Maurina demorou muito pra chegar. Muito machucada. Com a roupa dela não dava pra ver, sabe, mas este machucado é uma coisa muito triste, sabe, naquilo que mais dói numa mulher, que é ser violentada. Não é só a penetração do pênis na vagina. A violência sexual, ela envolve um monte de coisa. (CNV, 2014, p. 406)

Essas violências eram constituídas, portanto, de práticas perversas: golpes nos seios e úteros; introdução de objetos nos corpos, aparelhos de choque e animais nos corpos e órgãos sexuais das vítimas; sexo oral sem consentimento; humilhação moral,

xingamentos de caráter sexual, exposição dos corpos nus; assédio sexual, privação de produtos básicos de higiene pessoal, entre outros (CNV, 2014, p. 419). Em alguns casos, a tortura englobava não somente um desses métodos perversos, mas diversos deles ao mesmo tempo, como narra Karen Keilt ao rememorar sua experiência traumática no DEIC-SP, em 1976:

Começaram a me bater. Eles me colocaram no pau de arara. Eles me amarraram. Eles me deram batidas. Deram choque. Eles começaram dando choque no peito. No mamilo. [...] Eu desmaiei. [...] Sangrava de tudo quanto era... da vagina, sangrava. Nariz, boca... E eu estava muito, muito mal. [...] Veio um dos guardas e me levou para o fundo das celas e me violou. [...] Ele falou que eu era rica, mas eu tinha a buceta igual a de qualquer outra mulher. Ele era horrível [choro]. (CNV, 2014 p. 405)

Após proferirem golpes e choques elétricos no corpo de Karen, um dos torturadores cometeu violações sexuais com a vítima, a qual se encontrava em estado de vulnerabilidade. Ainda, o torturador impingiu a ela uma tortura moral, ao humilhá-la através de insultos relacionados à sua genitália. Também, é evidente a dificuldade de Karen em evocar essas experiências. Dificuldade essa, que pode ser observada pela hesitação, pelas descontinuidades das frases, pelas pausas e pelo choro, ao narrar as violências por ela sofridas, ainda que há décadas de distância do momento de enunciação do fato.

O uso de animais vivos como objetos dessa violência sexual desmoralizante era bastante frequente. É de público conhecimento que as torturas da ditadura brasileira utilizaram ratos e insetos, por exemplo, como técnicas de tortura moral, física e psicológica. Em consequência dessas técnicas, inúmeras pessoas morreram de hemorragia interna (TELES, 2015). Também, a utilização de jacarés vivos como objetos dessas torturas é recorrente nos testemunhos de mulheres. Em seu relato, Ana Bursztyn narra: “Aí te tiram antes da porrada, mas te põe um jacaré em cima de você, é tortura! [...] aí botavam [o jacaré] no teu corpo... [...] Pra cada um tinha um nome, pra mim era o Mariguella³⁰” (MEMÓRIAS, 2015). Do mesmo modo que Ana, Dulce Pandolfi também denuncia essa prática: “Eles tinham um jacaré também, que botavam em cima de seu corpo, você ficava nua com o jacaré em cima. ” (MEMÓRIAS, 2015). Estes relatos demonstram que a crueldade presente nas torturas realizadas, caracterizavam-nas, em alguns casos, simultaneamente como violências

³⁰ Sabe-se que Carlos Marighella foi um importante nome da resistência contra a ditadura. Comunista, negro e guerrilheiro, foi cofundador da ALN e inspirou uma geração na luta contra a repressão. Foi assassinado pela ditadura em 1969, mesmo ano em que publicou o “Manual do Guerrilheiro Urbano”. Assim como Marielle Franco, Marighella segue presente!

físicas, morais e psicológicas. Nesse caso, além das possíveis dores físicas, a exposição dos corpos dessas mulheres diante de animais selvagens, as colocava em condição de fragilidade moral, vulnerabilidade e medo.

Outra forma de violência sexual diz respeito aos estupros. Estes também se fundamentavam no uso da sexualidade masculina para constranger e submeter essas mulheres as múltiplas situações de opressão. Como supracitado, os casos de estupros envolvendo a introdução de objetos eram bastante comuns. Sobre isso, trago aqui, novamente, a experiência de Ana Bursztyn: “E aí eu me lembro que teve uma hora... Aí, já foi barra pesada porque, é... Eles eram muito violentos e me estupraram com um cassetete...” (MEMÓRIAS, 2015). A introdução em seu corpo de um objeto símbolo de autoridade, usado em situações de dominação pela polícia, contribuía, nesse caso, para ostentar, nessa violenta e opressiva interação, quem detinha a força física e os instrumentos para mandar. A violência é simbólica: o poder do Estado punindo os corpos de mulheres.

Não obstante, além do uso de animais e de objetos variados, as violações sexuais por parte dos torturadores também eram instituídas a partir do uso de suas próprias mãos: “Outra coisa é que eles me tiravam a roupa [...] tinha uma escrivadinha e eles me debruçavam nua com o bumbum para cima e eles ficavam enfiando a mão. [...]. Ele me beliscou inteira, esse Tralli. Ele era tarado.” (NOGUEIRA apud CNV, 2014, p. 405). O sadismo evidenciava-se em todas as suas formas. Nesse exemplo, cabe destacar o uso das mãos de forma violenta, em contraponto da representação social destes membros tão usados para destacar o afago, o carinho, a entrega, a doação. Como nos lembra Danielle Tega, “essa fantasia masculina de prazer na submissão completa do corpo feminino é um viés sadista do machismo cuja violência nos espreita cotidianamente” (TEGA, 2015, p. 168).

Ainda nessa perspectiva sádica, as técnicas utilizavam dinâmicas, chamadas por eles de científicas, que impediam o movimento das vítimas. Reforçavam, portanto, o sentimento de fragilidade, tal como descreve Lúcia Murat:

Foi nesse quadro, na volta, que o próprio Nagib fez o que ele chamava de “tortura sexual científica”. Eu ficava nua, com o capuz na cabeça, uma corda enrolada no pescoço, passando pelas costas até as mãos, que estavam amarradas atrás da cintura. Enquanto o torturador - ficava mexendo nos meus seios, na minha vagina, penetrando com o dedo na vagina, eu ficava impossibilitada de me defender, pois, se eu movimentasse os meus braços para me proteger, eu me enforcava e, instintivamente, eu voltava atrás. (CNV, 2012, p. 406)

Na experiência relatada por Lúcia, há a intenção de colocar a mulher em uma posição de submissão frente à figura masculina, visto que a vítima foi exposta de forma que não pudesse movimentar-se diante da violência infligida a seu próprio corpo, posto na posição de um objeto. Sua resistência ao ato estava relacionada a dor e sufocamento. Novamente, uma forte simbologia que representava a relação direta entre resistência e punição.

Esses exemplos acima demonstram como os corpos e subjetividades dessas mulheres estão inseridos em um espectro político e social, definidos pelas relações de poder que os determinam. Imersos em uma cultura misógina, são definidos como propriedades (TEGA, 2015).

As violências sexuais são marcadas por sentimentos de ódio, poder ou vingança (TELES; MELO, 2012, p. 40). Alinhada a essa premissa, percebo, ao analisar os depoimentos de mulheres, que as torturas sexuais proferidas a elas foram embasadas não somente em sentimentos de poder, como também de retaliação, raiva e aversão por parte de seus torturadores, fosse por sua existência como mulher, fosse por sua atuação política como militante. A ex-presa política Maria Aparecida Costa, ao testemunhar sobre as violências sexuais que sofreu entre os anos de 1969 e 1970, relatou sua percepção sobre o assunto, com base em sua experiência pessoal:

Pelo fato de você ser mulher, também você percebe que há talvez, às vezes, uma raiva muito maior, eu não sei se é pela questão de achar *“por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?”* E é uma forma, talvez, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. (CNV, 2014, p. 404)

Essas violências de gênero foram também proferidas com o intuito de depreciar e desmoralizar a própria condição dessas sujeitas como mulheres, baseadas na afirmação de masculinidades, em detrimento de feminilidades. Passados anos dessas experiências traumáticas, essas mulheres sinalizam, ao recordar suas histórias, as relações de gênero estabelecidas em suas vivências enquanto presas políticas. Ainda, importa destacar que algumas dessas mulheres só entenderam essa característica, assim como sentiram-se aptas a falar sobre essas práticas, anos mais tarde. Nesse sentido, Cristina Scheibe Wolff (2015) aponta para a dificuldade de denúncia dos estupro cometidos a essas mulheres como formas de torturas, principalmente dada a inserção destas sujeitas na cultura latino-americana e no mundo ocidental das décadas finais do século XX, tempo histórico no qual o machismo e o conservadorismo também faziam-se presentes.

Ressalto a subjetividade do testemunho, o qual é (re) significado pelas constantes trocas de vivências dos indivíduos. Pensando nessa perspectiva, o relato da ex-militante do Grupo Tático Armado (GTA), Maria Aparecida Costa exprime sua percepção, no presente, em relação às desigualdades de gênero atribuídas às mulheres presas políticas:

E isso foi crescendo e eu acho que você se sente exposto e você é exposto, você enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira: *você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina você está nu, você está à mercê, não é?* Disso tudo. [...] Como os homens também foram, mas talvez, por ser uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível. Pela tua formação, pela formação social, ideológica. Por si já é uma exposição e aumenta ainda mais a tua exposição [...] Normalmente você é educado e visto para proteger a sua feminilidade para que ela se exponha em outras situações [...] de escolha. (CNV, 2014, p. 404)

Este depoimento ressalta o quanto as construções socioculturais baseadas nas relações de gênero caracterizaram as experiências dessas mulheres antes e durante o cárcere político. Em sequência, Izabel Fávero continua o trabalho de denúncia dos aspectos latentes nas torturas que constituíram as violências sexuais marcadas pelo gênero: “eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia [...]” (CNV, 2014, p. 400). Os xingamentos direcionados às mulheres eram muitas vezes baseados na ideia de que as mulheres eram “corresponsáveis” pelas violências que estavam vivendo (WOLFF, 2015). Havia, assim, uma culpabilização da vítima baseada nos variados papéis socialmente atribuídos à mulher.

Portanto, ambos os testemunhos acima sinalizam uma questão recorrente que pairava nas emoções dessas mulheres em suas vivências enquanto presas políticas: a presença da “dupla” opressão. Ou seja, além de militantes subversivas ao sistema, eram mulheres tratadas também pelas relações de poder entre os gêneros. Essas violências eram motivadas a partir do desejo de punição pelos torturadores também por essa duplicidade de papéis. Os torturadores indignavam-se com o fato das mulheres não “cumprirem” seus papéis de gênero impostos e esperados por parcela da sociedade da época, principalmente baseados na ideia de “mulheres do lar”. Eram guiados, portanto, por estereótipos referentes a noção de identidades femininas consideradas inadequadas. Nesse sentido, a mulher militante de esquerda na maioria dos casos não era “associada à figura mais próxima de mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa[va] um lugar que se encontrava [na concepção dos torturadores] na margem

oposta, o de puta, vaca, vadia” (JOFFILY, 2010b). O relatório da CNV, ao tratar dessa questão, apresenta uma relação de termos relacionados a esses estereótipos e também termos relacionados à masculinidade: “prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada [...] ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: força e resistência físicas” (2014, p. 401).

O relato de Dulce Pandolfi, ex-presença política e atual pesquisadora do CPDOC³¹, também alinha-se a essas questões: “mas claro que eles tinham ódio especial pelo fato de ser mulher [...] Eu me lembro que eles falavam: ‘mas você, era uma pessoa que tinha tudo pra não estar nisso, como é que se meteu nisso?’” (MEMÓRIAS, 2015). Assim, as mulheres, ao optarem por participar da luta e resistência contra a ditadura, ocupavam um espaço que, para o consenso social, era predestinado aos homens. Eram, portanto, punidas também por suas escolhas pessoais/políticas e precisavam resistir, bravamente, aos papéis desiguais de gênero e ao conservadorismo da época, fortemente impostos.

Retomo aqui as diversas formas de vexações verbais que caracterizaram as torturas sexuais. Tais vexações desenvolveram-se, particularmente, a partir dos usos e abusos de estereótipos de gênero previamente construídos. As humilhações eram realizadas a partir do tratamento agressivo e do proferimento de xingamentos de cunho sexista e misógino. Não raro, elas eram chamadas por nomes pejorativos e termos que remetiam ao desprezo, na tentativa de depreciação. Um outro exemplo desta situação diz respeito ao relato de Rose Nogueira: “Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma ‘vaca’. São as boas-vindas. É a maneira como você é chamado. ” (CNV, 2014, p. 404). Em sequência, Rose Nogueira retoma seu relato, frisando o tratamento atribuído a ela durante o período de encarceramento:

Eles diziam: “Onde já se viu! Acabou de parir e tem esse corpo! É porque é uma vaca terrorista”. [...] Aí começaram a me chamar de Miss Brasil, porque tinha uma vaca de verdade, leiteira, que ganhou um prêmio [...] Um daqueles caras, o Tralli, trouxe um jornal que mostrava a vaca e rasgava o jornal e passava em mim. [...] (CNV, 2014, p. 404-405)

Os rechaços direcionados a ela faziam alusão a seu corpo, intencionando a ridicularização, comparando-a com uma “vaca leiteira”, uma vez que havia dado a luz. A ironia intencionava ferir sua autoestima, já que refletia os estereótipos caucados em padrões de beleza estipulados pela sociedade. Ainda, no exemplo que

³¹ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, criado em 1973. Para saber mais, acessar: <<https://cpdoc.fgv.br>>.

segue nos relatos de Maria Dalva Leite Castro Bonet acerca das violências que sofreu nos espaços do DOI-CODI, no Rio de Janeiro, evidencia-se a violência sexual baseada na desmoralização das mulheres:

Até que chega de novo o Magalhães com esta pérola da vida. Eu quero que vocês botem exatamente como ele falou, que eu nunca esqueci: sua puta, esta cona nunca mais vai ver piroca na vida! Aos gritos. E repetia. Nossa, isso eu senti como uma violação. [...] Sempre havia uma marca machista (CNV, 2014, p. 405-406)

A opressão, revertida em violência moral a partir de humilhações verbais, que faziam referência a sexualidade, era, portanto, constantemente utilizada (TEGA, 2015). A humilhação também perpassava por questões de higiene pessoal, com o cuidado com o corpo. Os torturadores negavam produtos como absorventes, por exemplo, e proibiam ações de higiene básica. (CNV, 2014) Rose Nogueira, em seu depoimento, ao abordar as humilhações morais que sofreu no DOPS de São Paulo relata:

E aí eu estava sangrando muito e eu não tomava banho, eles não deixavam tomar banho. E tinha o leite [da mama] e cheirava azedo. E eu estava sangrando. Aí eu apanhei porque estava sangrando e ele ficou com nojo. Fedia. Cheirava. O suor do nervoso, o leite azedo, o sangue. Eu cheirava. Eu achava que eu cheirava, porque eles diziam que eu era fedida, então, eu acredito nisso. Aí eu apanhava porque eu estava fedida. (CNV, 2014, p. 420)

Os torturadores do DOPS/SP não somente negavam o direito ao banho às presas, como utilizavam dessa conduta para lhes impingir insultos que as ridicularizavam, obrigando-as a permanecerem sujas e com maus odores. Ressaltavam, então, essas condições e usavam-nas como justificativas para suas violências, mesmo que fossem atos injustificáveis. Há, neste depoimento uma “denúncia de sadismo” por parte de Rose Nogueira aos seus algozes. Tais denúncias, conforme tem sido registrada na literatura, são recorrentes nos testemunhos sobre as violências de gênero (WOLFF, 2015).

Ainda com relação aos xingamentos morais, em muitas circunstâncias os torturadores, através de falas irônicas e comportamentos perversos, tentavam deslegitimar os sofrimentos das vítimas, ao menosprezarem as violências que proferiam. Como relata Ana Bursztyn: “É assim, o torturador depois vai dizer: “tortura? Não... são só choquezinhos, [...] Eles minimizam, entendeu? Aquilo não é nada [para eles]. ” (MEMÓRIAS, 2015). Os algozes esforçavam-se, portanto, em passar uma imagem de fragilidade das mulheres diante das técnicas de tortura

utilizadas. Além disso, essa postura enganosa acerca de seus métodos também poderia fazer com que as pessoas acreditassem que eles tinham algum tipo de cautela frente às mulheres torturadas, evidenciando, assim, a fragilidade feminina, enquanto buscavam afirmar sua masculinidade.

Os estereótipos de dominação também foram construídos a partir da objetificação feminina nas torturas sexuais. Diversas foram as violências embasadas em tentativas de objetificação de mulheres, vinculadas ao desejo sexual e de repressão dos torturadores, fosse através da linguagem verbal e corporal, ou das violências físicas e sexuais. Rose Nogueira, integrante do Grupo “Tortura Nunca Mais SP”³², narra que certos torturadores, com gestos e provocações verbais, tratavam-na como um objeto de desejo:

E tinha aquele velho problema, eu era moça, não é? Era bonitinha, como todas, e eles me chamavam de miss brasil, lá tinha um sujeito que era um tarado, não podia me ver. Quando ele me via, ele fazia assim “sssss” [gesticula, esfregando as mãos, uma na outra, tentando repetir o gesto de seu algoz] [...]. (MEMÓRIAS, 2015)

O testemunho de Rose também demonstra o caráter moral dedicado às violências contra as mulheres, na tentativa de menosprezar suas existências. Dessa forma, a violência sexual e moral tinha a intenção de desumanizar as alteridades, na busca de afirmar identidades. Coisificavam suas existências não somente enquanto ser humano, mas, enquanto mulheres, como relatado por Dulce Gandolfi em seu testemunho sobre a aula de tortura, e apresentado anteriormente neste trabalho.

A violência moral baseou-se na humilhação e depreciação das mulheres enquanto seres humanos. Esta tortura, de início, caracterizava-se como sexual também devido a primeira ação dos torturadores em deixarem suas vítimas nuas (WOLFF, 2015). Assim, expunham seus corpos, atuando como formas de submetê-las a situações de constrangimento e vulnerabilidade, intensificando o sofrimento. Por exemplo, a ex-militante da Liga Operária (LO)³³, Márcia Bassetto Paes, ao recordar situações que vivenciou em 1977 enquanto presa pelo Deops/SP, relata:

³² O grupo “Tortura Nunca Mais” foi fundado em 1976 na clandestinidade e atua até os dias de hoje. O grupo foi criado com o intuito de apoiar os familiares dos presos, perseguidos, desaparecidos, mortos e torturados políticos. Atualmente, o grupo intenciona lutar contra todas as formas de tortura e violência praticada por qualquer esfera. Coloca-se enquanto grupo defensor dos direitos humanos, sociais, políticos, cívicos, ambientais e econômicos.

³³ A Liga Operária (LO) foi uma organização que atuou entre os anos de 1972 e 1978. Defendendo a causa operária e trotskista, a organização mobilizou reivindicações na luta estudantil e operária. Foi importante para a construção da Convergência Socialista e da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Na questão da mulher, a coisa ficava pior porque... quer dizer pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor para ninguém, né? Mas [...] existia uma intenção da humilhação enquanto mulher. [...] Uma das coisas mais humilhantes, além dessas de choques na vagina, no ânus, no seio, foi que eu fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais, nua. Enquanto isso, eles me davam choque. (CNV, 2014, p. 407)

É evidente que as violências experienciadas pelas mulheres tinham cunho sexual, utilizando da humilhação de seus corpos, coagidos a permanecerem nus, na maioria das práticas de tortura. Semelhante à experiência de Márcia, Rose Nogueira também relata que, ao chegar nas salas de torturas, foi primeiramente forçada a tirar suas roupas: “E aí eu tinha que ficar, tirar a roupa. Então era sempre a mesma história, nem faziam pergunta” (MEMÓRIAS, 2015). Suas subjetividades iam sendo, dessa maneira, ignoradas por esses métodos desmoralizantes. Toda a vexação em relação à nudez e à violência sexual a que eram submetidas durante o confinamento era sentido por elas a partir de suas subjetividades. A timidez, por exemplo, de Sônia Maria de Arruda Beltrão, é um dos aspectos evidenciados por ela como intensificadores de seu sofrimento: “Então eu era, sabe, eu era aquela menina assim, tímida, mais em determinados aspectos. Nesse aspecto do corpo, eu era muito reservada. Então, pra mim foi um desastre. Me desmontou totalmente! [...]” (CNV, 2014, p.421).

Os relatos apresentados nessa seção remetem às singularidades que caracterizaram as violências sexuais e as violações aos corpos e subjetividades das mulheres. Como trabalho de memória, estes testemunhos contribuem para denunciar opressões e resistir a suas continuidades no presente. Conforme consta na análise, as violências baseadas nos abusos e violações sexuais vinculadas às relações de gênero eram desenvolvidas com o intuito de subjugar as mulheres de duas formas: como mulheres e como militantes. Não obstante, ao mesmo tempo em que eram duplamente oprimidas, estavam também resistindo de uma forma dupla. Como explica Maria Lígia Quartim de Moraes (2008), o fato dessas mulheres resistirem caracterizavam “uma dupla transgressão por estarem extrapolando o universo doméstico e por desafiar os códigos de gênero da época, que [as] relegavam [...] ao espaço privado, como mães, esposas e dona de casa.” (MORAES, 2008. p. 86 apud SANTOS, 2015, p. 83).

2.3 VIOLÊNCIA E MATERNIDADE

A maternidade foi um dos aspectos que caracterizou as experiências vivenciadas pelas mulheres na luta contra a ditadura brasileira (TEGA, 2015). Muitas das relações entre mães, pais, filhos e filhas sofreram consequências com as perseguições políticas, assassinatos, prisões, exílios, lutas e embates que marcaram a conjuntura à época do regime. A atuação de mulheres nos movimentos e organizações de resistência ocorreram no mesmo tempo e espaço em que os homens atuavam, no entanto, especialmente a experiência da maternidade, dentre outras especificidades de gênero, fez com que a experiência delas naquele contexto fosse singular. Por exemplo, muitas mulheres precisaram dar à luz sob condições vulneráveis, como na clandestinidade ou no cárcere, e, como destaca Alejandra Oberti, “somente as mulheres podem parir, e, por isso, a elas, há uma parte da tarefa que é indelegável” (OBERTI, 2010).

O Estado repressor – reprodutor de costumes morais conservadores – percebeu esta questão *sensível* nas existências dessas mulheres enquanto mães. Então, em distintas circunstâncias, a condição de mãe foi utilizada “contra” (CNV, 2014, p. 408) as mulheres pela repressão da ditadura. A maternidade foi manipulada, dessa forma, como um dos métodos de tortura pela repressão política (TELES, 2015), na medida em que foi utilizada para violentar não somente mulheres e homens, como também adolescentes e crianças. Assim, as violências eram embasadas também na característica biológica materna dessas mulheres. A maternidade, enquanto questão muitas vezes utilizada para sacralizar a imagem das mulheres a partir dos papéis atribuídos à feminilidade, se torna aqui, “sinal de baixaza, motivo de desprezo” (JOFFILY, 2010b, p. 231).

Não obstante, as torturas envolvendo a maternidade não se restringiram somente a questão biológica, mas às construções socioculturais dos papéis de gênero (TEGA, 2015). Nesse sentido, os papéis de mães, donas de casa e esposas eram definidos como “deveres” atribuídos às mulheres. Ao optarem pela militância, como já anteriormente citado, elas afrontavam os valores morais do contexto da ditadura. Os órgãos de repressão ditatorial, por perceberem que os papéis socialmente impostos estavam sendo quebrados, usavam estas questões de quebra desses papéis como justificativa para formas de punição. Nesse sentido, as relações de maternidade foram usadas como uma das formas de castigar e censurar as mulheres.

Assim, a maternidade não se constituía em uma razão para que mulheres grávidas, por exemplo, fossem poupadas de torturas físicas. As violências impingidas que se valeram da condição de maternidade, por vezes, eram produzidas mutuamente de formas psicológicas, físicas e morais. A ex-presa política Criméia Schmidt de Almeida, nessa perspectiva, relata sobre a sádica sistematização da repressão estatal. Também, destaca sobre o peso psicológico infligido pelo usufruto da questão da maternidade contra as presas políticas a partir de sua experiência no DOI-CODI/SP, em 1972:

É claro que, psicologicamente, na hora que você é preso, você é afetado. [...] através do serviço de análise da repressão, que começa a tentar detectar onde você é mais forte. E aí, óbvio, a maternidade pesa. Tanto quando eu estava grávida, como para as pessoas que tinham filhos. E se ameaçavam os filhos, como forma de abater o ânimo, a disposição daquela pessoa. (CNV, 2014, p. 408)

Eram recorrentes os casos de ameaças às mulheres utilizando seus filhos e filhas como alvo. Com o intuito de adquirir informações, elas eram coagidas a determinadas ações, ou, ainda, por mera punição frente suas opções de enfrentamento e resistência ao sistema ditatorial. Essas ocorrências eram frequentes nos testemunhos dessas mulheres, como narrado no depoimento de Eliana Bellini Rolemberg, ao sinalizar as ameaças que sofreu tanto na Operação Bandeirantes quanto, posteriormente, no DOPS: “[...] a ameaça maior [...] era de pegar minha filha. Eles [...] usavam muito [esse tipo de ameaça]. [...] Eles diziam que iam usar os instrumentos de tortura da Troll com a minha filha. Eu tinha pavor.” (CNV, 2014, p. 409). Assim, a relação materna era usada como ameaça psicológica e operava desestabilizando as mulheres, cujo medo transcendia seus corpos e atingia especialmente suas emoções relacionadas aos filhos e filhas.

Então, essas situações que envolviam os afetos, que utilizavam filhos e filhas como objetos de torturas extendiam-se para além da interação entre a mulher como vítima e o torturador como algoz. Ou seja, nessas sádicas interações, ainda que nem sempre presentes, havia a participação de crianças e adolescentes. Nesse sentido, a mera existência de filhos e filhas de mulheres torturadas poderiam significar formas de proferir intimidações e ameaças a elas, tal qual é apresentado por Rose Nogueira, no relato abaixo:

Agora, o que eles fizeram comigo no DOPS também, não pode fazer, não pode nem apagar de tão pecado, é, não é porque é comigo, mas eles levaram meu filho duas vezes lá, me ameaçando, dizendo que iam queimar ele, que iam quebrar.... E eu lá na cela... (MEMÓRIAS, 2015)

Nessa circunstância apresentada no relato, a ameaça esteve acompanhada não somente das emoções e sentimentos de medo, mas também pelo desespero da vítima diante da impossibilidade de reagir em favor dos seus. Eleonora Menicucci também vivenciou esse tipo de tortura na sede do Exército do Ibirapuera: “Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. ” (CNV, 2014, p. 409). Dessa forma, essa tortura passava a se tornar uma ameaça tangível. A exposição das figuras dos filhos e filhas, evidenciavam sentimentos de vulnerabilidade nas mulheres.

Nos métodos de violências psicológicas ligados a maternidade, também destaco a violência praticada diretamente em crianças e adolescentes. Não raro, eles e elas eram perseguidos, sequestrados e torturados em frente a suas mães e pais. Os relatos que demonstram essas situações são recorrentes, atestando o sofrimento, assim como a reincidência dessas ocorrências. Damaris Lucena, por exemplo, sinaliza as diversas torturas que seus filhos sofreram pela polícia, em 1970 na Oban:

Esse daqui [Adilson] foi levado não sei quantas vezes pela polícia, surravam ele, socavam meu filho, com nove anos. A polícia! A polícia de Atibaia surrava meu filho. O menino não tem nada a ver com isso. Olha, gente, foi... foi um momento muito difícil pra mim, ver meus filhos serem massacrados. Eu sabia, eu sabia que eles iam massacrar meus filhos para eles falarem. Mas eles, coitados, eles não. (CNV, 2014, p. 410)

As crianças e adolescentes, assim tratadas como objetos de torturas, tinham suas subjetividades ignoradas, e eram usados para ameaçar e provocar um sentimento profundo, que era o sofrimento de mães diante do flagelo dos filhos. A maternidade, usada como modo de convencimento, foi muitas vezes entendida somente após o regime. Eleonora Menicucci, por exemplo, afirma que: “[...] Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade. ” (CNV, 2014, p. 409). Eleonora destaca para sua atual percepção de mundo feminista, que fez com que ela pudesse perceber a *posteriori* aspectos da violência de gênero atribuídos à repressão contra a mulher.

Não obstante, em diversas circunstâncias, os filhos e filhas eram levados para assistirem suas mães e pais serem torturados/as, como testemunha Fanny Akselrud: “Ivan contava 16 anos quando foi preso, juntamente com seu pai, por agentes do DOI-CODI – II Exército (ex-Oban). Além de ter sido barbaramente torturado, assistiu ao início das torturas que culminaram com a morte de seu pai.” (CNV, 2014, p. 411).

Percebo, no relato de Fanny, que seu filho sofreu essas violências de duas formas: não somente através da tortura física em seu próprio corpo, como também ao ser forçado a assistir o suplício do próprio pai. Também, Maria Amélia de Almeida Teles narra um fato semelhante, ao falar de sua experiência enquanto mãe e presa política em 1972:

Tive os meus filhos sequestrados e levados para sala de tortura, na Operação Bandeirante. A Janaina com cinco anos e o Edson, com quatro anos de idade. [...] Inclusive, eu sofri uma violência, ou várias violências sexuais. Toda nossa tortura era feita [com] as mulheres nuas. Os homens também. [...] E os meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada, com fezes. Enfim, o meu filho chegou para mim e disse: “Mãe, por que você ficou azul e o pai ficou verde?”. O pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de tanto... Ai que eu me dei conta: de tantos hematomas no corpo. (CNV, 2014, p. 410)

Essa situação também demonstra o descaso do Estado para com as sensibilidades humanas, visto que a utilização de humilhações, violências físicas e sexuais eram realizadas em frente as crianças e adolescentes. Afetavam, portanto, não somente a subjetividade das mães e pais, como as das crianças e adolescentes. Cabe destacar aqui que a história de Amelinha Teles e sua filha, Janaina Teles, tornou-se um exemplo de como as subjetividades foram construídas também pelos tramas vividos. Janaina Teles continua escrevendo sobre como a tortura e a perseguição política afetaram os sujeitos na ditadura (TELES, 2011). Nesse sentido, Teles tornou-se protetora de uma memória capaz de transcender os tempos biológicos de uma só vida.

Outras práticas de violências associadas a concepção da maternidade dizem respeito aquelas realizadas com mulheres que não tinham filhos e filhas no momento do cárcere. Em alguns casos, assédios verbais proferidos às mulheres insinuavam sua possível condição de infertilidade. Como exemplo, trago o testemunho de Ana Bursztyn sobre a violência moral que sofreu nesse aspecto:

[...] pra mim me disseram que eu nao ia poder ter filhos. Tinha um [...] útero invertido e que eu não ia nunca poder ter filhos. O [...] psicanalista, psiquiatra, médico do DOI-COD [...] me examinou... você tem 21 anos e ele diz que você não vai poder ter filhos? [...] “Ah, o cara é médico, não, o cara é torturador, o cara é o que? O cara é do exército! Não, mas ele é médico... mas por que que ele teria dito isso, se não fosse verdade, será que eu não vou poder ter filhos?”. (MEMÓRIAS, 2015)

O mecanismo de repressão, portanto, baseava-se nas atribuições sociais das relações de gênero, incumbindo às mulheres os papéis intrínsecos na ideia de feminilidade. Assim, ao considerar a maternidade uma atribuição implícita à concepção do “ser mulher” – sobretudo pela sociedade hegemônica vigente –, tal

atribuição era tida como inerente a todas as mulheres, mesmo aquelas que nem sequer tinham perspectivas de se tornarem mães. Como observado no depoimento de Ana, a violência era também executada pela propagação de inverdades por parte dos torturadores, que colocavam-se, por vezes, na condição de médicos e utilizavam-se das relações de poder de ambas as identidades: a de médico e de torturador.

Mulheres grávidas e mães recentes vivenciaram determinadas violências morais, psicológicas e físicas que se distinguiram dos outros métodos de violência realizados nos demais homens e mulheres presos/as pela ditadura (TELES, 2015). Nesse sentido, os espaços utilizados para as sessões de torturas, não raramente, serviram como palco de partos realizados sob condições insalubres. No exemplo contado por Maria Amélia de Almeida Teles, sua irmã, grávida, teve seu filho na prisão (CNV, 2014, p. 408). Além de partos, nesses espaços também foram realizados abortos forçados, procedimentos médicos que inibiam a produção do leite materno, entre outras práticas que relacionavam-se com a condição materna.

Rose Nogueira expõe em seu depoimento concedido à CNV as formas nas quais sua condição recente de mãe influenciou em suas vivências enquanto presa política:

Veio um enfermeiro logo depois, pra me dar uma injeção pra cortar o leite. Porque esse Tralli [torturador] dizia que o leite atrapalhava ele. Então, essa foi também uma das coisas horríveis, porque enquanto você tem o leite, você está ligada com o seu filho, né? Me deram uma injeção à força, eu não quis tomar, briguei e tal, empurrei, aquela coisa. [...] Ele me pegou à força e deu injeção aqui na frente, na frente da coxa. [...] Depois que ele me falou: “Cortar esse leitinho aí, tirar esse leitinho”. Realmente, acabou o leite. (CNV, 2014, p. 408)

Novamente, Rose testemunha esse ocorrido em seu depoimento expresso no audiovisual “Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar”:

É, então, esse abuso, essa coisa horrível da tortura não dá pra imaginar, não dá! [...] É, eu tinha leite. E o leite, ele dizia que atrapalhava o desejo dele, né? Então, mandou me dar uma injeção pra cortar o leite. [pausa] Quer dizer, diante de uma mulher com leite no peito, era tão, como é que eu vou dizer? Era tão psicopata, que era mais fácil tirar aquele leite e continuar tarado, né? Continuar louco como ele era. E os outros também. (MEMÓRIAS, 2015)

A produção do leite materno “atrapalhava” a tara sexual dos torturadores, segundo os relatos de Rose. A solução encontrada pelos algozes foi infringir violentamente na fisiologia dos corpos das vítimas, de modo a atingir diretamente suas subjetividades enquanto mulheres e mães. Nesse episódio acima relatado, a continuidade da produção do leite materno foi ceifada. Tiravam, assim, dessas

mulheres, símbolos que são próprios da maternidade, afastando-as ainda mais de seus filhos e filhas.

As práticas de abortos eram realizadas também de acordo com a vontade dos torturadores, que utilizavam “técnicas e cuidados específicos quando se pretendia[m] evitar que [essas mulheres] abortassem ou quando pretendiam efetivar o aborto, ou mesmo quando esterilizar uma mulher era o objetivo” (CNV, 2014, p. 411). Nesses casos, eram efetuadas práticas de socos e golpes no estômago com a finalidade de abortamento ou de inferir na capacidade reprodutiva das mulheres. Também, em situações de abortos forçados, era comum a falta de cuidado e segurança durante e após os processos *médicos* realizados.

A exemplo desses atos, cito a notícia do “Jornal Tribuna da Imprensa”³⁴ que em 1969, publicou sobre a violência de gênero sofrida pela secretária do Sindicato de Metalúrgicos, Conceição Imaculada de Oliveira. A notícia escancarava um dos casos de aborto forçado vivenciado por presas políticas naquele contexto:

[...] Presa grávida, [Conceição] foi submetida a um aborto criminoso em uma sala comum do DOPS de Belo Horizonte (MG), na presença dos demais presos políticos e dos policiais. [...] para assistir [...] à cirurgia, praticada sem anestesia, sem nenhum cuidado higiênico e inclusive sem os instrumentos cirúrgicos necessários para uma operação. Quando, impotente, a vítima gritava, os torturadores faziam um alarido histérico e sádico, gritavam de alegria, diziam palavrões aos indignados espectadores mantidos sob ameaças dos fuzis (KUCINSKI; TRONCA, 2013 apud TELES, 2015, p. 1009).

A violência caracterizava-se, portanto, também pela imposição e gerência sobre as decisões e escolhas da vítima (TELES, 2015), baseada nas relações de poder estabelecidas entre os sujeitos e sujeitas. Ao coagí-las e ao executar abortos não-consentidos, além de tudo em situações de extrema exposição e sadismo, fez com que todos os mecanismos dos torturadores se tornassem extremamente efetivos no desenvolvimento e na perduração de traumas na vida dessas mulheres, suas vítimas. As situações em que essas mulheres eram submetidas, colocadas de forma generalizada a diversos tipos de tortura, além da exposição de seus corpos em frente a homens, faziam com que suas dores e sofrimentos fossem espetacularizados.

Outro exemplo de ingerência e espetacularização sobre os corpos e subjetividades dessas mulheres foi relatado por Maria Barros dos Santos. Em seu testemunho, ela relata o que vivenciou após ter sua gestação cessada em

³⁴ O Jornal Tribuna da Imprensa foi fundado em 1949 na cidade do Rio de Janeiro por Carlos Lacerda.

compartimentos do DOPS, em 1971:

Levaram a gente para aquela solitária, e aí eu comecei a sentir umas dores, umas dores absurdas, absurdas. Como cólica menstrual, assim, absurdo, eu rolei no chão mesmo de dor, rolava no chão, e começou um sangramento cheio de pedaços de coisas, assim... Que eu achei estranho porque nunca menstruei desse jeito. Nunca tive essas cólicas. Que diabo é isso? Rolava, chorava, gritava de dor. Até que apareceu um cara para saber o que estava acontecendo. Eu falei que estava com muita dor, cólica, não sabia o que estava acontecendo comigo, aí eles trouxeram dois comprimidos de AAS, que é absolutamente contraindicado para uma pessoa que está abortando. O AAS, ele é facilitador do aborto, entendeu? Aí, eu abortei completamente mesmo. (CNV, 2014, p. 412)

Novamente, nesse exemplo, a violência se apresenta de forma imposta, uma vez que interfere nas escolhas dessas mulheres em serem mães. No entanto, nesse caso, cabe ainda destacar o modo implícito de como esse ato foi feito, uma vez que a ação foi realizada com uma aura de proteção. Ou seja, o torturador aparece com um remédio como se fosse tirar sua dor, e não a provocar ainda mais. Causar danos físicos, psicológicos, proferindo dores, hemorragias e sofrimentos nesses corpos, além de fazer jogos emocionais perversos era, como neste episódio, era, sem dúvida mais uma das estratégias da máquina de repressão.

Além da efetivação da cessação da gravidez em algumas mulheres, os algozes se valiam também de ameaças de realizar abortos forçados, como forma de tortura psicológica. Como relata Criméia Schmidt de Almeida: “Eu e minha irmã fomos torturadas várias vezes para que assinássemos um papel em que consentíamos que eles me fizessem o aborto [...]” (CNV, 2014, p. 411). Então, além do horror de terem seus corpos invadidos em uma ação contra suas vontades, elas ainda teriam que conviver com a culpa, caso assinassem o documento de consentimento. Ou seja, ficaria registrado, nesse papel, ainda que assinado sob tortura, o *consentimento* delas em não levar a gravidez adiante.

Assim, as mulheres iam sendo constantantemente violentadas moralmente. Por exemplo, com a finalidade de ameaçar as capacidades reprodutivas, os torturadores proferiam ameaças não somente às mulheres, mas aos seus filhos “havidos e futuros”, tal qual aponta Flora Strozenberg, ao narrar as vivências que passou no DOI-CODI de São Paulo:

É uma cadeira de ginecologista que eles pegam choque elétrico e botam [na vagina] com as seguintes palavras: “Isto é para você nunca mais botar comunista no mundo”. Num primeiro momento, me senti muito ameaçada. Senti como uma ameaça não a mim, aos meus filhos havidos e futuros. [...] Aí eu fiquei bem deprimida, né? (CNV, 2014, p.412)

Este depoimento, assim como os outros, contribui para denunciar as relações violentas dos agentes do Estado ditatorial para com as mulheres que tiveram filhos e filhas. Como aponta Danielle Tega (2015), a “violência do opressor enfatiza que a mulher militante não deve mais ter criança, [...] mais um ‘guerrilheiro’ no mundo” (TEGA, 2015, p. 171). Em contrapartida, a maternidade pode ressignificar uma forma de resistir às amarras opressoras da ditadura, visto que o nascimento e a existência de filhos e filhas pode ser “avaliados como algo maravilhoso, como sinal de liberdade, de que a vida e a luta continuam” (TEGA, 2015).

Os abortos causados em presas políticas também se referem aos espontâneos, normalmente causados pelo terror das torturas provocadas pelos mecanismos do aparato repressor. A carga psicológica nessas mulheres durante suas experiências enquanto presas políticas, muitas vezes, portanto, tinham consequências tão fortes que eram capazes de interromper uma gravidez. Helena Pignatari Werner, ao narrar suas vivências, relata: “eu não queria falar um nome [...] essa coisa foi tão apavorante, e eles sempre naquela mesma rotina, “a senhora vai ser chamada”, passava outra noite, “a senhora vai ser chamada”, [...] vai aumentando o pavor [...] foi aí que eu tive um aborto.” (CNV, 2014, p. 413). Helena, na época grávida, narra o sentimento de medo frente às ameaças em ser chamada para uma sessão de interrogatório. O medo, somado ao nervosismo e ao sentimento de culpa em por acabar delatando algum companheiro/a, fizeram com que ela sofresse um aborto espontâneo.

Por outro lado, da mesma forma que a maternidade foi utilizada contra os corpos dessas mulheres, em alguns casos, também serviu a suas diferentes resistências durante as prisões políticas (WOLFF, 2015). Como uma dessas resistências Ilda Martins da Silva narra, por exemplo, que foi levada em 1969 ao presídio de Tiradentes após ter perdido seu marido:

[...] eu fiquei quatro meses incomunicável. Todo mundo tinha visita e eu não. [...] Aí um dia eu combinei com as meninas de falar para os meus filhos ficarem na esquina, porque na prisão tinha uma janela com grades bem pequenininhas e na frente tinha uma chapa bem grande que a gente não via nada para fora, na frente. Mas do lado dava para ver porque era meio afastada, assim, dava para ver. Aí eu combinei com elas de falar para os meus filhos ficarem do outro lado da rua para eu ver eles. Eles não iam me ver, mas eu veria eles. Aí eles pararam lá e eu fiz um canudinho com o jornal e balançava o jornal para eles saberem que eu estava lá vendo eles e eles abanando com a mão. (CNV, 2014, p. 409-410)

Nessa situação, Ilda, em seu papel de mãe, construiu estratégias de driblar o mecanismo repressor, e conseguiu interagir com seus filhos, ainda que de modo

bastante breve. O afeto construído nas relações maternas as fortalecia. A questão materna utilizada como forma de resistência às práticas de violência impingidas contra seus corpos, tornou-se, assim, uma ferramenta de subversão frente às imposições determinadas pelo aparato de repressão ditatorial. A maternidade tornou-se, simbolicamente, uma forma de construir uma “trincheira de resistência” (JOFFILY, 2010b, p.241).

As torturas abusaram da condição de mães dessas mulheres. Acarretaram imensuráveis perdas e traumas a elas, na medida em que essas mulheres foram submetidas à violências emocionais constantes e perversas que incindiram “sobre a responsabilidade materna em relação aos seres por ela gerados” (JOFFILY, 2010b, p. 236). Nesse sentido, a violência de gênero no período da ditadura estende-se enquanto violência contra a criança e ao adolescente, visto que, além das mães, muitos destes sofreram danos permanentes em seus corpos e suas vidas. Não obstante, esses traumas que envolvem toda uma gama de relações familiares, interferem no trabalho de memória dos agentes que compartilham vivências em comuns, como os filhos, filhas mães e pais de uma mesma família (TEGA, 2015). Assim, a maternidade apropria-se de um espaço relevante nas lembranças da experiência traumática sobre a ditadura, podendo, no entanto, “transformar dor em esperança” (TEGA, 2015, p. 179), sempre que a maternidade venha a ser transformada em resistência.

3 MEMÓRIAS TRAUMÁTICAS: MARCAS DURADOURAS

A categoria memória tornou-se, principalmente a partir da década de 1980 nos EUA, Europa e América Latina, tema de extensas reflexões que possibilitaram aportes historiográficos recentes, ao mesmo tempo em que propiciaram novas perspectivas de se pensar História. Em diversos países do Cone Sul – incluindo o Brasil – o tema ganhou enfoque nas produções historiográficas atreladas às ditaduras militares destes países, tidas como eventos catastróficos causadores de “sequelas [...] que deixam rastros e cicatrizes duradouras” (ROUSSO, 2016, p. 5). Nesse sentido, a atuação do campo da História do Tempo Presente faz-se relevante para que se possa refletir sobre as rupturas e continuidades do passado histórico no presente. Uma gama de estudos sobre as ditaduras militares latino-americanas foram desenvolvidas, o que possibilitou o entendimento da História Oral como forma de compreensão histórica.

O uso da História Oral para a construção da narrativa histórica contribui para uma historiografia que pense a História das Mulheres. Principalmente por ser uma alternativa às narrativas oficiais feitas por e sobre homens, contribuem para que vozes de mulheres alcancem o espaço público e ganhem protagonismo. Mais do que isso, o uso da História Oral para compreensão da História das Mulheres significa um “compromisso político com a escuta atenta, ética e respeitosa por vozes que insistem em se fazer ouvir, abrindo brechas e produzindo questionamentos sobre sentimentos e condutas socialmente construídos e sobre a produção de uma história única” (ROVALI, 2017, p. 12). Em um mundo em que o pensamento hegemônico foi estabelecido pelos “grandes homens”, os depoimentos orais de mulheres, tornam-se, portanto, valiosas fontes capazes abranger perspectivas históricas de mulheres. São, em determinados casos, as únicas formas de ter certos passados narrados.

Neste trabalho, a memória, retomada por depoimentos orais é definida, com base em Padrós (2001) como um conjunto de lembranças, estando passível de ser alterada e reestruturada pelo presente, no qual determinados/as sujeitos/as se inserem. É modificada, ou não, pelas experiências e vivências sofridas ao longo do tempo e dos processos históricos (PADRÓS, 2001). A memória, então, não se define aqui como um fato cristalizado, mas sim estabelecida a partir do “acesso às lembranças, nos desvios dos silenciamentos, e possibilitada na inter-relação com o esquecimento”

(SILVA, 2017, p. 2). Assim, a construção da memória individual e coletiva transita entre as possibilidades do lembrar e do esquecer.

Nesse sentido, a historiadora Joana Maria Pedro (2017) retoma o conceito de “memória gendrada” utilizado por Judith Butler (2003), ao refletir sobre as interações sociais capazes de influenciar nas lembranças. Essa perspectiva demonstra que as relações de gênero que permeiam as relações sociais também agem como formas de modificar a maneira como cada sujeito/a narra sua trajetória (PEDRO, 2017). Ao reiterar sobre a natureza social da memória, Padrós (2001) ressalta seu caráter identitário, no que diz respeito a sua capacidade em tornar-se parte da identificação cultural, histórica ou política de determinada sociedade. Isso acontece, principalmente, através da construção – ou da tentativa de – uma determinada memória coletiva.

Indo além, outros elementos permeiam os processos de retomadas de memórias, como, por exemplo, o trauma desencadeado pelas relações dos sujeitos/as com suas experiências traumáticas. Dessa forma, ao ser manifestado nessas memórias a partir de fontes orais, o trauma é um dos temas que redefiniram a importância do testemunho para a construção da narrativa histórica (FICO, 2012). Esse elemento pode ser entendido como um momento de ruptura enquanto um marco do passado, modificado pelas relações socioculturais, assim como por suas interações com o tempo e o espaço. Indo além, alinhada com Carlos Fico (2012), que define a natureza “interminável” dos eventos traumáticos, entendo que podemos entender o trauma também como uma continuidade, que se localiza em constante reestruturação através das memórias e experiências de quem as rememora.

A memória, caracterizada como um produto de cada sujeito a partir dos “acontecimentos vividos pessoalmente”, assume seu caráter individual (POLLACK, 1989, p. 201). Ainda, pode também ser definida a partir de uma construção coletiva inserida em uma determinada conjuntura social (HALBWACHS, 1990). Ao ser caracterizada por Rousso (1996, p. 94) como uma “presença do passado” na qual sua representação ocorre não somente de forma individual, a memória tem seu caráter coletivo definido. Neste entendimento, ela é constituída através de diversas intervenções sociais, culturais, nacionais, estruturais e conjunturais, definindo parte da identidade de cada sujeito e de coletivos sociais. Está relacionada diretamente com a identidade coletiva de um grupo que compartilha vivências em comum – ainda que

estas estejam passíveis ao esquecimento (HALBWACHS, 1990). Assim, ao considerar o caráter seletivo e mutável da memória, as memórias coletivas e individuais encontram-se em constante conciliação e diálogo (POLLACK, 1989, p. 3).

Na discussão sobre o processo de identidade coletiva, as contribuições de Michael Pollack (1989) destacam-se por relatar a relevância das “memórias subterrâneas” trazidas principalmente com o avanço da História Oral (p. 4). Estas memórias encontram-se em disputa com relação às “memórias oficiais”, principalmente por darem enfoque a memória dos marginalizados, dos “grupos minoritários”, daqueles e daquelas que não encontram seu passado expresso nas memórias coletivas dominantes. Pollack admite os conflitos existentes nas relações de memória, destacando que esta mesma pode dispor de uma individualidade “destruidora, uniformizadora e opressora” (POLLACK, 1989, p. 4). Compreende-se que há, dessa forma, lutas e disputas sobre a construção de uma memória nacional, e, conseqüentemente, sobre uma determinada identidade coletiva.

A experiência traumática, evocada a partir da lembrança, dá sentido a ideia de uma memória compartilhada e coletiva, e atua como os aspectos constituintes das diversas políticas de memória (FERREIRA, 2011). Os traumas aqui trabalhados, advindos dos depoimentos das mulheres, estão inseridos nesta luta constante pela retomada de memórias. O testemunho, enquanto um dos pilares estruturantes da História do Tempo Presente define este campo historiográfico, na medida em que sua abordagem gira em torno de temas em que os sujeitos ainda estão vivos. Possibilita, assim, o uso de depoimentos e da experiência individual e seus usos públicos do passado. Como nos lembra Cristina Scheibe Wolff (2015),

esses testemunhos, talvez por essa força corporificada em sensações e reações, fizeram política, tiveram e têm ainda agência. Espero que continuem tendo essa capacidade de fazer as pessoas compreenderem de uma forma mais profunda, não menos política, não menos “consciente”, que nunca mais podemos permitir que essas coisas aconteçam” (WOLFF, 2015 p. 987)

Wolff, ao referir-se ao período de violências e repressões vivenciadas durante a ditadura, estabelece o caráter de luta e resistência atribuído ao trabalho de memória realizado pelas mulheres nas décadas que sucederam o período. Compartilho desta visão, de modo a pensar esses testemunhos – caracterizados pelo trauma – como lutas que também definem as disputas pela memória no presente. Assim, o trauma é

percebido nesse trabalho também como um dos aspectos de denúncia das violações aos direitos humanos cometidas no período da ditadura. Considero, então, que o apagamento das memórias sobre esses traumas individuais e coletivos produz consequências na sociedade, que se constrói marcada pela impunidade e apagamento dos crimes de torturas realizadas no período. Este apagamento das violências se torna um dos “sintomas sociais” (KEHL, 2010, p. 124) da realidade brasileira, podendo acarretar em uma sociedade injusta e violenta.

3.1 CICATRIZES E TRAUMAS

“[...] são experiências terríveis que você não consegue esquecer. São traumas que te desestabilizam para sempre e te acompanham pelo resto da vida.” (Darci Toshiko Miyaki)

A compreensão de *trauma* presente nas práticas aqui trabalhadas também pode ser caracterizada como um sentimento relativo a um momento de ruptura do passado (DELACROIX, 2018), o qual provoca reminiscências no presente. Assim, o trauma pode intervir individualmente sob as memórias de determinadas pessoas, ou, ainda, coletivamente na memória de grupos socioculturais dissidentes. Ao constituir aspectos de certa memória coletiva, o trauma associa-se sobretudo às brechas e aos eventos traumáticos que delinearão vivências em comum. Gera, então, percepções de pertencimentos e atua em uma identidade coletiva. Além disso, como já citado, esses eventos traumáticos podem ser tidos como catastróficos, ou ainda, como "eventos rupturas", deixando marcas nas individualidades e coletividades.

Ao trabalhar com memórias de distintas mulheres que vivenciaram o período da ditadura a partir do recorte proposto, percebo a presença de múltiplas emoções que relacionaram-se – e ainda relacionam-se – com suas diversas experiências traumáticas. Considero que as emoções dos indivíduos definem-se a partir das relações sociais decorrentes de suas interpretações e vivências, sejam elas individuais ou coletivas (ROSENWEIN, 2011). Compreendo, então, que os leques de emoções presentes nessas vivências atribuem-se, não somente aos acontecimentos vividos – as violências impingidas nas mulheres em questão, por exemplo –, como também as interações socioculturais dessas memórias no presente, que levam em conta os múltiplos acontecimentos na brecha temporal entre o passado-ruptura e o presente de enunciação.

Assim, os traumas intangíveis relacionados a ditadura podem ser fruto de

distintas emoções experimentadas no período. Dentre essas emoções estão: o medo, a culpa, a vergonha, a saudade, entre outras. Conforme destaca Robêni Batista da Costa em seu relato, “[...] a sequela maior é o medo de que aconteça algo” (CNV, 2014, p. 424). Nesse sentido, esses traumas podem ser associados a danos morais, psicológicos, físicos ou biológicos, e, quando associados aos crimes sexuais e de gênero, perduram fortemente face à “indiferença da sociedade e impunidade dos violadores” (CNV, 2014, p. 422). Em sequência, explico o relato de uma mulher, a qual, sob anonimato, depõe à CNV na tentativa de expressar suas emoções relacionadas com suas cicatrizes:

Na esperança de poder apaziguar as dores de minha alma e unindo-me a todos aqueles que em todos os tempos e lugares de nosso velho planeta vivenciaram as experiências dolorosas da crueldade humana, começo este relato. Embora enriquecida por tantas experiências de solidariedade naqueles meses de prisão, sentia-me aniquilada. Saí de lá não como heroína, não como vencedora, mas destroçada em seu orgulho, em sua dignidade, em sua honra. Não só pela violência sofrida, mas pelo sentimento de culpa que me invadia a alma. Sentia-me responsável pelo sofrimento e pela dor daquele que, embora sob coação, tinha levado à prisão [...]. (CNV, 2014, p. 415)

O ato de narrar o trauma e as angústias vivenciadas ao longo do tempo é colocado por esta mulher como um dos aspectos que a individualizam enquanto pessoa e ao mesmo tempo produziram um sentimento de pertencimento a uma coletividade social. Nesse sentido, a narradora aponta para uma questão de reconhecimento, intencionando apaziguar, não somente suas próprias dores, como também de todas e todos aquelas/es que compartilharam vivências desumanas, a exemplo das violências e perseguições políticas. O relato desta mulher é carregado de emoções de solidariedade e afeto. Embora esses sentimentos nobres estivessem presentes em sua realidade enquanto presa política, há também sentimentos que fazem com que ela se sinta menos orgulhosa de si mesma. As marcas “na alma” estão associadas sobretudo aos sentimentos de culpa, especialmente, por ela não ter – ainda que sob coação e ameaças de estupro – conseguido conter determinadas informações sobre um de seus companheiros de luta, sendo colocada em uma situação de encurralamento (JOFFILY, 2010b).

Assim, além da culpa, a narradora ressalta o sentimento de angústia que este evento traumático desencadeou em sua vida. Esse sentimento de angústia é marcado por incertezas relacionadas ao perdão e à possível compreensão por parte desse companheiro que foi levado à prisão por conta de seu depoimento. Assim, ao se

expressar sobre as publicizações de memórias acerca das prisões políticas da ditadura, a mulher destaca para o cuidado ao tratar como “heróis, resistentes e honrosos” aqueles e aquelas que conseguiram conter informações mesmo sob situações de violência. Isto porque essas

expressões que, por um lado, traduzem o sentimento de orgulho e honra daqueles que as dizem, carregam também consigo, implicitamente, mesmo que sutilmente, uma acusação dolorosa aos que, por alguma razão, não resistiram [e que] Talvez não compreendam sua dor (CNV, 2014, p. 415).

Assim, é perceptível que, mesmo tentando superar esses traumas no presente, diversos aspectos os evidenciam com recorrência, retomados da memória mesmo quando sem intenção e perdurando emoções dolorosas às atuais individualidades e coletividades.

Porém, uma das marcas que se sobrepõe às emoções dolorosas são as relações de afetividade. As experiências de tortura e violência nos interiores das prisões e órgãos de repressão estatais, quando vivenciadas coletivamente, criaram sentimentos de afeto, resistência e fortalecimento entre os pares, ainda que essa não fosse a intenção do aparato repressor. Nesse sentido, assinalo para a vivência que Rose Nogueira e Vera, sua colega de cela, compartilharam quando presas:

Jogaram a Vera lá toda torta e eu pensei que ela tinha morrido, e eu comecei a gritar pros meninos, “ela morreu, ela morreu!” [...] Aí eles vieram buscar ela. [...] E, eu perguntei pra um daqueles guardas que ficavam ali: “aonde é que levaram a Vera?” [...] aí ele falou assim: “levaram ela lá pra uma sala dos investigadores onde tem os beliches, ela tá lá”. Claro que eu não acreditei, nunca mais vi a Vera. Eu achei que ela tinha morrido. [...] Aí, trinta e tantos anos depois, ela me escreveu um e-mail: “Você por acaso esteve no DOPS? Eu sou a Vera”. Eu me lembro que quando eu li eu tremia inteira, eu tremia. E até hoje falar dela é uma coisa tão [mãos no peito], sabe? Sabe, de vez em quando a gente se telefona, ela veio pra São Paulo. [choro] Ai desculpa é que eu fico muito emocionada [...] eu pensava que ela estava morta, e a gente se encontrou. (MEMÓRIAS, 2015).

O fortalecimento dos afetos, em momentos como este, tornava-se uma forma de resistência, como abordado anteriormente neste trabalho. Essas relações afetivas relacionam-se, em determinadas ocasiões, aos traumas que permanecem nas trajetórias dessas mulheres. Em diversas ocasiões os laços afetivos entre as companheiras de prisão eram desfeitos pela violência e repressão ditatorial, que informava sobre o paradeiro daquelas/es companheiras/os. Muitas pessoas precisam viver, até hoje, com a incerteza sobre o paradeiro de seus afetos, sejam eles amigos

amigas, filhos, filhas³⁵. Rose e Vera puderam desfazer suas incertezas. Tantos outros e outras não. A falta de informações sobre as mortes de suas companheiras/os também era usada como forma de causar danos morais às presas, como demonstra Darci Toshiko Myiaki: “a cada morte, os torturadores faziam questão de nos dizer que esses militantes tinham morrido, havia um escárnio cruel, regozijo em suas vozes[...]” (CNV, 2014, p. 424). Conviver com a incerteza, certamente foi e ainda é, um trauma para muitos e muitas.

Além desse trauma da incerteza, o convívio com sequelas deixadas pelas experiências de maus-tratos, assédios, intolerância, coibição, etc, não foi/é uma tarefa fácil. Visto que a maioria das presas políticas eram bastante jovens, essas sequelas caracterizam aspectos de uma vida inteira. É sobre algumas dessas dificuldades acarretadas pela ditadura que Karen Keilt relata:

Na primeira semana, quando eu voltei em casa, eu tentei me suicidar. [...] Eu tomei os remédios. Isso em julho, não é? Então, frio em São Paulo. Eu saí da cama no meio da noite e entrei na piscina. Consciente. O Rick me ouviu sair da cama, então ele veio e me salvou. [...] Eu não queria sobreviver de jeito nenhum. [...] O Rick começou a beber. Bebeu, bebeu, bebeu! Muito, muito e muito! Tornou-se alcoólatra! [...] Nunca se recuperou [da tortura]. (CNV, 2014, p. 423)

A depressão, o suicídio e as doenças psicossomáticas desenvolvidas marcaram alguns dos “mals a *posteriori*” (ASSIS, 2016 p. 317) que constituíram os/as sujeitos/as nos anos que sucederam as torturas sofridas. Nesse sentido, a tentativa de suicídio de Karen destoa de outros exemplos que se concretizavam, como no caso de Frei Tito de Alencar Lima³⁶ (ASSIS, 2016), ou, ainda, de Maria Auxiliadora Lara Barcelos (Dora). Cabe destacar aqui que Dora definiu o aspecto intermitente das torturas como: “intermináveis dias de Sodoma” (CNV, 2014, p. 423).

As cicatrizes duradouras também foram significadas em sequelas físicas, as quais não podem ser apagadas: são marcas de um “passado que não quer passar” nos corpos das vítimas. Nesse sentido, retomo aqui a violência física atribuída a Cristina Moraes de Almeida, ao ter suas pernas estraçalhadas por uma furadeira elétrica (CNV, 2014, p. 421). Tal violência delineia a impossibilidade de esquecimento a

³⁵ O Volume III do Relatório da CNV aborda a lista dos 434 mortos e desaparecidos políticos do período de 1946 a 1985. Tampouco, sabe-se que muitas pessoas ainda convivem com a incerteza do paradeiro de seus familiares. Ver mais em: TELES, 2010

³⁶ Frei Tito de Alencar Lima foi um frade nortestino perseguido e preso pela ditadura militar. Frei Tito passou pelo DOPS, sendo levado ao presídio Tiradentes. Lá, Frei Tito foi levado diversas vezes pra sede da OBAN, onde sofreu diversas torturas. Frei Tito foi mais uma história de resistência contra a ditadura. Também, foi mais uma vítima do regime: em 1974 comete suicídio em seu exílio na França.

respeito do trauma sofrido por essa mulher, visto que carrega consigo, além da dor na alma, as marcas físicas.

O testemunho da ex-militante da ALN, Darci Toshiko Miyaki, aponta para esta relação do trauma físico com o psicológico: “então, é um tipo de tortura que eles te fazem, que você carrega para o resto da tua vida. Fisicamente, por exemplo: eu sou estéril, tenho 11 hérnias de disco, tem o bendito do meu joelho aí, que não funciona. [...] Mas a parte psicológica, o mal que eles te fazem...” (CNV, 2014, p. 423). Darci Miyaki reforça a força de um sistema de tortura que envolvia, tanto o físico quanto o psíquico. As marcas no corpo impedem quaisquer deslocamentos de um tempo que, para elas, é tão dolorido.

Do mesmo modo, ao definir suas memórias traumáticas como “um fantasma de um inferno que te mantém constante” (CNV, 2014, p. 428), Denise Peres Crispim destaca a dificuldade em superar as lembranças sobre os crimes que sofreu. Em seu relato, ela exemplifica o assombro sofrido, fazendo analogia com a figura de um fantasma que age em um espaço comparado ao inferno. Em suas palavras:

aquele horror que você vê [...] entra na tua vida, nunca mais você vai sair e isso é uma coisa que te limita em tantas outras coisas [...] Sobreviver com todo aquele fantasma em cima. Um fantasma que é hoje um fantasma, mas na época era um inferno. Você não esquece (CNV, 2014, p. 428).

Neste relato é perceptível que Denise percebe o trauma acarretado pela situação de violência vivida em sua prisão na ditadura, sinalizando a imposição desse trauma enquanto um sentimento de difícil redenção. Ainda nessa mesma perspectiva, a ex-integrante da ALN, Maria Aparecida Costa, indaga:

Como você lida com este ser que você sai depois que você é preso e torturado? Em que você fala mais ou menos, que você não morre, que você está aí e que você não aguenta enfrentar a morte. Como é que fica? Como você recompõe este ser humano? Como você volta a se respeitar? Como você acha que vale alguma coisa? Então este é um ponto muito complicado, difícil [...]. Não é algo que você resolve fácil. (CNV, 2014, p. 427).

Este depoimento de Maria Aparecida Costa, assim como o de Denise Crispim, demonstra que a desumanização a que essas mulheres foram submetidas construiu percepções posteriores acerca de suas identidades. As experiências traumáticas passaram a caracterizar as relações sociais dessas mulheres após o período de prisão e violência política. Nesse sentido, essas mulheres carregam o estigma da solidão, do desemprego e das marcas em suas relações afetivas (ROVAI, 2013). Ou seja, as mulheres precisam conviver com seus traumas que passaram a constituir parte de suas

percepções de mundo, suas personalidades e experiências pós-trauma.

Nair Guedes, em depoimento ao audiovisual “Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar”, relata sobre a importância do trabalho de traumas a *posteriori*, numa tentativa de superação da memória traumática. Acarretados pelas violências físicas e psicológicas, esses traumas permanecem profundos: “então, eu sei que tem marcas, marcas no corpo, marcas na alma, marcas no rosto, e isso não se tira, né? Isso vai continuar..., mas assim, o que a gente faz é ir vivendo um dia de cada vez, trabalhando, tudo isso...” (MEMÓRIAS, 2014). Com a esperança de o tempo amenizar a dor, Nair segue com suas marcas. Em contrapartida, para Roseli Lacreta, o tempo não possui a capacidade de cura:

Depois que eu saí, eu fiquei fechada, encerrada. Não queria saber de nada e nem de ninguém [...] Eu tinha perdido a linguagem verbal. Fiquei fechada, fechada. Minha vida foi ali um ponto – parágrafo, até eu ver como eu iria começar minha vida, eu não sabia mais [...]. Acabam com a sua vida e aí você tem que ver como é que você vai refazer o seu eu, para você ver que vida você quer ter, para onde você vai. Então, a primeira coisa foi que acabou tudo até recomeçar outra vez, mas nunca mais do [mesmo] jeito. A violência acaba com o ser humano. [...] A violência, ela impede, ela [...] interdita o movimento de crescer, então você regride, você fica todo encapsulado. (CNV, 2014, p. 427)

Em relato acima, Roseli define a violência como uma ruptura em seu passado, um encapsulamento, marcado pelo isolamento e pela dificuldade de redenção. Da mesma forma, ela relata sobre a capacidade das experiências traumáticas em acarretar uma perda de identidade. Identidade essa que tenta ser reconstruída, mesmo que com dificuldades, no período pós-trauma.

Nesse sentido, nos próprios testemunhos dessas mulheres há a adversidade do acesso as memórias traumáticas. Como sinaliza Maria Aparecida Cosa, em seu relato à CNV: “Muitos conseguiram, muitos não conseguiram. Muitos morreram no silêncio. Muitos preferiram se calar, morreram, sumiram, aguentaram, não falaram. Outros sobreviveram. Uns falaram menos, outros falaram mais.” (2014, p. 415). O trauma, então, pode impossibilitar o acesso e a retomada – parcial ou completa – de memórias daqueles e daquelas que sobreviveram às atrocidades do regime ditatorial.

No sentido desta retomada parcial da memória, a presença de silenciamentos durante a fala de muitas das entrevistadas pode demonstrar hesitação em lembrar de tempos tão doloridos, uma ausência do lembrar ou uma escolha pessoal de não querer reviver aquela vivência. Encontra-se presente, então, uma das subjetividades do testemunho: os “não-ditos”, ou seja, os silenciamentos intrínsecos à capacidade do

lembrar (GAGNEBIN, 2006). Esses podem ser, então, caracterizados como silenciamentos relacionados às memórias traumáticas e ressentidas dessas sujeitas. Assim, os “não-ditos” podem estabelecer uma relação entre a narrativa oral, a emoção e o trauma. Nesse sentido, Rose Nogueira, ao relatar sobre as torturas sexuais que passou, percebe sua impossibilidade em dar continuidade a determinada experiência narrada: “só pode ser isso. E, foi um horror, foi uma coisa... [pausa] Não dá pra contar, não dá [...]” (MEMÓRIAS, 2015).

A maternidade – como parte dos traumas físicos e psicológicos – é uma das questões *sensíveis* e imprescindível para se pensar as violências de gênero e seus traumas no período da ditadura. A questão materna foi parte caracterizante do trauma acarretado por toda a violência do regime nas vidas das mulheres. Nessa perspectiva, Rose Nogueira relata:

[...] eu estava com infecção, né? E infecção puerperal. Eu me sentia muito mal, muito mal. Tinha febre, pedia remédio. Os caras não traziam, nada. Quando recebi prisão preventiva, e me levaram para o Tiradentes, junto com o Clauset, eu não sei se foi minha família, ou quem foi, que chamou o meu médico, que fez o meu parto [...] Ele falou: é infecção puerperal. Infecção puerperal. Ela precisa de antibiótico já. Imediatamente. Aí, tomei um monte de antibiótico, que ele mesmo deixou lá, segundo as carcereiras [...] Eu melhorei, só que nunca mais eu engravidei. (CNV, 2014, p. 422)

A violação aos corpos das mulheres não se absteve ao período em que estas foram torturadas: mantiveram-se ao longo de suas vidas. O período de agressões físicas à Rose resultou em uma infertilidade nunca mais revertida.

Também, Eva Teresa Skazufka, ao narrar sobre o período em que agentes do DOPS buscavam-na em sua casa todos os dias, com sua filha e filho, nos conta:

Enquanto eu estava no DOPS ninguém tirava ela [filha] do meu colo [...] ela estava amarrada. Os dois filhos são sequelados [...]. A Kátia acha que eu não devia ter tido filhos [...]. Eu nunca conversei com eles sobre isso [...] Hoje se sabe muito bem que [...] o bebê sabe de tudo, né? Sente tudo, né? Pode não saber, mas as sensações estão lá, né? [...] Ela esteve internada várias vezes, a Kátia, em clínica. Por quê? Porque eu posso dizer que umas 15 vezes ela tentou o suicídio. E sempre na minha frente. Sempre na minha frente. (CNV, 2014, p. 428)

As relações entre as mães e filhas/filhos foram diretamente afetadas. Por vezes, como demonstra Eva, além de todas as agressões que essas mulheres sofreram, ainda tem que dar conta das extensões desses traumas em seus afetos. Enquanto mães, possuem um papel de ser duplamente fortes, ao lidarem não somente com os seus traumas, mas com os traumas que aquele período acarretou em seus filhos e filhas, deixando “sequelas”. Essas sequelas afetam, ainda, suas relações e laços afetivos,

causando danos e traumas coletivos (JOFFILY, 2010b).

A recorrência da violência física, psicológica e sexual relacionada aos traumas deixados nos diversos corpos é enfatizada nos relatos acima apresentados. Mostrei como os traumas e sequelas acarretados pelo período de truculência ditatorial causou danos permanentes nos corpos e subjetividades dessas mulheres que foram torturadas. Bravamente, elas tentam reparar e superar esses traumas e cicatrizes. Também, esses traumas não se restringem a sentimentos individuais, são também traumas coletivos (KEHL, 2010), na medida em caracterizam uma memória e uma identidade coletiva.

3.2 RESSIGNIFICANDO MEMÓRIAS

Os mecanismos sistematizados de repressão da ditadura deixaram marcas nas memórias de todo um coletivo social. Nesse sentido, o passado recente das ditaduras militares do Cone Sul continua reverberando suas consequências no tempo presente, colocando a experiência latino-americana no cerne dos debates acerca das relações entre memória e História. Essa história do tempo presente se estabelece nesses países, associada a estes eventos³⁷, na tentativa de responder demandas cívicas pelo desejo de reparação, reestruturação e justiça aos crimes e violações aos direitos humanos cometidos na conjuntura vigente (SARLO, 2007). Neste trabalho, trago a questão de gênero, ao procurar contextualizá-la nesse cenário.

A retomada e ressignificação das distintas memórias sobre as violências de gênero buscam a compreensão das relações intrínsecas ao presente a partir do entendimento das rupturas e continuidades com o passado traumático. Nesse sentido, a retomada de memórias de mulheres emerge diante da necessidade de entendimento acerca de como essas experiências traumáticas afetaram – e afetam – as relações sociais, políticas e culturais da atualidade. Essa retomada possibilita, assim, formas presentes e futuras de resistências, ao considerar que o espaço de experiências vividas

³⁷ Segundo Delacroix (2018) no Brasil, por exemplo, a História do Tempo Presente (HTP) emergiu paralelamente aos estudos no campo da História Oral e que pensavam as relações entre história e memória, principalmente ligados ao passado ditatorial e suas continuidades. Na Argentina, a chamada história recente também se instituiu pensando o contexto da ditadura militar, ligada a violência e a questão dos desaparecidos políticos. No Chile, institucionalizou-se seguindo a mesma linha, porém efervesceu a partir dos debates públicos relacionados ao julgamento de Pinochet, em 1998. Ainda, Joffily (2018) afirma sobre a possibilidade da experiência mais marcante referente a uma ruptura radical com o passado ser os períodos de imediato pós-ditaduras – e não propriamente elas – os quais pensaram a possibilidade de redemocratização. Para saber mais: (JOFFILY, 2018); (DELACROIX, 2018).

delimita o horizonte de expectativas futuras (KOSELLECK, 2014). Portanto, a importância da retomada dessas memórias se faz relevante para a compreensão das lutas e resistências de mulheres no decorrer da história brasileira. Também, para confrontar as contínuas opressões de gênero dos dias atuais.

Nesse sentido, cabe destacar aqui a pertinência de políticas de memória que possibilitam a investigação de traumas nacionais, coletivos e individuais. Trabalhos de memória, como os testemunhos apresentados no presente trabalho contribuem sobremaneira para tensionar esquecimentos sobre os crimes da ditadura. Essas políticas de memória abriram espaço para que as mulheres pudessem publicizar suas experiências. Considerando a importância dessas políticas, discuto a seguir, algumas daquelas que foram essenciais para a ressignificação dessas memórias.

Essas políticas de memória referem-se às diversas iniciativas no campo político, jurídico e social que foram formuladas no período pós-ditatorial até dias de hoje. Definidas como um “conjunto de intervenções de atores públicos visando produzir e impor à sociedade uma memória pública oficial” (MICHEL, 2010 apud FERREIRA, 2011, p. 107), essas políticas tensionaram esquecimentos sobre o contexto. Ainda, somadas à construção e transmissão de narrativas realizadas por historiadoras/es e pessoas diversas através dos usos públicos e políticos do passado, elas produzem e ressignificam disputas por memórias (SILVA, 2016), na medida em que colocam em cheque diferentes versões de uma mesma história na opinião pública. Entendo que as experiências de mulheres a respeito das perseguições e violências de gênero sofridas podem alcançar a opinião pública e auxiliar na construção de uma memória coletiva imbricada em perspectivas feministas. Nesse sentido, aponto algumas dessas políticas, enfatizando aqui a relevância dessas iniciativas.

A Lei de Acesso à Informação, sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2011, atuou como uma dessas políticas públicas de trabalho de memória. Assim, a lei de nº 12.527 permitiu o “direito previsto na Constituição de que todos têm a prerrogativa de receber dos órgãos públicos além de informações do seu interesse pessoal, também aqueles de interesse coletivo” (BRASIL, 2011). Essa lei possibilitou, assim, o livre acesso a uma vasta documentação sobre a ditadura, fazendo com que as produções, estudos e iniciativas sobre a retomada de memórias do período crescessem qualitativamente e também em números quantitativos. Concomitantemente, essas produções foram impulsionadas também pelo cinquentenário do golpe de 1964, em

2014, fato que impulsionou a recorrência da temática no debate público e acadêmico (JOFFILY, 2018).

A existência de “espaços de memória” sobre as violências do período da ditadura também caracterizam-se como essas políticas, na medida em que exprimem um sentido material, funcional e simbólico sobre o recorte proposto (NORA, 1993). A partir de dados informados pela historiadora Janine Gomes da Silva (2014), esses lugares de memória invocam o apelo por “ocupar um espaço importante na luta contra a amnésia coletiva” (SILVA, 2014, p. 8), na medida em que ressignificam uma relação com o lembrar. Como um exemplo desses lugares, ressalto minha recente visita ao “Memorial da Resistência”, na cidade de São Paulo. Alinhando-me à Cristina Scheibe Wolff (2015), percebi a forma na qual esse lugar atua também nas emoções dos indivíduos que o visitam. Assim, possui a capacidade de retomar e significar determinadas experiências, principalmente aquelas vinculadas aos crimes e violações aos direitos humanos. Passando quase que despercebido em meio aos prédios e ruas próximas à Estação da Pinacoteca, o memorial encontra-se no antigo prédio do DEOPS e traz consigo uma vasta gama de informações sobre os diversos “lugares de memória” da ditadura ao longo do país, assim como sobre os contextos brasileiros e internacionais desde o início do século XX até os dias atuais. Ainda, trabalha com a sensibilidade do espectador, ao ressignificar as celas da prisão do DEOPS e torná-las em espaços e monumentos de luto.

Com base nesse exemplo, pude perceber como os espaços de memória tornam-se eficazes no estabelecimento de uma articulação entre memória e patrimônio cultural (SILVA, 2014). Ressignificam e materializam, assim, memórias e experiências, construindo uma relação de empatia, solidariedade e revolta com quem o visita (WOLFF, 2015). Atuam como políticas de memória ao preservarem histórias que tentam ser feitas esquecidas.

Inserida nessa perspectiva, a criação e a atuação da Comissão Nacional da Verdade surgiu como uma maneira de trabalhar essas memórias traumáticas – também a partir da coleta de relatos orais – (re) construindo narrativas, tornando-as públicas e capazes de modificar o entendimento sobre o passado histórico. A Lei nº 12.528, sancionada em 18 de novembro de 2011 também pela presidenta vigente Dilma Rousseff, ao promulgar a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no âmbito da Casa Civil da Presidência da República (BRASIL, 2011), atuou como uma

política de memória. Esta Comissão foi criada com o intuito de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período [...] [de setembro de 1946 a setembro de 1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011).

Dessa maneira, a CNV operou a partir do trabalho de busca, recuperação, coleta, análise de documentos, testemunhos, arquivos e acervos que demonstraram as múltiplas violências conferidas às/aos sujeitas/os dissidentes ao longo de todo o país durante aquele contexto. Ampliada em comissões estaduais, municipais, e institucionais, a CNV trabalhou em diversos espaços no país³⁸, definindo treze grupos de trabalho (GT's) divididos em temáticas previamente definidas, que possuíam assessores, pesquisadores e consultores. Estes grupos foram definidos pelas temáticas, dentre as quais, destaco que a primeira delas incluía a questão de gênero. São elas: 1) ditadura e gênero; 2) guerrilha do Araguaia; 3) contextualização e razões do golpe civil-militar de 1964; 4) ditadura e sistema de Justiça; 5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; 6) estrutura da repressão; 7) mortos e desaparecidos políticos; 8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; 9) Operação Condor; 10) papel das igrejas durante a ditadura; 11) perseguições a militares; 12) violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; 13) o Estado ditatorial-militar.

O grupo de trabalho voltado às relações de gênero na ditadura pretendeu visibilizar o sofrimento de mulheres envolvidas na luta armada, em organizações e movimentos sociais de resistência ao regime, assim como daquelas que tiveram parentes, familiares e companheiros mortos, desaparecidos e perseguidos. Assim, a CNV se propôs, ao desenvolver este grupo de trabalho, incorporar transversalmente as relações de gênero em seu Informe Final destacando-as como práticas que demarcaram e sistematizaram a repressão ditatorial (MEZAROBBA, 2013). Como consequência do trabalho deste GT³⁹, destaco a presença do capítulo 10 do relatório final da CNV – analisado aqui enquanto fonte – o qual abordou as torturas

³⁸ Destaco aqui para a atuação da Comissão de Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina (CMV-UFSC), criada em 2014. Como resultado de suas atividades, publicou um relatório final em 2017, vinculado ao *site* “Acervo Memória e Direitos Humanos” da UFSC. Disponível em: <<https://memoriaedireitoshumanos.ufsc.br>>

³⁹ O GT gênero e ditadura, coordenado por Paulo Sérgio Pinheiro, realizou suas investigações em acervos, tais quais: Fundação Patrícia Galvão, Zuzu Angel e no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Também, instituiu parceria com o escritório da ONU Mulheres. Ver mais em: MEZAROBBA, 2013.

envolvendo mulheres, homens, crianças e adolescentes a partir do viés de gênero.

Numa perspectiva comparativa ao relatório da CNV, a produção “Brasil: Nunca mais” também merece destaque. Esta, foi produzida entre os anos de 1979 e 1985, período marcado pela suposta “abertura política”⁴⁰, iniciada com a lei da anistia brasileira. Atuando como a primeira publicação a respeito das torturas, prisões, desaparecimentos e perseguições cometidas na ditadura, baseou-se nos processos da Justiça Militar, a partir do empréstimo desses processos, microfilmagem, fotocópia, organização e manipulação desta vasta documentação (JOFFILY, 2010a), cujo acesso foi dado a arquidiocese do Estado de São Paulo. Publicado em 1985 por esta instituição religiosa, traz capítulos que denunciam as torturas e crimes da ditadura. A sua vasta documentação, mostra que as violências basearam-se nas relações de gênero. Nesse sentido, os dados da publicação apontam para o fato de que as torturas baseadas na violência sexual eram mais recorrentes nas mulheres. Por exemplo, numa análise estatística, com base na tabela apresentada por Mariana Joffily (2010a), detecto que a incidência chega a ser cerca de duas vezes e meia maior do que em homens. A publicação da arquidiocese traz um capítulo intitulado “Tipo de tortura utilizada por sexo” (BRASIL, PROJETO, 1985, p. 74), no entanto, não realiza uma reflexão das relações de violência a partir das reflexões sobre as violências sexuais vividas pelas mulheres.

Publicado três décadas mais tarde após o lançamento da publicação “Brasil: Nunca mais”, o Relatório da CNV, por sua vez, dá conta de englobar essas questões de gênero, sendo possível perceber a inserção das problemáticas de gênero como pautas indispensáveis para a reflexão acerca das violações dos corpos dos indivíduos na ditadura. Um palpite dessa mudança paradigmática está associado ao debate levantado por Joana Maria Pedro (2005), que define que o conceito de gênero tomou lugar no debate público e acadêmico a partir do chamado feminismo de “Segunda Onda”. Esse movimento, advindo dos Estados Unidos e da Europa em meados do século XX estabeleceu-se no Brasil nas últimas décadas deste mesmo século, como já debatido. Surgida como “tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres” (p. 79), então, a categoria de gênero encontra-se, neste relatório, reivindicada como uma forma dessas mulheres obterem algum tipo de justiça com

⁴⁰ A partir de 1979, com a Lei da Anistia que acarretou também na volta dos exilados políticos, o ditador João Figueiredo deu início ao chamado período de redemocratização brasileira. No entanto, a repressão ditatorial continuava instituída sob as “minorias” sociais e os grupos de esquerda, por exemplo.

relação às desigualdades de gênero do período da ditadura. Além disso, ao terem suas narrativas ouvidas, atuam como agentes e protagonistas de suas próprias histórias.

Portanto, a inserção de um grupo de trabalho específico na CNV, acarretando em uma seção de seu relatório dedicado ao gênero, nos permite perceber um dos resultados das lutas feministas e de mulheres no Brasil das décadas que marcaram a segunda metade do século XX (JOFFILY, 2016). Ou seja, as recentes lutas feministas – e aqui compreendo a heterogeneidade do feminismo brasileiro⁴¹ – que resistem às opressões gendradas, influenciaram positivamente este contexto. Demonstra-se, então, que suas reivindicações por direitos tiveram certa ressonância, ao tensionar lutas pelas memórias que reverberaram suas vozes em demandas cívicas por justiça e igualdade.

Como já supracitado, considero que as lutas feministas trouxeram ao debate público pautas relacionadas às distintas opressões sofridas pelas mulheres, como as violências de gênero, por exemplo. Em sequência, então, percebo que essas lutas também influenciaram no trabalho de reivindicações testemunhais de mulheres. Assim, retomo uma discussão iniciada anteriormente nesta monografia e também levantada por Mariana Joffily (2016): a percepção tardia de algumas mulheres com relação a categorização das violências de gênero sofridas por elas. Algumas mulheres, ao longo de momentos pós-repressão, relativizaram as violências de gênero sofridas, como demonstra Ieda Akselrud, ao atentar para sua percepção *a posteriori* deste aspecto:

[...] Eu sofri abuso sexual dentro do banheiro. Todo mundo já sabe. Eu posso contar essa história porque há depoimentos e depoimentos. Mas eu levei muito tempo para me tocar que aquilo era abuso sexual, sabe por quê? Eu minimizava aquele episódio porque, afinal, não era pau de arara, não era choque e não era cadeira do dragão. É muito louco isso! É muito louco! (CNV, 2014, p. 418-419)

Diante das múltiplas torturas em que encontravam-se suscetíveis e vulneráveis, em determinadas circunstâncias as presas políticas *minimizaram* as torturas sexuais. Fosse por compará-las com outras torturas que pensavam ser piores, ou, ainda, pela dificuldade de lidar com as permanências dessas experiências em suas memórias. Associo então, que as violências sexuais eram naturalizadas por parte da sociedade (JOFFILY, 2016). Também, a não-percepção destas desigualdades de

⁴¹ O feminismo não é um movimento homogêneo. Dentro dele, encontram-se dissidentes mulheres que lutam por pautas divergentes, ainda que possuam muitas em comum, como a luta pela igualdade entre gêneros. Atualmente, no Brasil, destaco para os diversos feminismos: feminismo interseccional, classista, camponês, negro, transfeminismo, indígena, lésbico, radical, etc.

gênero era fruto do contexto em que viviam, no qual o feminismo ainda encontrava-se em emergência, e, como já visto, havia certa relutância às pautas feministas dentro de algumas organizações de esquerda. Em seguida, Ieda continua refletindo sobre essa questão:

[...] Eu minimizava. Me lembro até que o Paulo de Tarso Vannuchi [...] escreveu para mim na prisão e disse que estava fazendo uma denúncia da tentativa de estupro. Eu falei: “Ah! Esquece isso!”. Porque para mim aquilo não tinha importância. [...] É uma bobagem, mas eu levei muito tempo... Porque para mim era o seguinte: “Ainda bem que eu não fui para a cadeira do dragão, ainda bem que eu não fui para o pau de arara” (CNV, 2014, p. 419)

Ieda associa sua possibilidade individual tornar essas violências públicas com o fato de outras mulheres terem feito isso antes. Ela chama atenção aqui, portanto, para a importância da construção de uma memória coletiva de mulheres, capazes de gerar pertencimento e incentivar as inúmeras denúncias cometidas no período. Essas mulheres – a exemplo de Ieda – ao narrarem suas histórias posteriormente, percebem o quão essas violências foram subjulgadas por seus algozes e, por consequência, também por elas. O ato de narrar e ressignificar essas histórias torna-se bastante delicado, pois, ao perceberem essas violências sexuais e de gênero, precisam revivê-las e lidarem com esse aspecto do passado traumático, antes não considerado. Essas percepções atuam, então, como traumas *a posteriori*. Nesse sentido, Ana de Miranda Batista, presa pela última vez em 1970, relata:

[Até] poucos anos atrás eu achava que não tinha sofrido [violência sexual]. Porque eu achava que violência sexual era assim: estupro direto, violência direta [...] Tem tanta gente que sofreu né? Companheiras que foram tão violentadas, então eu não sofri. Mas, não é bem assim [...]. Eu fui estuprada com um cassetete no 1^o Distrito. (CNV, 2014, p. 418)

Como visto no depoimento de Ana Batista, a partir do momento em que não percebiam o cunho sexual dessas violências, relativizavam-as, identificando-as anos depois. Assim, em casos como estes, tornava-se difícil o “reconhecimento da especificidade e da autonomia da violência sexual como um delito” (JOFFILY, 2016, p. 167). Entendo, então, que algumas dessas mulheres só puderam compreender os aspectos sexuais e de gênero dessas violências a partir da consciência, das lutas e reivindicações feministas realizadas durante os anos que sucederam suas torturas. Nessa perspectiva,

os avanços conquistados nas últimas três décadas abriram a oportunidade de ressignificar o caráter íntimo, privado e pessoal da experiência traumática da violência sexual e inscrevê-lo em uma esfera política e

coletiva (JOFFILY, 2016, p. 172).

Assim, tornou-se possível desassociar o caráter privado dessas violências sexuais, denunciando-as e tornando-as públicas. Mesmo que *a posteriori*, as discussões e iniciativas públicas e jurídicas acerca das distintas violências contra a mulher auxiliaram neste processo de reconhecimento. Nesta perspectiva, insiro os exemplos da criação da Lei Maria da Penha⁴², em 2006, das criações de delegacias da mulher, assim como a inserção da concepção pela ONU de que as violências de gênero praticadas no período devem ser consideradas como “crimes contra a humanidade” (CNV, 2014). A importância desses testemunhos, então, também se dá para a recomendação da justiça em punir como singulares, os crimes baseados em violências sexuais. A categorização desses crimes torna-se extremamente importante, principalmente em um dos países que mais comete crimes de feminicídio do mundo⁴³.

Por outro lado, considero importante abordar que algumas mulheres passaram por experiências e percepções inversas a essas citadas. A percepção enquanto feministas também marcou a experiência das violências de gênero no cárcere político, e não somente nos anos que a sucedera. Nesse sentido, algumas mulheres passaram a perceber sua dupla opressão a partir do tratamento diferenciado que obtinham pelos agentes do Estado, baseados nas hierarquias de gênero (JOFFILY, 2010a). Assim, muitas mulheres reivindicaram as igualdades de gênero e resistiram às opressões estruturais sofridas de dentro das prisões políticas, baseando-se em pautas feministas. Também, importa ainda destacar que algumas dessas mulheres passaram a perceberem-se como feministas a partir de suas experiências no cárcere⁴⁴.

Retomando as políticas de memórias aqui apresentadas, as quais deram espaço para o processo de retomada dessas memórias de mulheres, dou continuidade à discussão. Ainda que essas políticas foram iniciativas relevantes ao trabalho de memória sobre as violências do período, compreendo seus caracteres tardios, na medida em que muitas delas foram realizadas quase cinquenta anos após o ano de

⁴² Lei número 11. 340, a qual criou “mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006).

⁴³ Em 2016 o Brasil ocupava o quinto lugar no ranking mundial de países com mais casos de feminicídio, segundo o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

⁴⁴ Discussões acerca desta questão também serão problematizadas no capítulo “Mulheres de luta no período ditatorial do Brasil: lutas, transgressões e silenciamentos”, de Luísa Briggman e Cristina Scheibe Wolff, a ser publicado em novembro de 2019 no livro *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*, organizado pelo LEGH.

1964. Dessa forma, a experiência brasileira “demuestra que cuando el debate en la arena pública no logra legitimarse o generar amplios apoyos, no se alcanza el tiempo de la justicia⁴⁵” (MONTAÑO; CRENZEL, 2015, p. 15). A Justiça de Transição brasileira, então, não foi efetiva, acarretando em impunidades frente aos crimes e violações da repressão ditatorial. Destaco, então, que iniciativas judiciais, políticas e governamentais são necessárias no processo de luta por memória, verdade e justiça. E, caso elas sejam nulas ou tardias – a exemplo do caso brasileiro – podem acarretar na construção de uma memória pública fundamentada em esquecimentos e equívocos históricos.

Então, se, nestas constantes demandas por memória no processo brasileiro podemos inserir a construção de determinadas iniciativas, por outro lado – ou, ainda, *ao lado* desse fato – temos a presença das políticas de esquecimento (MICHEL, 2010), as quais, iniciadas no período da ditadura, produzem situações nas quais o direito à memória é negado (FERREIRA, 2011). Nesse sentido, apresento a Lei da Anistia brasileira (Lei nº 6.683) de 28 de agosto de 1979 como uma destas políticas de esquecimento. Esta, não ocorreu de forma “ampla, geral e irrestrita”⁴⁶ e concedeu o perdão, no âmbito legal, àqueles e àquelas que:

Cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (BRASIL, 1979).

Essa resolução não se aplicou a pessoas que no período foram condenadas por acusação de praticarem crimes de “terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal” (BRASIL, 1979), anistiando, por sua vez, diversos alagoes que cometeram crimes de lesa humanidade. A impunidade frente aos *reais* crimes e violações aos direitos humanos cometidos no período demonstram um “esquecimento por decreto ou pacto de silêncio” (FERREIRA, 2011, p. 113) presentes na lei da Anistia brasileira. Da mesma forma, a ausência de um julgamento e culpabilização dos agentes da ditadura fez com que a memória não se ordenasse mais pelo testemunho (FERREIRA, 2011). Esta negligência e manipulação estatal perante às memórias das violências cometidas

⁴⁵ Tradução livre: demonstra que quando o debate na arena pública não pode legitimar-se ou gerar amplos apoios, não se alcança o tempo da justiça.

⁴⁶ Os movimentos de luta pela anistia durante a ditadura civil-militar reivindicavam este lema, a exemplo do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), ou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

na ditadura também ajudou na construção de uma opinião equivocada em parte da esfera pública.

Nesse sentido, demonstro as considerações de Mariana Joffily (2018) que afirma que a memória social da ditadura – sobretudo a partir do período de “abertura política” e redemocratização – foi também construída por setores liberais da sociedade. Esses setores contribuíram, inclusive, na organização do golpe e do aparato ditatorial, mas com o tempo, afastaram-se do poder e “incorporaram elementos da interpretação de setores oposicionistas da esquerda não armada” (JOFFILY, 2018, p. 212).

Então, o esquecimento, em sua constante comunicação com a memória também demarcou as retomadas de memórias coletivas. Considero o esquecimento um importante aspecto a ser pensado nessa discussão. Alinhada com a discussão sobre memória de Pollack, a discussão sobre esquecimento de Padrós contribui igualmente para que possamos avançar no entendimento da construção das sensibilidades a serem consideradas neste trabalho. Padrós (2012), ao perspectivar o período ditatorial, reitera que “mais esquecimento significou menos verdade”⁴⁷ e, conseqüentemente, menos memória, afirmando que houve uma política estatal que responsabilizou-se por este esquecimento, não proporcionando alguma forma de justiça para as vítimas do regime civil-militar. Também, não auxiliando “para que as novas gerações conhecessem uma experiência histórica que marcou, na carne e na consciência, parte da geração dos pais e avôs” (PADRÓS, 2012, p. 65). Dessa maneira, a superação do esquecimento na tentativa de construção de uma memória coletiva sobre a ditadura civil-militar brasileira se torna uma forma de reparação e justiça pelo passado traumático.

Ainda, o esquecimento não se relaciona meramente com a imposição e manipulação voluntária do ato de esquecer, mas também a partir da omissão e da negação, por exemplo (FERREIRA, 2011). Nesse sentido, o trauma define a transmissão de determinadas memórias, as quais podem manter-se em esquecimentos. Segundo Susel Oliveira da Rosa (2013), há uma “função positiva do esquecer para a vida”, a qual permite a “redenção” de traumas que caracterizam determinadas memórias e seus acessos, quando necessário. Ainda, Paul Ricoeur (2007), ao propor a

⁴⁷ Frase citada por Padrós, formulada pelo uruguaio Gerardo Caetano, em entrevista à Ana Maria Mizrahi, em 2011.

memória enquanto um conjunto de fenômenos e o esquecimento enquanto hermenêutica, inverte o senso comum da história: escrevemos a história não necessariamente, para lembrar, mas para que se possa esquecer. Para o historiador, o processo de memória está, então, relacionado a um processo de redenção. Nesse sentido, ressalta-se a memória a partir de sua capacidade de cura.

Acredito que as afirmações do autor não se encaixem ao contexto brasileiro de retomada das memórias coletivas sobre a ditadura, que compartilha o *slogan* “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Todavia, voltada a determinadas memórias traumáticas individuais, o suplício pelo esquecimento como forma de “cura” faz-se presente, a exemplo do depoimento de Cristina Moraes Almeida:

Eu quero esquecer. Mas eu te pergunto: qual é o profissional, na psicologia, que vai apagar essas marcas? Não tem. Não tem. E hoje em dia eles [torturadores] dizem: eu não sei, eu não vi, não me comprometa. Olha, tacharem como torturador é um elogio. Assassino em série, sem sombra de dúvida. [...] Eu quero sair deste capítulo. Porque eu estou vivendo como se fosse ontem. (CNV, 2014, p. 424)

Cristina, ao relatar sobre sua relação com os traumas deixados pelas violências de gênero, demonstra a dificuldade em apagar essas marcas deixadas em seu corpo e alma. Para ela, o esquecimento individual torna-se uma redenção de um passado doloroso. Esquecer, neste caso, relaciona-se com a superação de dores que custam a ser curadas. Também, a redenção vem acompanhada do desejo por justiça e reparação aos algozes do passado que personificaram, para essas mulheres, os horrores da ditadura.

Percebo, então, que as memória sobre a violência de gênero do Estado ditatorial inserem-se no constante elo entre memória e esquecimento⁴⁸. Não obstante, essas políticas demandam por verdade, justiça e reparação, com o objetivo de que essas atrocidades não voltem a acontecer. Porém, nem sempre dão conta das demandas cívicas dos dissidentes grupos sociais que lutam por igualdade, legitimidade e reconhecimento, por exemplo. Nesse sentido, a retomada de memórias sobre as violências de gênero não vinculam-se somente a essas políticas de memória. Os testemunhos de mulheres, por exemplo, também encontram-se retomados através dos usos públicos do passado.

⁴⁸ A partir dessa perspectiva, Aleida Assman (2012) compreende que a memória e o esquecimento não se opõem um ao outro, pelo contrário: são práticas que interagem entre si de forma mútua. Realiza esta afirmação a partir dos casos relacionados às memórias do nazismo alemão e da guerra civil espanhola, por exemplo, associando o ato de lembrar e de esquecer com as relações estabelecidas por esses passados históricos. (Cf. ASSMAN, 2012).

Destaco, então, a importância da retomada destas memórias a partir da produção audiovisual “Memórias Femininas da Luta contra a Ditadura Militar” aqui analisada. Essa produção apresenta, em forma de vídeo, diferentes mulheres que dão seus depoimentos sobre as torturas que sofreram. O testemunho em vídeo materializa emoções de formas divergentes dos relatos escritos. É também capaz de produzir uma aproximação com quem o assiste, ao causar profundas emoções de empatia e, em contrapartida, revolta. Assim, a produção é também uma estratégia de trabalho das memórias acerca das violências de gênero da ditadura. Para além disso, destaca-se como uma estratégia de amplo alcance social, visto que encontra-se vinculado à uma plataforma midiática de público acesso⁴⁹.

Partilho, então, o pressuposto levantado por Janaina Teles (2011), de que o testemunho é um caminho imprescindível para a “constituição de novas identidades em situações pós-traumas sociais” (TELES, 2011, p. 61). Também, considero a relevância da publicização das experiências de tortura vividas por ex-presas políticas da ditadura, visto que essas memórias tentaram ser esquecidas ou remodeladas por parte da sociedade. A retomada dessas narrativas se torna fundamental no processo de elaboração e redenção dos traumas sociais (KEHL, 2010).

Assim, percebo a importância dos testemunhos sobre as violências de gênero da ditadura atingirem alcance social e político. Não somente enquanto forma de obter-se justiça e reparação, mas como forma de produzir identidades coletivas capazes de tensionar os esquecimentos e resistir às constantes opressões. Essas retomadas e ressignificações de memória encontram-se em uma constante batalha para delinear uma memória oficial justa que abranja uma história das mulheres. Epistemologicamente, abre-se um campo investigativo que se desloca do pensamento hegemônico e invoca a participação da mulher enquanto protagonista de sua própria história.

⁴⁹ Considero interessante contextualizar a produção audiovisual “Memórias Femininas na Luta contra a Ditadura” (2015) ao lado do filme “Que bom te ver viva” (1989), da cineasta Lúcia Murat. Ambas produções vinculam depoimentos de mulheres que denunciam os crimes de gênero e sexuais sofridos no período da ditadura. Demonstro, assim, a permanência de lacunas relacionadas à desigualdade de gênero a serem superadas. Nesse sentido, três décadas após a produção do filme de Lúcia Murat, a UFRJ ainda percebeu a necessidade de retomar essas memórias, publicando o audiovisual em questão. Percebo, então, que as contínuas demandas sociais pela justiça e igualdade continuam vivas. Isto porque a realidade ainda se baseia nas desigualdades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este trabalho busquei compreender aspectos da violência de gênero do período da ditadura civil-militar presente nas memórias traumáticas de diferentes mulheres. A análise das fontes que propus pensou as diferentes trajetórias de mulheres dissidentes que resistiram e sobreviveram ao sistema de repressão ditatorial. Percebi, ao longo do trabalho, que as fontes analisadas foram capazes de retomar trajetórias acerca da violência de gênero na ditadura, contribuindo para a construção de memórias coletivas inseridas no processo das disputas de mulheres por memória.

A partir da análise dos depoimentos, compreendi que a misoginia foi um dos aspectos bastante presentes nas estruturas de poder e dominação da ditadura civil-militar. O Estado considerou a atuação das mulheres na militância, na luta armada e nas diferentes resistências como um “afrente” aos estereótipos de gêneros estabelecidos no contexto social da época. Contexto esse marcado por fundamentos hegemônicos fortemente conservadores. Nesse sentido, os mecanismos de censura e repressão ditatorial perseguiram as mulheres, e, muitas vezes, adotaram um tratamento diferenciado a elas, reproduzindo violências de gênero e sexuais. As relações hierárquicas de gênero pautaram, então, a máquina de poder e repressão estatal. Foi percebido também que a ditadura tratou essas mulheres como ameaças e as considerou, ora “promíscuas”, ora “masculinas” por quebrarem com seus papéis pré-concebidos de gênero ao participarem da luta política (TELES, 2015). Papéis esses que se relacionavam com a figura de mães, donas de casa, esposas, frágeis e submissas.

As memórias analisadas demonstram aspectos dessa repressão. A partir delas, pude evidenciar que as torturas realizadas pelos algozes da ditadura foram pautadas em violências de gênero. As torturas vividas no período basearam-se, então, na violência de gênero como mecanismo de coerção, realizadas a partir das violências sexuais, físicas e psicológicas e morais em mulheres e homens⁵⁰, muitas vezes, de forma simultânea. Esses aspectos singularizam essas violências de gênero do aparato

⁵⁰ Evidencio que homens também sofreram violências de gênero no período, as quais, na maioria das vezes, eram fundamentadas no objetivo de “desvirilizar, efeminar, adulterar identidades e macular reputações” (CNV, 2014, p. 403), baseando-se em ações que podemos analisar como de cunho homofóbico e machistas.

de tortura. Nesse sentido, pude compreender que essas violências foram realizadas a partir de práticas baseadas no terror e na opressão, sendo cruelmente arquitetadas e sistematizadas. Também, a tortura utilizou técnicas perversas que consistiam na prática de ameaças, dores físicas, abortos forçados, estupros, entre outros aspectos. Ao mesmo tempo, outro aspecto que singularizou as violências de gênero foi a questão materna. A maternidade enquanto aspecto das torturas estendeu-se aos filhos, filhas e familiares dessas mulheres, associadas também aos contínuos traumas em suas vidas. As violências de gênero tiveram, então, como foco o ataque aos corpos e subjetividades das presas políticas, assim como de seus afetos. Dessa forma, essas violências validaram o “caráter tradicionalmente sexista e homofóbico [não somente do regime como um todo, mas] da formação policial e militar, que constrói o feminino como algo inferior e associa violência à masculinidade viril” (CNV, 2014, p. 404).

Cicatrizes duradouras nos corpos e almas dessas mulheres foram deixadas pelas experiências traumáticas vividas por elas. Essas marcas definiram muitas das experiências que perduraram em suas vidas, produzindo consequências em suas relações individuais, afetivas e familiares futuras, por exemplo. Mas não somente em seus corpos individuais. Essas cicatrizes são marcas de uma geração, são coletivas. Pensando nesses aspectos, conclui que os testemunhos dessas mulheres demandaram justiça e reparação pelas tantas violências sofridas. Não obstante, demandaram também por um processo de redenção e “cura” sobre reconhecimentos coletivos. Nesse sentido, considero que seus testemunhos representaram não somente um “trabalho de memória”, mas também um “trabalho de luto” (VEZZETTI, 2009 apud TELES, 2011).

Foi percebido, então, que a retomada e a ressignificação dos testemunhos de mulheres relacionaram-se com a memória e o esquecimento. Memória enquanto forma coletiva de retomar experiências e não deixar que estas se repitam, memória enquanto justiça. Esquecimento, por sua vez, enquanto possibilidades individuais de “cura” de um trauma que acarreta consequências duradouras. Ainda, com base na análise dos testemunhos aqui presentes – como o de Darci Miyaki ou o de Cristina Moraes de Almeida – percebo que a redenção, para muitas mulheres, encontra-se longe de acontecer. Assim, os trabalhos com essas memórias fazem parte de suas lutas por reparação individual e coletiva.

Outro ponto discutido no trabalho diz respeito às políticas de memória e esquecimento que tensionaram disputas sociais acerca da memória dos crimes e violações da ditadura. As políticas de memória, por exemplo, contribuíram também para a uma impulsão de estudos acerca da memória, própria das décadas finais do século XX⁵¹. Esta, instigou a percepção do testemunho enquanto fonte singular no estudo da história do tempo presente. Na medida em que a abordagem deste campo historiográfico da história do tempo presente gira em torno de temas em que as sujeitas históricas ainda estão vivas, é possibilitado o uso de depoimentos para a compreensão da narrativa histórica. Nesse sentido, reconheço que houve uma “guinada subjetiva” advinda deste contexto, tal qual assinala Beatriz Sarlo (2007), que tece críticas a essa prática. Porém, compreendo esta guinada enquanto algo positivo. Isto porque é capaz de trazer novos aportes para a narrativa histórica, na medida em que possibilita uma escrita do “eu”, das trajetórias individuais capazes de produzir identidades coletivas. Então, pensando nos testemunhos aqui analisados, resalto suas relevâncias para a escrita de uma história que considera as violências de gênero instituída nos corpos de mulheres.

Apresento também que muitas das mulheres que tiveram seus testemunhos aqui analisados identificam-se hoje enquanto feministas⁵². Como observado, algumas delas puderam ter essa percepção a partir das vivências enquanto presas políticas. Porém, a partir dos testemunhos vistos, considero que muitas delas só passaram a se perceber como feministas, ou, ainda perceber as desigualdades de gênero no período pós ditadura. Como exemplo, muitas delas só reivindicaram anos mais tarde os aspectos sexuais e de gênero das violências que sofreram.

Considerarei que as lutas e discussões feministas desencadeadas no Brasil pós-ditadura estão ligadas a estas percepções. Isto porque propiciaram debates e lutas acerca das opressões de gênero e das violências contra a mulher. Percebi, então, que as experiências vividas ao longo do tempo modificam e ressignificam memórias.

⁵¹ Beatriz Sarlo (2007) chamou este momento de “cultura da memória”. Nesse sentido, Sarlo desenvolveu críticas ferrenhas a este contexto, como já abordado anteriormente. Porém, não intenciono aqui aprofundar esta discussão. Minha intenção se baseia na percepção do testemunho enquanto algo positivo para a compreensão histórica, na medida em que se deva tomar os devidos cuidados em sua utilização.

⁵² Eleonora Menicucci, por exemplo, esteve a frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no governo de Dilma Rousseff. Amelinha Teles hoje em dia faz parte da União de Mulheres de São Paulo. Nair Guedes, enquanto vereadora, atua em prol das pautas feministas. Ou seja, muitas delas reconhecem e militam politicamente pelo feminismo.

Também, após a realização deste trabalho, considero que a construção da memória coletiva de mulheres contribuiu para a denúncia dessas violências, produzindo reconhecimento e incentivo a outras mulheres em continuar denunciando os crimes bárbaros da ditadura. Nesta situação pude perceber, então, que o pessoal é político.

Dessa forma, os testemunhos atuaram como estratégias de resistência e de fortalecimento das lutas de mulheres no presente, na medida em que, através dos usos públicos do passado e das políticas de memória, foram publicizados e obtiveram alcance na opinião pública. As mulheres, então, ressignificam memórias, e, assim, histórias. A rememoração, através dos testemunhos, tornou-se uma maneira dessas mulheres atuarem sobre e ressignificarem o presente. Não somente por demonstrarem suas tantas resistências no passado ditatorial, como também produzindo resistências à contínua sociedade misógina. Aquelas que seguem nessa luta constante pelo trabalho de memória e denúncia das violências vividas continuam resistindo. Porém, compreende-se o silêncio daquelas que optam pela quietude, muitas vezes acarretados pelos traumas vividos, como visto nesta monografia. De ambas maneiras, essas vidas continuam atuando como resistências: são corpos políticos e existências políticas. Suas vidas importam, suas trajetórias importam e precisam ser contadas.

Partindo de minha concepção feminista, permaneço alinhada à escolha política de delinear e tornar públicas as histórias dessas tantas mulheres de luta. Para que essas histórias possam produzir reconhecimento e para que possam tentar evitar a continuidade de opressões. Permaneço, então, na esperança de que essas vidas de luta e resistência deixem sementes nos cantos de jardins⁵³.

⁵³ Alusão à canção de Chico Buarque “Tanto Mar”, de 1975.

5 REFERÊNCIAS:

FONTES:

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*, Comissão Nacional da Verdade. Recurso Eletrônico, p. 976 Volume I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relatório%20cnv%20volume_1_digital.pdf>.

MEMÓRIAS Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar. Laboratório de Estudos do Tempo Presente: Instituto de História. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015 (51m34s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YWtuhUsn5ao> >.

BIBLIOGRAFIA:

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Zahar, 2014.

ABRÃO, Paulo. A Lei da Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 176-197, 2011.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ASSMAN, Aleida. To Remember or to Forget: Which Way Out of a Shared History of Violence?. In.: ASSMAN, Aleida et al (eds). *Memory and Political Change*. Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2012, p. 53-71.

ASSIS, Maria Evonilde. Tortura e suicídio a partir de uma perspectiva Gestáltica: o caso de Frei Tito de Alencar Lima. *IGT na Rede*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 298-322, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v13n25/v13n25a8.pdf>

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008

BRASIL, PROJETO. *Brasil: Nunca Mais*. 1985

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do 3º do art. 37 e no 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de

1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do 8º art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, Albertina de Oliveira. *Memórias das mulheres do exílio*. Paz e Terra, 1980.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Natalie Zemon. As mulheres por cima. In.: DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 107-127.

DELACROIX, Christian. L'histoire du temps present: une histoire (vraiment) comme les autres?. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 05-38, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018005>

FERNANDES, Pádua. Justiça de transição e o fundamento nos direitos humanos: perplexidades do relatório da Comissão Nacional da Verdade brasileira. In.: AKAMINE, Oswaldo; KASHIURA, Celso; MELO, Tarso de. *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 717-745.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. *Aurora: revista de arte mídia e política*, v. 10, p. 102-115, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/4500/3477>

FICO, Carlos. História do Tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 43-59, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Editora Record, 2004.

FULGENCIO, Leopoldo. A noção de trauma em Freud e Winnicott. *Natureza humana*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 255-270, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302004000200003

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In.: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, esquecer, escrever*. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 49 -57.

GINZBURG, Jaime. Escritas da Tortura. In.: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que restou da ditadura: a Excessão brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 133-150.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, 1990.

HENTZ, Isabel; VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p. 145-163.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, 2018. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018204>

JOFFILY, Mariana. Violências sexuais nas ditaduras latino-americanas: quem quer saber?. *SUR 24*, v.13, n. 24, p. 165-176, 2016.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no cone sul (1984-1991). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111-135, 2010a. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1861>

JOFFILY, Olívia Rangel. Corpo como campo de batalha. In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010b, p. 225-245.

KEHL, Maria Rita. Tortura e Trauma Social. In.: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que restou da ditadura: a Excessão brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 123-132.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2014.

KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

LEGOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 462-484. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n.1, p. 234-241, 2003.

MEZAROBBA, Glenda. Apresentação Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero. Brasília, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/grupos_trabalho/CNV_REUNIAO_AMPLA_Genero_250313.pdf

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento?. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3, p. 14-26, 2010. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edicao-03/>. Acesso em: 21/04/2019.

MONTAÑO, Eugenia Allier; CRENZEL, Emilio. *Las luchas por la memoria en América Latina: Historia reciente y violencia política*. México: Bonilla Artigas Editores, 2015.

MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla Simone; ARAUJO Maria Paula Nascimento. *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Pernambuco: UFPE, 2012.

MORAES, Maria Ligia Quartim. Direitos Humanos e Terrorismo de Estado: a experiência brasileira. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 13, n. 24/25, p. 86, 2008.

NASCIMENTO, Mirian Alves do. A imprensa de oposição e a violência contra mulheres nas ditaduras do Brasil e Uruguai (1964-1985). 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo: Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 1993.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.13-30.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura brasileira: verdade, memória... e justiça?. *Historiae*, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 3, p. 65-84, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3262/1939>.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. *Letras*, Rio Grande do Sul, n. 22, p. 79-95, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/%20article/view/11826>.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In.: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). *História Oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 33-55.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero da pesquisa histórica, *História*, São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.

POLLACK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. *Estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUE BOM te ver viva (1989). Direção e produção de Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taigá Filmes & Vídeos. 1 Videocassete (100 min).

RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ROCHA, Raquel Caminha. Narrativas de mulheres contra a ditadura de 1964: eixos narrativos e subjetividade feminina. *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1457379669_ARQUIVO_ANPU_2015.pdf.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, 2013.

ROSENWEIN, Barbara H. *História das emoções: problemas e métodos*. Letra e Voz, 2011.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante*. São Paulo: FAPESP, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres versus ditadura: latifúndio e misoginia na Paraíba. *Estudos de Sociologia*, v. 20, n. 39, p. 309-324, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7537/5625>.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Editora FGV, 1996, p. 93-101.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Editora FGV, 2016.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 108–132, 2013.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *História Oral e história das mulheres: Rompendo silêncios*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

SANTOS, Heloísa Nunes. Marcas no corpo e na alma: violência e gênero nas narrativas de militantes da Ação Popular. In.: VEIGA, Ana Maria; ZACCHI, Lara Lucena (orgs). *Colóquio Interdisciplinar Gênero e Violências* (Anais Eletrônicos). Florianópolis 2015, p. 77-86.

SCOTT, Joan. Experience. In.: BUTLER, Judith. *Feminists theorize the political*. Inglaterra: Routledge, 2013, p. 40-58.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação&Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

SILVA, Cristiani Bereta. Que memória? Que história?. In.: GONÇALVES, Janice. *História do Tempo Presente: oralidade, memória, mídia*. Itajaí: Casa Aberta, 2016, p.117-140.

SILVA, Janine Gomes da. Les usages de la mémoire: rhétorique de témoignage, espaces de mémoire et rapports de genres dans les dictatures du Brésil et du Paraguay. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/66567>

SILVA, Jonatas Pereira da. Albertina Rodrigues: escrita feminina e luta de resistência à ditadura civil-militar. *XXIX Simpósio Nacional de História*, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Minas Gerais: Editora UFMG, 2010.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que restou da ditadura: a Excessão brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

TELES, Janaina de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

TELES, Janaina de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23 no. 3, p. 1001-1022, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TEGA, Danielle. Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n.3, p. 975-989, 2015.

6 APÊNDICES

Minibiografias

As minibiografias aqui realizadas referem-se às histórias de vida de mulheres que tiveram parte de suas trajetórias representadas neste trabalho⁵⁴. Optei por apresentar informações que relacionaram-se com suas resistências do período da ditadura e dos dias atuais. Porém, sobre algumas mulheres, não encontrei informações suficientes.

Ana Bursztyn foi presa em 1971, aos 21 anos, no DOI-Codi da cidade do Rio de Janeiro enquanto militante contra a ditadura. Atualmente, Ana luta pelo projeto de tornar o antigo prédio do DOPS/RJ em memorial político da ditadura.

Áurea Moretti Pires nasceu em 1944 no interior de São Paulo. Foi integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e aliou-se, posteriormente em 1968, às Forças Armadas da ALN. Presa em 1969 em Ribeirão Preto, permaneceu presa por três anos em diversos presídios de São Paulo. Atualmente é enfermeira aposentada.

Conceição Imaculada de Oliveira foi, no período da ditadura civil-militar brasileira, uma operária da Metalúrgica Santo Antônio e participou como integrante do Partido Comunista (PC). Também, foi secretária geral do sindicato dos metalúrgicos, atuando como uma grande liderança da greve de 1968.

Criméia Alice Schmidt de Almeida, militante e ex-guerrilheira no Araguaia, iniciou sua militância política na escola secundária. cursou Enfermagem na Faculdade Ana Nery, no Rio de Janeiro, de cujo curso era presidente do diretório estudantil em 1968. Presa no Congresso de Ibiúna, após o AI-5 entrou para a clandestinidade e, como militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi para a região onde posteriormente teve início a Guerrilha do Araguaia.

Cristina Moraes Almeida era militante independente – ou seja, não fazia parte de organizações políticas – durante a ditadura. Foi presa três vezes pela repressão ditatorial brasileira. Presa pela primeira vez em 1969 Cristina sofreu a repressão em seu corpo. Em uma de suas prisões, foi submetida à diversas sessões de tortura e sofreu mutilações no abdômen e membros inferiores.

Darci Toshiko Miyaki nasceu em São Paulo em 1945. Estudante de direito da USP, Darci ingressou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), integrando a formação da ALN. Em sequência, a partir do ano de 1969, Darci participou de treinamentos militares em Cuba e Coreia do Norte. Após treinamento, regressou ao Brasil participando da ALN enquanto integrante de seu setor estratégico. Em 1972 foi presa e sequestrada pelo DOI-Codi do Rio de Janeiro. Permaneceu presa no Presídio Tiradentes e no Presídio do Hipódromo, em São Paulo.

⁵⁴ As informações das minibiografias foram retiradas de *sites* da internet, principalmente no site do Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&idEntrevista=106&idEntrevistado=96&mn=56>>

Damaris Lucena é operária e foi presa em 20 de fevereiro de 1970 juntamente com seus filhos, após o assassinato de seu marido Antônio Raimundo Lucena em sua residência. Foi exilada em Cuba e retornou ao Brasil após a promulgação da Lei da Anistia.

Derlei Catarina de Luca era professora e escritora e uma das principais vozes do estado de Santa Catarina na luta pelos Direitos Humanos. Foi presa em São Paulo durante a ditadura na Operação Bandeirantes e, após conseguir fugir, exilou-se e só regressou ao Brasil em 1979. Desde 1980 dedicou-se ao resgate da memória dos desaparecidos políticos e fundou o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos e o Coletivo Catarinense Memória Verdade e Justiça. Faleceu em 2017.

Dulce Pandolfi é Historiadora formada na UFF e pesquisadora do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas desde 1978. Durante a ditadura civil-militar, Dulce ingressou na Ação Libertadora Nacional, em 1968. Começou a ser perseguida pelos órgãos da repressão em 1970, sendo presa por um ano e quatro meses.

Eleonora Menicucci nasceu em 1944 em Minas Gerais. Participou da luta armada contra a ditadura, sendo integrante do POLOP. Foi presa no ano de 1971, quando tinha uma filha de 1 ano e 10 meses que foi levada juntamente. Eleonora permaneceu presa no Presídio Tiradentes, em São Paulo, onde compartilhou vivências com a ex-presidenta Dilma Rousseff, também presa política. Mais tarde, durante o governo de Dilma Rousseff, Eleonora esteve à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres durante os anos de 2012 a 2015. Bissexual assumida, é socióloga emilitante política feminista.

Eliana Bellini Rolemberg é uma socióloga e ativista política. Fazia parte do Movimento Estudantil da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi presa em 1970 pela Oban e dividiu cela com Damaris Lucena no Presídio Tiradentes, em São Paulo. Também, foi exilada política na França, onde foi ativista política em prol dos direitos de imigrantes e refugiados, junto à UNESCO e ao SCI (Serviço Civil Internacional). Retornou ao Brasil em 1979 após a Lei da Anistia.

Eva Teresa Skazufka nasceu em 1946 no Estado de São Paulo. Ainda estudante de colégio, Eva participou do movimento secundarista e já simpatizada com o PCV. Em 1966 integrou no movimento estudantil a partir da Dissidência Universitária de São Paulo (DI-SP) enquanto estudante de medicina da USP. Em sequência, integrou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foi presa duas vezes pela repressão: uma em 1970 pelo DOI-Codi/SP, Deops /SP e no Presídio Tiradentes, e outra em 1973 pelo Deops /SP. Ainda, foi detida em 1974 pelo Deops /SP.

Fanny Akselrud nasceu em 1918 em Santa Maria no Rio Grande do Sul. Durante a ditadura, atuou no apoio da organização de luta armada Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT. Fanny e seu marido Joaquim Akselrud foram presos pela Oban e levadas ao DOI-Codi, juntamente com seu filho Ivan Akselrud de Seixas e suas filhas Iara Akselrud e Ieda Akselrud, em 1971. Durante uma sessão de violência e tortura, Fanny e sua família assistiram a tortura que levou ao assassinato de Joaquim, seu marido e pai de seu filhos e de suas filhas.

Flora Strozenberg é uma advogada que militou e resistiu à repressão do regime ditatorial brasileiro. Foi presa em 1974 e levada ao DOI-Codi de São Paulo.

Ilda Martins da Silva nasceu em 1931 no interior de São Paulo. Durante o período da ditadura, era operária na fábrica Nitro Química e passou a integrar o movimento da causa operária já em meados dos anos 1950. Concedeu apoio e incentivo a luta armada da ALN e foi presa em 1969 e levada ao DOI-Codi de São Paulo. Também permaneceu presa no DEOPS/SP e no Presídio Tiradentes. Se exilou com seus filhos em Cuba e regressou ao Brasil em 1991. Até hoje Ilda e seus filhos não obtiveram os restos mortais de seu marido, Virgílio Gomes da Silva, assassinado pela repressão ditatorial.

Izabel Fávero era professora e militante da VAR-Palmares quando foi presa pela ditadura em 1970 no Paraná. Atualmente é professora de administração na Faculdade Santa Catarina, em Recife.

Janaina Teles é doutora em História Social pela USP. Filha de Amelinha Teles e Edson Teles, foi presa aos 4 anos, em 1972, pela repressão militar da ditadura brasileira. Dedicou sua carreira profissional a pesquisar e relatar sobre a memória da ditadura e sobre as violências cometidas no período. Participou da organização das obras: “O que resta da ditadura: a Exceção brasileira”, “Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade” e “Desarquivando a ditadura: memória e Justiça no Brasil”. Ainda, é uma das coordenadoras do projeto: “Intolerância e resistência: memória da repressão política no Brasil”.

Karen Keilt é paulistana e foi presa em 1976. Ela exilou-se e até hoje pesquisa nos arquivos dos EUA sobre o período da ditadura civil-militar brasileira e o envolvimento de seu pai com a CIA, razão pela qual teria sido sequestrada e torturada no período.

Lúcia Murat nasceu em 1948 e atualmente é uma cineasta brasileira. Militou contra a ditadura civil-militar pelo grupo MR-8 e foi presa pelo regime em 1971. Lúcia permaneceu encarcerada por mais de três anos no Presídio Talavera Bruce e na Vila Militar do Rio de Janeiro. Em 1989 a cineasta produziu o filme “Que bom te ver viva” que mostra a forte influência da repressão vivida por ela em sua obra. O filme demonstra diversos testemunhos de mulheres que sofreram torturas, como ela, no período da repressão ditatorial. Em 2014 Lúcia produziu o filme “Quase Dois Irmãos” abordando novamente a memória da ditadura.

Márcia Bassetto Paes nasceu em 1956 em São Paulo. Durante a ditadura brasileira, foi militante da Liga Operária e presa em 1977 durante o 1º de maio deste mesmo ano no ABC paulista. Atualmente é historiadora formada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) nasceu em 1944 em Minas Gerais. Durante o período ditatorial, foi militante do PCdoB. Presa em 1972 pela Oban, foi levada ao DOI-Codi de São Paulo e brutalmente torturada por Carlos Alberto Brilhante Ustra. Amelinha foi encarcerada juntamente com seu marido, irmã, filho, filha e cunhado. Testemunhou o assassinato de seu cunhado. Amelinha militou no

movimento feminista, integrando o Jornal Brasil Mulher. Atualmente, é historiadora e diretora da União de Mulheres de São Paulo e integrou a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva.

Maria Aparecida Costa nasceu em 1945 na cidade de São Paulo. Entrou para a militância de esquerda em 1963, quando estudante da Faculdade de Direito da USP. Em 1968, após a promulgação do AI-5, uniu-se à ALN, e em sequência, ao GTA. Foi presa em 1969 por um integrante do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). A ex-militante foi presa no Deops/RJ, Deops/SP, DOI-Codi/SP, Presídio Tiradentes, Presídio do Hipódromo e na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo. Obtendo liberdade em 1973, Maria Aparecida atuou como advogada e Procuradora do Estado e hoje integra o Coletivo de Mulheres de São Paulo e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva.

Dora (Maria Auxiliadora Lara Barcelos) nasceu em 1945 e faleceu em 1976 aos 31 anos. Atuando fortemente na resistência à ditadura civil-militar, Maria integrou a organização de luta armada VAR-Palmares. À época guerrilheira e estudante de medicina, Maria foi presa e violentada pela repressão ditatorial. Em 1971, foi exilada para o Chile e, mais tarde, se dirigiu à Alemanha. Lá, Maria cursou medicina e psicologia na Universidade Livre de Berlim. Ainda em Berlim, no ano de 1976, Maria cometeu suicídio.

Maurina Borges da Silveira (Irmã Maurina) nasceu em 1926 e faleceu em 2011 aos 86 anos. Foi uma freira católica da Ordem Franciscana Secular e diretora do Orfanato Lar Santana. Irmã Maurina cedia uma sala para a FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional), e, em 1969, foi presa em Ribeirão Preto pela Oban sendo torturada durante meses. Viveu exilada no México durante os anos de 1974 de 1978.

Nair Guedes é uma assistente social que atuou na resistência à repressão da ditadura. Integrou o movimento estudantil secundarista e, anos mais tarde, na frente Ação Popular. Viveu na clandestinidade e trabalhou como operária no ano de 1968. Em sequência, foi presa em Recife e após ser solta exilou-se na França. É vereadora de Juiz de Fora e atua em prol das lutas feministas.

Roseli Lacrete é uma atriz e cineasta brasileira que participou da criação do Teatro da Universidade de São Paulo (Tusp). No ano de 1967 era estudante de Letras Neolatinas na USP. Em 1971, foi presa no Rio de Janeiro pela ditadura.

Rosemerie (Rose) Nogueira é jornalista, militante e presidenta do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Foi presa pela ditadura militar em 4 de novembro de 1969, mesmo dia da morte de Carlos Marighella. Na época, militava na Ação Libertadora Nacional (ALN) e trabalhava no jornal Folha da Tarde.